

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

EDIGAR BARRAQUI GERHARDT

**DEUS DEU O GOLPE? UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO
NEOPENTECOSTAL NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

**VITÓRIA - ES
2020**

EDIGAR BARRAQUI GERHARDT

**DEUS DEU O GOLPE? UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO
NEOPENTECOSTAL NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisição parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística na área de concentração de Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira.

VITÓRIA - ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B268d Barraqui Gerhardt, Edigar, 1988-
Deus deu o golpe? Uma análise do discurso religioso neopentecostal no cenário político brasileiro do impeachment de Dilma Rousseff / Edigar Barraqui Gerhardt. - 2020.
128 f.

Orientador: Luís Fernando Bulhões Figueira.
Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. discurso religioso. 2. análise do discurso. 3. neopentecostalismo. 4. impeachment. 5. golpe. 6. Dilma Rousseff. I. Bulhões Figueira, Luís Fernando. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

EDIGAR BARRAQUI GERHARDT

**DEUS DEU O GOLPE? UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO
NEOPENTECOSTAL NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 26 de agosto de 2020.

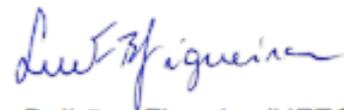
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES)
Orientador e Presidente da Comissão



Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon (UFES)
Examinador Interno



Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES)
por **Prof. Dr. Marco Antônio Villarta-Neder (UFLA)**
Examinador Externo

Dedico o esforço deste trabalho aos meus pais, Ana e Elcio, ao meu irmão, André, à minha companheira, Nataly, e ao meu filho, Giuseppe, que está sendo moldado pelas mãos ternas de Deus.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força dos pequenos e oprimidos, fonte da vida e de onde emana todo o sentido.

Aos meus pais, Ana e Elcio, que só estudaram até a 4ª série, mas, me ensinaram a ler o mundo com esperança.

À minha amada companheira, Nataly, pela paciência, ternura e encorajamento para seguir em frente.

Ao meu irmão, André, o mais novo universitário da família.

Ao meu querido professor e amigo, Amadeu Gonçalves, por acender em mim o encantamento pela Língua Portuguesa.

Aos Irmãos Maristas da Província Centro-Norte, por toda formação religiosa, intelectual e humana recebidas. De forma especial, gratidão aos Irmãos: Rubens Falqueto, Ataíde José de Lima, Baptista Santos (*in memoriam*), Paulo Soares, Rafael Ferreira, Roque Plínio Loss, Demilton Barbosa, José Augusto Júnior, Fabricio Alves, Renato Augusto, Maicon Donizete, Antônio Carlos Ramalho, Claudino Falchetto, Juarez Pinheiro, José Wagner da Cruz e Adalberto Batista Amaral.

Ao amigo, Irmão Joílson Toledo, pelo companheirismo e por ter sido luz desde os primeiros passos desta pesquisa.

À amiga, Maria de Fátima Castelan, por todo o incentivo, apoio e assessoria na leitura dos textos bíblicos.

Às queridas professoras, Edenize Ponzó Perez e Virgínia Abrahão, por acreditarem em mim, mesmo quando eu mesmo duvidei.

Ao querido professor e orientador, Luis Fernando Bulhões Figueira, pessoa profundamente humana, sensível às causas sociais, a quem devo todo o fruto deste trabalho, desde a primeira semente, germinada ainda na graduação.

Ao Professor Doutor Luciano Novaes Vidon e ao Professor Doutor Marco Antônio Villarta-Neder, por aceitarem participar da banca de defesa.

A todos os professores e professoras presentes em minha trajetória de vida, desde o jardim de infância à pós-graduação, que com sabedoria me ensinaram a ter os pés no chão e o pensamento no infinito.

À Universidade Federal do Espírito Santo, por possibilitar que um jovem vindo da roça fosse o primeiro de sua família a ter um diploma do Ensino Superior e pudesse chegar ao Mestrado.

*“Nas torrentes da justiça, meu trabalho é
comunhão. Arrozais florescerão e, em seus frutos,
liberdade colherei”.*

(F. Domingos dos Santos)

RESUMO

O estudo do discurso religioso e de seus mecanismos de produção de sentido tem se mostrado de grande relevância, principalmente no que diz respeito ao cenário político brasileiro, onde esse tipo de discurso (em particular o de vertente neopentecostal), marcadamente teocêntrico e, por vezes, moralista, se encontra cada vez mais enraizado e com grande representatividade, principalmente nas esferas decisórias da política (não obstante a premissa da laicidade do Estado), atuando como formador de opinião pública e se auto-justificando a partir de ideais ultraconservadores. Em 2016, o contexto do processo que levou ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff também foi marcado por discursos de base religiosa. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar em que medida o discurso religioso neopentecostal contribuiu para legitimar e influenciar tomadas de posição políticas no processo que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, descrevendo as estratégias de formação desse tipo de discurso e identificando seus atravessamentos interdiscursivos, considerando-o como uma formação discursiva intrincada em uma formação ideológica conservadora. A perspectiva teórica utilizada nesse estudo é a Análise do Discurso Francesa, principalmente a partir dos trabalhos de Michel Pechêux e Dominique Maingueneau, e a partir das categorias: Condições de Produção, Formação Discursiva, Ethos, Cenografia, Discursos Constituintes e Sistemas de Coerções Semânticas. O caminho metodológico adotado foi a organização e análise de um arquivo, composto de discursos de lideranças político-religiosas, alinhadas ao discurso neopentecostal, que tiveram papel estratégico de mobilização e convencimento pró-*impeachment*. Como resultados, foi possível constatar que os enunciados analisados se alinham ao discurso religioso neopentecostal na medida em que apresentam inscrições ideológicas desse discurso, agindo de modo a sacralizar e validar toda a ação do processo que levou à retirada da Presidenta Dilma Rousseff do governo, tornando-o divino e inquestionável aos sentidos de uma grande massa da população brasileira.

Palavras-chave: discurso religioso, análise do discurso, neopentecostalismo, *impeachment*, golpe.

ABSTRACT

The study of religious discourse and its mechanisms for producing meaning has proved to be of great relevance, especially with regard to the Brazilian political scene, where this type of discourse (particularly that of the neo-Pentecostal aspect), markedly theocentric and, at times, a moralist, finds himself increasingly rooted and with great representativeness, mainly in the decision-making spheres of politics (despite the premise of the secularity of the State), acting as a shaper of public opinion and self-justifying himself based on ultraconservative ideals. In 2016, the context of the process that led to the impeachment of President Dilma Rousseff was also marked by religious-based speeches. Thus, the objective of this research is to verify to what extent the neo-Pentecostal religious discourse contributed to legitimize and influence political positions in the process that culminated in the impeachment of Dilma Rousseff, describing the strategies for the formation of this type of discourse and identifying its interdiscursive crossings, considering it as an intricate discursive formation in a conservative ideological formation. The theoretical perspective used in this study is the French Discourse Analysis, mainly from the works of Michel Pechêux and Dominique Maingueneau, and from the categories: Production Conditions, Discursive Formation, Ethos, Scenography, Constituent Discourses and Semantic Coercion Systems. The methodological path adopted was the organization and analysis of an archive, composed of speeches by political-religious leaders, aligned with the neo-Pentecostal discourse, which played a strategic role in mobilizing and convincing pro-impeachment. As a result, it is possible to verify that the analyzed speeches seem to conform to the neo-Pentecostal religious discourse insofar as they present ideological inscriptions of that discourse, acting in order to sacralize and validate all the action of the process that led to the withdrawal of President Dilma Rousseff from the government, making it divine and unquestionable to the senses of a large mass of evangelicals in the country.

Keywords: religious discourse, discourse analysis, neo-Pentecostalism, impeachment, coup d'état.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Análises de formações discursivas, a partir da categoria vocabulário, com base em Maingueneau (2008).....	58
QUADRO 2 - Tensionamento entre formações discursivas contrárias.	63
QUADRO 3 - Afirmações do Deputado Marco Feliciano (grifo nosso).....	68
QUADRO 4 - Estatuto do enunciador e de seu Outro, com base em Maingueneau (2008).....	73
QUADRO 5 - Análise de dois recortes (grifo nosso), a partir da categoria léxico, proposta por Maingueneau (2008).	75
QUADRO 6 - Marcas do discurso constituinte religioso no estatuto do enunciador e de seu Outro, com base em Maingueneau (2008).	80
QUADRO 7 - Modo de coesão do Deputado Marco Feliciano, apontando a intervenção divina em relação à queda do governo do Partido dos Trabalhadores – PT (grifo nosso).	85
QUADRO 8 - Sentidos dos itens lexicais “César” e “Deus” empregados pelo pastor Silas Malafaia.	100
QUADRO 9 - Relações entre significante e significado (SAUSSURE, [1916] 2012) presentes no enunciado do pastor Silas Malafaia.	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: MARCO TEÓRICO.....	15
1.1. DISCURSO.....	15
1.2. INTERDISCURSO E FORMAÇÃO DISCURSIVA	16
1.2.1. Interdiscurso	17
1.2.2 Formação Discursiva.....	20
1.3. SISTEMAS DE COERÇÕES SEMÂNTICAS	25
1.4. CENAS DA ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO.....	30
1.4.1 Cenas da Enunciação	30
1.4.2 Ethos Discursivo.....	32
1.5. DISCURSO CONSTITUINTE	34
CAPÍTULO II: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	
NEOPENTECOSTAL.....	36
2.1 O PROTESTANTISMO HISTÓRICO	36
2.2 O PENTECOSTALISMO BRASILEIRO E SUAS ONDAS	37
2.2.1 O Neopentecostalismo	40
CAPÍTULO III: CAMINHO METODOLÓGICO	45
3.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA	45
3.2 SELEÇÃO DO CORPUS / COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO	46
CAPÍTULO IV: ANÁLISES	49
4.1 ANÁLISE I: “ACABOU A REPÚBLICA DA COBRA”	49
4.1.1 Do objeto e suas condições de produção	49
4.1.2 Análise.....	50
4.2 ANÁLISE II: “TUDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL HOJE É FRUTO TAMBÉM DE UMA BATALHA ESPIRITUAL”	64
4.2.1 Do objeto e suas condições de produção	64
4.2.2 Análise.....	65
4.3 ANÁLISE III: “DAI A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR, E A DEUS O QUE É DE DEUS”	93
4.3.1 Do objeto e suas condições de produção	93
4.3.2 Análise.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS	119
ANEXO I: “ACABOU A REPÚBLICA DA COBRA”	119
ANEXO II: “TUDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL HOJE É FRUTO TAMBÉM DE UMA BATALHA ESPIRITUAL”	122
ANEXO III: “DAÍ A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR E A DEUS O QUE É DE DEUS”	127

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho se insere no campo da Análise do Discurso de linha francesa, com ênfase nos estudos do discurso religioso e de seus mecanismos de produção de sentido e sua influência nas diversas esferas da sociedade. Aqui, de forma mais específica, realizar-se-á um esforço na direção de identificar as implicações do discurso religioso neopentecostal no âmbito da política brasileira, de modo a analisar como esse discurso legitima tomadas de posição políticas e se constitui como uma formação discursiva intrincada em uma formação ideológica conservadora.

No Brasil, com a consolidação e o crescimento das novas configurações eclesiológicas oriundas do ramo pentecostal - com destaque para a corrente neopentecostal - ao se afastarem das concepções teológicas pietistas¹ do protestantismo histórico e sua ética individualista, vão conquistando espaço e se inserindo em inúmeros setores institucionais da sociedade. Dessa forma, no largo das últimas quatro décadas, viu-se a entrada decidida e aberta dos evangélicos na arena política (DIAS, 2000). Assim, a partir da década de 1980, de forma extraordinária na história do Brasil, têm-se a articulação de uma bancada de deputados evangélicos no Congresso Nacional (atualmente denominada FPE - Frente Parlamentar Evangélica) que, no curso dos anos iria se notabilizar por um envolvimento com os setores mais conservadores da vida pública do país.

A Frente Parlamentar Evangélica reúne, em sua grande maioria, políticos ligados a diferentes partidos e igrejas evangélicas. Entretanto, também conta com a participação de membros católicos vinculados ao movimento da Renovação Carismática Católica. Sua atuação se dá principalmente com o objetivo de aprovar legislações de interesse religioso ou rejeitar pautas e temáticas que, de algum modo,

¹ Tendo Philip Jacob Spener (1635-1705) como mentor, o pietismo é um movimento oriundo do Luteranismo, surgido ao final do século XVII, tendo seu apogeu entre os anos de 1650 e 1800. Na prática, além dos valores moldados pela Reforma Protestante (a saber: conversão pessoal, a santificação, a experiência religiosa, diminuição na ênfase aos credos e confissões, a necessidade de renunciar o mundo, a fraternidade universal dos crentes e uma abertura à expressão religiosa das emoções), o pietismo pregava, principalmente, a valorização das experiências individuais do crente (sua subjetividade), outrora negligenciadas pela ortodoxia luterana.

O movimento foi o responsável por influenciar outros movimentos religiosos de inspiração protestante, como: o metodismo, o Movimento de Santidade, o evangelicalismo, pentecostalismo, o neopentecostalismo e grupos carismáticos; além de influenciar a teologia liberal de Friedrich Schleiermacher e a filosofia de Immanuel Kant.

Disponível em: <<http://www.protestantismo.com.br/estudos/pietismo.htm>>. Acesso em: 23.jul.2020.

possam ferir os princípios doutrinários, morais e éticos que envolvem a fé cristã de viés pentecostal (por exemplo: aborto, modelos de família não-tradicionais, união homoafetiva, etc.). Em 2016, a FPE contava com 81 deputados/as signatários, o que equivale a 15,78% do total de deputados/as da Câmara (BRASIL, 2018).

O contexto político do processo que levou ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff foi também marcado por discursos de base religiosa que, ao que parece, colaboraram para seu desfecho exitoso. No dia 17 de abril de 2016, um total de 367 dos 513 deputados votou a favor da abertura do processo. A Frente Parlamentar Evangélica, por sua vez, foi responsável por 75 desses votos favoráveis (20,43%). Em termos relativos, a proporção de não-evangélicos que votaram pela admissibilidade do *impeachment* foi de 67,7%, enquanto a de evangélicos chegou a 93,8% (PRANDI; CARNEIRO, 2018).

Durante a justificativa de voto, os parlamentares usaram a palavra “Deus” 59 vezes, quase o mesmo número de vezes que a palavra “corrupção”, citada 65 vezes. Além disso, menções diretas aos evangélicos apareceram 10 vezes. De igual modo, os enunciados proferidos pela jurista Janaína Conceição Paschoal, conhecida por ter sido coautora da denúncia que levou ao *impeachment*, também foram marcados por referências diretas a Deus, chegando a afirmar, na sessão de debate do *impeachment* de Dilma Rousseff, no Senado Federal, no dia 30 de agosto de 2016:

"Eu acho que, se houver alguém fazendo algum tipo de composição nesse processo, é Deus. Foi Deus que fez com que várias pessoas, ao mesmo tempo, cada uma na sua competência, percebessem o que estava acontecendo com o nosso país e conferiu a essas pessoas coragem para se levantarem e fazerem alguma coisa a respeito."²

Dessa forma, a partir do contexto apresentado, esta pesquisa procurará responder aos seguintes questionamentos: o discurso constituinte religioso de vertente neopentecostal que atravessa, tanto o discurso da jurista Janaína Conceição Paschoal, quanto o dos parlamentares - principalmente os que compõem a chamada “bancada evangélica” – e de outras lideranças políticas e religiosas, de alguma forma legitimou as tomadas de posição desses enunciadore, de modo a corroborar, efetiva

² Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/se-houver-alguem-fazendo-algum-tipo-de-composicao-nesse-processo-e-deus-diz-janaina/>>. Acesso em 08 jul. 2019.

ou indiretamente, para o desfecho do processo que culminou com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff?

Tomando como base algumas pesquisas já realizadas na área, como, por exemplo: *Estratégias discursivas de persuasão em um discurso religioso neopentecostal* (PEÑA-ALFARO, 2005); *Religião e linguagem: abordagens teóricas interdisciplinares* (NOGUEIRA, 2015); *O funcionamento discursivo da negação e da promessa no discurso religioso* (CAZARIN, 2013); *Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV* (PATRIOTA; TURTON, 2004); *Introdução à análise da imagem* (JOLY, 2007); *Evangélicos em crise* (ROMEIRO, 1996); *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular* (BRANDÃO, 2007); *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (MARIANO, 1999), pesquisas essas que fundamentaram a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de minha autoria, apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sob o título: *O dízimo como investimento: uma análise do Discurso Religioso da Igreja Mundial do Poder de Deus* (BARRAQUI, 2016); e, de igual modo, considerando o contexto explorado até aqui, partimos das hipóteses de que:

- Os enunciados proferidos pela jurista Janaína Conceição Paschoal, por grande parte dos deputados favoráveis ao *impeachment* e outras lideranças evangélicas parecem se conformar ao discurso religioso neopentecostal, na medida em que apresentam elementos prototípicos e simbólicos desse discurso, buscando validar e sacralizar toda a ação do processo, de modo a torná-lo divino, inquestionável. Nessa perspectiva, ainda, o discurso relativiza qualquer responsabilidade humana pela condução e desfecho do processo.
- O discurso religioso, enraizado tanto nas falas dos deputados quanto nos discursos da jurista e de demais lideranças evangélicas, confere aos seus enunciadores um *ethos* messiânico, corroborando, de alguma forma, a legitimação de posições de fala institucionais e políticas que desembocaram na retirada da Presidenta Dilma Rousseff.

A partir das hipóteses apresentadas, consideramos que o acontecimento religioso se apresenta como uma prática discursiva, social, ideológica, simbólica, histórica e, em última instância, como engrenagem importante na maquinaria das relações de poder e controle social. Desse modo, estudar suas relações e tensões, de forma científica, é fundamental para compreender os elementos que o constituem

como uma prática discursiva atravessada pela história, de onde emanam elementos que transcendem o nível do contexto imediato dos atos de enunciação.

De igual modo, consideramos que o estudo do discurso religioso e de seus mecanismos de produção de sentido tem se mostrado de grande relevância, principalmente no que diz respeito ao cenário político brasileiro, onde esse tipo de discurso (em particular, o de vertente neopentecostal) se encontra cada vez mais enraizado e com grande representatividade, principalmente nas esferas decisórias da política (não obstante a premissa da laicidade do Estado), atuando como formador de opinião pública e se auto-justificando a partir de ideais ultraconservadores, afirmados como cristãos. Dessa forma, considerando a força da palavra no devir histórico humano, compreender como esse discurso se articula no interior do universo político abre caminhos para entender, também, como a sociedade se estrutura enquanto espaço público e arena discursiva.

Isto posto, sob o prisma da Análise do Discurso, a partir de uma análise descritivo-interpretativa do *corpus* selecionado, neste trabalho de pesquisa almejamos examinar as condições de produção discursiva desse tipo de discurso político e seu sistema de significação, que se mostra, ao mesmo tempo, afetado e atravessado pelo discurso constituinte religioso. Para tanto, como objetivo geral desta pesquisa, pretendemos analisar em que medida a presença do discurso religioso de vertente neopentecostal contribuiu para legitimar e influenciar tomadas de posição políticas no processo que culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Ainda, como objetivos específicos, pretendemos evidenciar de que forma o discurso político de representantes religiosos neopentecostais se articula de maneira a funcionar como formação discursiva intrincada em uma formação ideológica conservadora, descrevendo as condições de formação e estratégias de formulação desse tipo de discurso religioso (*ethos* discursivo e cenografias), buscando identificar seus atravessamentos interdiscursivos por outros discursos.

De maneira mais profunda, a motivação principal para esta pesquisa é o desejo de contribuir, de algum modo, nas reflexões acadêmicas acerca dessa temática, e abrir caminho no anseio pessoal de, através da experiência da linguagem e dos sentidos, destituir poderes e produzir liberdade.

CAPÍTULO I: MARCO TEÓRICO

Tomando o acontecimento religioso como uma prática social, ideológica e histórica e, em última instância, engrenagem importante na maquinaria das relações de poder e controle social (BOURDIEU, 2007), a partir de seu potencial simbólico, as linhas que seguem estão inscritas no contexto dos estudos da Análise do Discurso (AD), por considerar que essa perspectiva científica apresenta elementos fundamentais para a compreensão de uma prática discursiva atravessada pela história, de onde emanam elementos que transcendem o nível do contexto imediato dos atos de enunciação.

Dessa maneira, esse tópico se concentrará em apresentar alguns pontos de vista a respeito do objeto de pesquisa selecionado, buscando, a partir do aporte teórico da AD, compor uma análise do objeto de estudo através das categorias: condições de produção (PÊCHEUX, 1997; MAINGUENEAU, 1997; BRANDÃO, 2004; ORLANDI, 2005); formação discursiva (PÊCHEUX, 1997; BRANDÃO, 2004; MAINGUENEAU, 2008); ethos (MAINGUENEAU, 2013); cenografia (MAINGUENEAU, 2000); discursos constituintes (MAINGUENEAU, 2000) e sistemas de coerções semânticas (MAINGUENEAU, 2008).

. A seleção das categorias de análise para o objeto de pesquisa em questão não tem por finalidade esgotar as possibilidades de análise deste discurso, mas, foram assim elegidas por seu potencial teórico em evidenciar, na tessitura e espessura do objeto, as relações entre os ditos e os não-ditos (interdiscurso, memória) silenciados por seus enunciadores.

1.1. DISCURSO

A linguagem é uma atividade desenvolvida pelos seres humanos, e só as pessoas têm a capacidade de se expressar pela linguagem verbal. Esta linguagem, posta em uso nas relações do dia a dia, seja em situações informais ou mais complexas, sofre tensões e pressões por parte dos falantes e da sociedade. Dessa forma, para realizar o ato comunicativo, não basta que o usuário da língua possua conhecimentos linguísticos (gramaticais); é necessário, de igual modo, que o falante possua conhecimentos extralinguísticos (considerar quem é o seu interlocutor, a situação e o contexto de fala, por exemplo). Em síntese, é no interior do complexo

jogo de relações de produção da linguagem que o falante também produz discursos (MAINGUENEAU, 2013).

Nessa perspectiva, o discurso pode ser definido como: “efeito de sentido entre locutores” (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 81). Ou seja, tanto o falante/ouvinte quanto o escritor/leitor são seres marcadamente históricos, situados num tempo e espaço específicos, pertencentes a uma classe social ou a um grupo social definido, compartilhando de suas crenças, valores sociais e ideologias. Essas crenças e ideologias, por sua vez, são veiculadas e evocadas nos discursos. Dessa forma, se pode afirmar que não há discursos neutros, na medida em que esses produzem sentidos (de forma implícita ou explícita) e expressam posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos da linguagem. Em outras palavras, o discurso é também efeito de sentido entre sujeitos interpelados pela ideologia e afetados pela história.

Desse modo, nos termos de Maingueneau (2008), os discursos podem ser caracterizados como “integralmente linguísticos e integralmente históricos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16). Isto é, objetos que se constituem através de uma dupla restrição: a do dizível na língua e a do dizível num dado tempo-espaço histórico, articulando-se numa relação de heterogeneidade, construindo atravessamentos interdiscursivos.

Nesse sentido, esta pesquisa partirá do princípio de que, tanto o discurso religioso quanto o político também são marcadamente ideológicos em sua constituição e, por isso, não se estabelecem numa relação de neutralidade com os elementos que os circundam.

1.2. INTERDISCURSO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Interdiscurso e Formação Discursiva (FD) são conceitos fundamentais para a Análise do Discurso (AD), e possuem uma relação intrínseca entre si, uma vez que, como veremos adiante, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, enquanto o interdiscurso atua na delimitação das formações discursivas (INDURSKY, 2014). É na engrenagem do interdiscurso que as concepções apropriadas pelo sujeito surgem e se articulam, é ali que os sentidos se constituem e se aliam às formações discursivas, num local tenso, com fronteiras instáveis. “Uma FD é atravessada por várias FD’s [...] toda FD é definida a partir de seu interdiscurso” (BRANDÃO, 2004, p. 89).

1.2.1. Interdiscurso

Para adentrar no conceito de interdiscurso, é preciso antes realizar alguns questionamentos importantes: é possível ter a certeza de que cada pessoa é “dona” dos discursos que enuncia diariamente? É possível falar em discursos totalmente autorais ou isentos de qualquer tipo de atravessamento histórico-ideológico? Se não somos donos dos discursos que produzimos, como eles são constituídos?

Para a AD, todo o dizer (intradiscurso ou discurso de um sujeito) é sustentado por um já-dito em relação aos sujeitos e a ideologia. Em outras palavras, sem uma memória de saberes, sem o interdiscurso, sem os já-ditos presentes nas formações discursivas, as palavras são desprendidas de sentidos:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sens do significante (PÉCHEUX, 1997, p.176).

Essa memória discursiva se revela na materialidade dos discursos. Assim, todo enunciado, mesmo o mais banal, pode apresentar pontos de deriva dos quais emergem significações diversas.

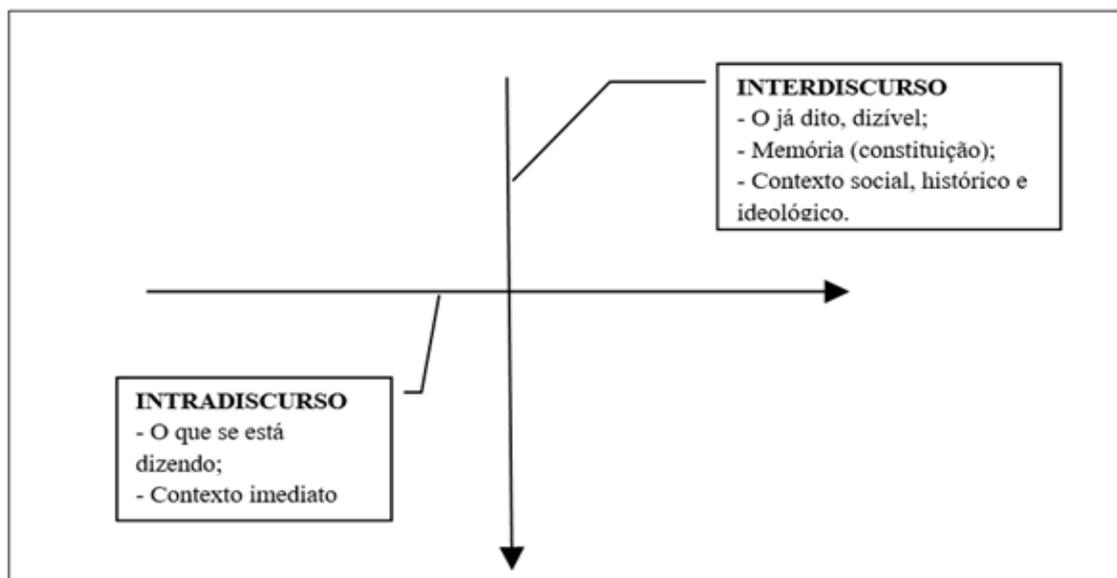
Na perspectiva da Análise do Discurso, o estudo da linguagem se dá não somente no âmbito puramente gramatical, ou nas relações intra-textuais; mas, se alarga no sentido de considerar também, para além do texto, as condições de produção dos enunciados e as filiações sócio-históricas dos sujeitos; isto é: a relação entre os aspectos ideológicos, históricos e sociais que se revelam através de um saber sócio-ideológico. De forma geral, no campo teórico da AD, todo o discurso é contextualizado - ou seja, só tem sentido no contexto da *cena de enunciação* em que é produzido, uma vez que

(...) a situação de enunciação não é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como *cenografia* por meio da enunciação", de forma que o discurso implica a existência de um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência (MAINGUENEAU, 2008, p. 51).

Ainda, de forma mais profunda, a AD considera que todo discurso é atravessado por uma memória histórica que, de certa forma, fala antes mesmo da palavra ser proferida (MAINGUENEAU, 2008). Assim, tomando como base a premissa de que todo o processo discursivo é, por sua própria natureza, lugar privilegiado de produção de sentido, o discurso, nessa perspectiva, passa a ser o espaço-tempo em que emergem as significações.

As condições de produção de um discurso compreendem, de maneira geral, os sujeitos e a situação, constituindo *a instância verbal de produção do discurso* (BRANDÃO, 2004). Ou seja, trata-se do conjunto dos elementos que cercam a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando. Dessa forma, as condições de produção podem ser consideradas em sentido estrito (da ordem do contexto imediato), e em sentido mais amplo (incluindo os contextos sociais, históricos e ideológicos). Essa correlação entre contextos pode ser entendida a partir de dois eixos: o do interdiscurso e o do intradiscurso (COURTINE, 1984). Esta noção pode ser representada, graficamente, da seguinte maneira:

Gráfico 01: Relação entre interdiscurso e intradiscurso, baseado em Courtine (1984).



À vista disso, pensar os elementos das condições de produção em seu contexto mais abrangente é, paralelamente, considerar os sentidos que atravessam o discurso de forma vertical, retomando, reinterpretando ou reassumindo elementos históricos e ideológicos que se tensionam como numa "arena de lutas", cujo ringue é o contexto

imediatamente, horizontal. Metaforicamente, nesse embate semântico entre o já-dito e o dizível, é a memória que assume o papel de “treinador”. Ou seja, mesmo não participando da luta diretamente, ela atua no jogo de forma a articular as táticas utilizadas pelos lutadores.

Assim, é possível considerar a memória como parte constitutiva e fundamental na produção dos discursos e, por conseguinte, estrutura basilar de constituição das sociedades. Porque é a partir da memória e/ou de sua ausência/apagamento que civilizações inteiras tiveram suas relações sociais reconfiguradas ou mesmo dizimadas:

Para liquidar os povos se começa a privá-los da memória. Se destroem os seus livros, a sua cultura, a sua história. E, algum outro escreve outros livros, lhe fornece uma outra cultura, inventa uma outra história; depois disso, o povo começa lentamente a esquecer aquilo que é e aquilo que foi. E o mundo ao seu redor esquece ainda mais rápido (KUNDERA, 2008, p. 193).

Por ser responsável, em última instância, por acionar e fazer valer as condições de produção, a memória só assume essas características quando pensada em relação ao próprio discurso. Assim, sendo da ordem do *interdiscurso* (lugar de formação do pré-construído), ela assume o caráter de *memória interdiscursiva*: aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (ORLANDI, 2005). Desse modo, é a partir deste recorte conceitual que a AD estuda o papel da memória e sua relação direta com a sociedade. Por isso, assim afirma Michel Pêcheux:

(...) uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX *in* ACHARD, 2010, p. 56).

Em síntese, o interdiscurso (ou memória interdiscursiva) pode funcionar como regulador dos deslocamentos das fronteiras de uma Formação Discursiva (FD) - conceito que veremos a seguir - controlando suas reconfigurações e permitindo a incorporação de outros pré-construídos. Essas reconfigurações permitem certas redefinições, apagamentos e esquecimentos entre os elementos de uma Formação Discursiva.

1.2.2 Formação Discursiva

A noção de Formação Discursiva (FD) é primordial nos estudos da Análise do Discurso, uma vez que permite compreender como se dá o processo de produção dos sentidos e a sua correlação com a ideologia (ORLANDI, 2005; ZANDWAIS, 2012). Esse conceito pode ser definido como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43). Ou ainda, entendida como “[...] diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (ORLANDI, 1992, p. 20).

Dessa forma, aquilo que um sujeito enuncia se inscreve em uma formação discursiva específica, e não em outra, porque busca ter um sentido específico e não outro. As palavras, por sua vez, não encerram um sentido em si mesmas, mas, adquirem sentido a partir das formações discursivas nas quais estão inseridas. Isso explica o motivo pelo qual, por estar inscrita em formações discursivas diferentes, uma mesma palavra pode assumir significados diferentes.

O conceito de Formação Discursiva foi inicialmente desenvolvido por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008 [1969]). Na época de seu lançamento, a problemática do discurso fazia parte das rodas de discussões na França, principalmente a partir dos estudos de Pêcheux, Althusser, Lacan e do próprio Foucault.

Em sua obra, no capítulo em que trata das Formações Discursivas, Foucault aponta que uma FD se constrói a partir de alguns mecanismos de regularidade, como: ordem, correlação, funcionamento e transformação. Esses mecanismos, por sua vez, também determinariam o modo como uma formação coexiste com as demais, se modifica e se reparte. Assim, é possível dizer que, para chegar ao conceito de Formação Discursiva, Foucault buscou constituir uma certa unidade dos discursos:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 47).

Posteriormente, o autor buscou estudar o processo de repartição das FD e a dispersão de seus saberes, a partir do “nexo das regularidades que regem a sua dispersão” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 63). Para isso, tratou de separar em quatro as possibilidades de unidade discursiva: 1. *Objetos*; 2. *Modos enunciativos*; 3. *Formação dos conceitos*; 4. *Formação dos temas*.

Em seguida, no capítulo que trata da Formação das Estratégias, Foucault expõe o modo como compreende o conceito de Formação Discursiva. Para o autor,

(...) todo este jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados[...]; uma formação discursiva não ocupa todo o volume possível que lhe abrem de direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; é essencialmente lacunar e isto pelo sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí que, retomada, colocada e interpretada em uma nova constelação, uma formação discursiva dada pode fazer aparecer novas possibilidades (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 83).

Entretanto, ao definir que as formações discursivas são regidas por um conjunto de regularidades, capaz de determinar sua homogeneidade e seu fechamento, Foucault parece não considerar a ideologia como um princípio organizador de uma FD. Isto, nas palavras do autor:

(...) no caso em que se pudesse descrever [...] semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como “ciência, ou “ideologia” ou “teoria”, ou “domínio de objetividade (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 51).

Assim, na perspectiva de Foucault, tanto a ideologia quanto a ciência e a teoria, por exemplo, teriam um papel secundário de mecanismo de dispersão no interior de uma formação discursiva, mas, não assumiriam a função central de determinar sua constituição.

Michel Pêcheux, por sua vez, ressignifica o conceito de FD à luz do marxismo/althusserianismo. Suas primeiras reformulações sobre o tema foram realizadas em 1975, em seu livro *A propósito da Análise Automática do Discurso*, escrito em co-autoria com Catherine Fuchs. Na obra, Pêcheux retoma as abordagens realizadas em seu primeiro livro, *Análise Automática do Discurso (1969)*, e desenvolve

novas questões sobre as concepções de Sujeito, Formação Ideológica e Formação Discursiva.

No texto de 1975, os autores aprofundam a relação entre discurso e ideologia, compreendendo que

(...) se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1990, pp. 166-167).

Conforme visto, é possível perceber que, para além do proposto por Foucault, a noção de formação discursiva em Pêcheux é concebida a partir de uma relação direta com a noção de ideologia.

As reflexões pecheutianas sobre as FD's são retomadas, ainda em 1975, em um livro lançado na França sob o título: *Les Vérités de la Palice*. No Brasil, a obra foi traduzida pela professora Eni Puccinelli Orlandi, com publicação em 1978, intitulada de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. No livro em questão, a noção de FD é desenvolvida como um domínio de saber, composto por uma série de enunciados discursivos, diretamente relacionados com a ideologia vigente, exercendo o papel de regulação daquilo que “pode e deve ser dito”:

Chamaremos [...] de formações discursivas aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 147).

Ainda, nas formulações teóricas desta obra, o autor traz à tona a noção de Sujeito como parte constitutiva do conceito de FD. Para ele,

(...) os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 161).

De forma mais específica, o autor ainda afirma que

(...) a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 163).

Assim, como visto até agora nos textos citados, podemos compreender que, na abordagem da Análise do Discurso pecheutiana, diferente do que ocorre em Foucault ([1969] 2008), o aspecto da ideologia recebe um lugar de destaque; e, junto ao Sujeito, é concebida como princípio organizador da formação discursiva. Desse modo, é possível dizer que, ao mesmo tempo em que uma FD determina aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito, este último também tem a capacidade de regular os saberes que circulam no interior desta mesma formação, através do que Pêcheux chamou de *forma-sujeito*³, ou sujeito do saber de uma determinada FD. Em outras palavras, o sujeito na AD pecheutiana não é vazio, uma vez que é afetado pelo inconsciente, interpelado pela ideologia e preenchido pela forma-sujeito.

Ainda, relacionado à noção de sujeito, Pêcheux introduz o conceito de “tomada de posição”. Para o autor:

(...) a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, do modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação (....) (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 172).

Para Pêcheux, a tomada de posição no interior de uma FD ocorre através de duas modalidades principais: o discurso do bom sujeito e o discurso do mau sujeito. Na primeira, o sujeito se identifica plenamente com a forma-sujeito da FD em que está inscrito. Na segunda, o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito da FD, provocando um tensionamento entre o sujeito e os saberes movimentados no interior da formação. Em outras palavras, na segunda modalidade, o sujeito, ainda que imerso na FD em que está inscrito, é capaz de questionar os saberes pertencentes à esta mesma formação. Através de um movimento de contradição, este tensionamento tem a capacidade de favorecer uma

³ O conceito de forma-sujeito foi desenvolvido inicialmente por Louis Althusser, em sua obra *Posições I* (1978, p.178). Ali, o autor explica que, para ser agente de uma prática social, o indivíduo precisa necessariamente se revestir da *forma de sujeito*.

abertura para que o discurso-outro possa adentrar numa determinada FD, ampliando sua heterogeneidade. Além destas duas modalidades, Pêcheux inclui uma terceira, que se caracteriza pela desidentificação do sujeito do discurso em relação à formação discursiva e sua forma-sujeito, provocando um deslocamento de identificação para uma outra formação discursiva (PÊCHEUX, [1978] 1997, p. 215).

Como visto até aqui, de modo algum poderíamos considerar cada formação discursiva como uma ilha. Ao contrário, além da heterogeneidade que ocorre no interior de cada formação, uma FD é capaz de interagir com outras FD's, uma vez que não se pode determinar com exatidão onde começa e onde termina cada uma delas. Assim,

(...) é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (ORLANDI, 2005, p. 44).

Tendo considerado as perspectivas conceituais apresentadas por Foucault ([1969] 2008) e Pêcheux ([1978] 1997), compartilhamos o desafio de construir um trajeto de análise sólido a partir da aplicação do conceito de Formação Discursiva, tendo em vista a própria constituição fluida das formações e seu caráter heterogêneo. Dessa maneira, buscamos adentrar na perspectiva de Maingueneau (2008) que, em seu trabalho, também aponta para a necessidade de repensar o conceito de formação discursiva, considerando a possibilidade de realizar certa demarcação ou bordeamento da FD, não somente a partir de determinações subjetivo-ideológicas, mas, considerando também outros traços semântico-discursivos, denominados pelo autor como *Semântica Global* que, por sua vez, seria regulada por um *Sistema de Coerções Semânticas*.

Assim, diante do exposto até aqui, no que diz respeito ao conceito de Formação Discursiva, optamos por adotar em nossas análises as perspectivas de Pêcheux ([1978] 1997) e de Maingueneau (2008), por crermos que os enfoques apresentados por estes autores vão de encontro à filiação teórica assumida nesta pesquisa e oferecem respaldo necessário para desenvolvermos os objetivos deste trabalho.

No tópico seguinte, buscaremos aprofundar os aspectos teóricos do Sistema de Coerções Semânticas, apresentado por Maingueneau (2008), elegendo um conjunto de traços semântico-discursivos que servirão de base para nossas análises.

1.3. SISTEMAS DE COERÇÕES SEMÂNTICAS

Em sua obra, *Gênese dos Discursos*, Maingueneau propõe uma caracterização geral do que são discursos, definindo-os “como integralmente linguísticos e integralmente históricos” (2008, p. 16), isto é, objetos que se constituem através de uma dupla restrição: a do dizível na língua e a do dizível num dado tempo-espaço histórico.

De acordo com o autor, os discursos se articulam numa relação de heterogeneidade, construindo atravessamentos interdiscursivos. Nesse sentido, os discursos não existem previamente, sendo depois colocados em relação – de aliança ou polêmica, por exemplo – com outros: eles nascem justamente, de forma regulada, nas brechas dessa rede interdiscursiva, que Maingueneau chama de “espaços de trocas”.

Ao estabelecer os conceitos de *universo discursivo* (conjunto finito de todos discursos, que circulam por todos os lugares), *campo discursivo* (conjunto de formações discursivas em concorrência) e *espaço discursivo* (espaço de trocas – formado por subconjuntos de formações discursivas), Maingueneau postula que o espaço discursivo polêmico entre duas formações discursivas é privilegiado para constituição de um *corpus*, postulação que será reforçada pela hipótese da “Polêmica como Interincompreensão”. Esta hipótese retoma a competência discursiva como interdiscursiva, analisando o processo de interincompreensão regrada que rege a relação entre discursos antagonistas.

A partir da noção de polêmica como interincompreensão, Maingueneau formula um dos conceitos mais conhecidos de *Gênese dos Discursos*, o de “simulacro”, que seria uma tradução depreciativa, em um discurso, de um valor de seu discurso oponente. Tal tradução depreciativa não acontece de maneira aleatória, mas segue a *semântica global* do discurso-agente para ler as práticas do discurso-paciente. O discurso só é capaz de compreender o outro através de “simulacros”, isto é, de traduções dos valores do outro em suas próprias categorias de análise. Em outras

palavras, cada um entende os enunciados do outro em sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma. O entendimento do Outro⁴ é sempre um simulacro desse Outro. Isso explica o fenômeno da *interincompreensão*, em que só se compreende um discurso na relação com os outros.

Ainda, para o autor, há diversas formas de restrição a que um discurso pode ser submetido; de modo que a organização dos elementos coercitivos de um discurso decorre de uma *semântica global*, que seria um conjunto de regras que rege todas as dimensões do discurso e que funciona como uma rede de coerções. Nessa esteira, para Maingueneau, assim como há coerções que definem a língua, há coerções que definem o discurso. Não é a qualidade dos sujeitos que define o discurso, mas, o pequeno número de coerções a que um discurso está submetido (2008, p. 103). Para ele, esse sistema age como uma espécie de filtro, que determina o dizível de um campo discursivo dado. Ou seja, delimita os critérios pelos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma dada formação discursiva.

No caso do *corpus* desta pesquisa, é possível constatar que esse sistema determina o campo interdiscursivo político/religioso no qual circulam os atores sociais, axiologias, relações e dispositivos das relações religiosas e políticas. No mesmo sentido, os tratamentos aplicados aos políticos favoráveis e contrários ao *impeachment* são governados por um sistema de coerções único, que deve ser concebido como uma competência discursiva (ou interdiscursiva), que por sua vez se caracteriza pela capacidade dos enunciadores de reconhecerem a incompatibilidade semântica de enunciados do espaço discursivo do Outro e/ou a capacidade de interpretar/traduzir este Outro nas categorias de seu próprio sistema de coerções. Em síntese, para Maingueneau (2008), frente a seu antagonista, o discurso tem as opções de recusá-lo totalmente, através da “exclusão polêmica simples” ou de tentar incorporá-lo em sua grade semântica, através da “integração do discurso do outro”. Por isso, em nosso caso, a recusa ou incorporação semântica do discurso do Outro

⁴ Para Maingueneau, o interdiscurso se mostra na relação do discurso com o seu Outro. Sobre a utilização do termo, em seu livro *Gênese dos Discursos*, na nota de rodapé de número 40, o autor explica que: “esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com o seu homônimo lacaniano [alinhado às concepções da psicanálise]. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor” (MAINGUENEAU, 2008, p. 103). Desse forma, no percurso de nossas análises, utilizaremos o conceito de *Outro* no contexto da noção de interdiscurso, a partir da posição adotada por Maingueneau.

vai depender dos “acordos” políticos, ideológicos e institucionais estabelecidos entre os enunciadores representantes dos grupos polarizados em questão.

O sistema de restrições semânticas confere aos discursos um conjunto de traços que abrangem todos os planos discursivos. A seguir, apresentaremos algumas características desses traços, que serão evidenciados no desenvolvimento das análises deste trabalho:

I - Intertextualidade

Considerando que a interdiscursividade tende a deixar suas marcas na materialidade linguística e, portanto, é constitutiva de qualquer discurso, a intertextualidade, por sua vez, deixa sinais por meio do intertexto, compreendido como aquilo que efetivamente foi citado por um discurso. Assim, a intertextualidade caracteriza-se pelos tipos de relações intertextuais que são consideradas legítimas pela competência discursiva (MAINGUENEAU, 2008). Em outras palavras, é possível dizer que:

Todo campo discursivo define uma certa maneira de citar os discursos anteriores de um mesmo campo, isto é, cada discurso constrói para si um passado específico, atribuindo-se certas filiações e recusando outras. O sistema de coerções intervém nesses dois níveis de intertextualidade (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 11).

Ainda, de acordo com Maingueneau (2008), quando o trabalho de retomada de uma memória discursiva ocorre nos limites de um determinado campo, é considerada como intertextualidade interna. Entretanto, para além de construir relações no interior de seu próprio campo, um discurso também pode estabelecer relações com outros campos discursivos. Essas relações podem aparecer em forma de citação ou não. Tem-se aí um tipo de intertextualidade externa.

II – Vocabulário

De acordo com o princípio de coerções semânticas, o vocabulário é compreendido na capacidade de discursos diferentes atribuírem sentidos diversos a um mesmo item lexical, de acordo com o seu posicionamento discursivo. Isso porque, “além de seu estrito valor semântico, as palavras tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento (MAINGUENEAU, 2008, p. 81).

De outro modo, significa dizer que não há sentido em falarmos de um vocabulário específico para cada discurso, uma vez que a palavra, por si só, não se constitui como uma unidade de análise pertinente, podendo ser explorada de forma contraditória por diferentes discursos, de modo que, embora um item lexical não pertença ao vocabulário tido como obrigatório por determinado discurso, o sistema de coerções justifica o estatuto privilegiado atribuído a ela (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009).

III – Estatuto do enunciador e do co-enunciador

Para Maingueneau (2008, p. 87), cada discurso, de acordo com a competência interdiscursiva, define o estatuto que o enunciador deve se conferir e o estatuto que ele confere ao seu co-enunciador para legitimar seu dizer. De outro modo, poderíamos dizer que, no espaço do discurso, tanto o enunciador quanto o co-enunciador possuem um lugar de enunciação. Entretanto, na arena discursiva, o enunciador pode projetar uma imagem de si (*ethos*), com o objetivo de legitimar o discurso com o qual deseja alinhar-se.

IV – Dêixis enunciativa

Cada discurso traz em si uma série de marcas que o situam no espaço-tempo. Esse é o caso da dêixis enunciativa, que tem ligação com o estatuto do enunciador, uma vez que é a propriedade que “define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 89). É importante salientar que a dêixis conceituada pelo autor não tem relação com marcas empíricas, como, por exemplo, o local e data em que o texto foi produzido. Ao contrário, tem a ver com o estatuto discursivo do enunciador e busca definir uma cena e cronologia que estejam alinhadas à determinada formação discursiva.

V – Modo de enunciação

Na esteira da semântica global é importante também considerar a maneira de dizer, ou seja, o modo de enunciação. Nas palavras de Maingueneau (2008, p. 91), o modo de enunciação pressupõe que “o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer um texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe”. Na conceituação

do modo de enunciação, há que se considerar o aspecto do tom, que por sua vez, apoia-se em duas dimensões discursivas manifestadas no enunciador: o caráter e a corporalidade.

Ainda que em textos escritos, o tom tem relação com a vocalidade, um modo de dizer que pode ser tranquilo, agressivo, cadenciado, diversificado, flexível, etc.. É responsável por conferir certo ritmo ao enunciado. O tom apoia-se na noção de caráter que, para Maingueneau (2008, p. 37), trata-se de características “psicológicas, disposições mentais, e de uma corporalidade - uma maneira de se movimentar no espaço social”. A corporalidade, por sua vez, tem relação com a maneira de se vestir e de se movimentar do enunciador. Ainda, para o autor, cada discurso também constrói seu corpo a partir das restrições semânticas as quais é submetido e a partir da cena enunciativa na qual está inscrito.

VI – Modo de coesão

O modo de coesão tem relação com a interdiscursividade. É a forma como cada formação discursiva constrói seus parágrafos, capítulos, argumentos e mudanças de tema. Ou seja, são os encadeamentos responsáveis por tecer os sistemas de restrições; ou ainda, o modo pelo qual o discurso se constrói internamente, através de anáforas, recortes discursivos etc. Em síntese, o modo de coesão proporciona à formação discursiva

(...) uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro. Todas essas juntas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga da semântica global (MAINGUENEAU, 2008, p. 96).

VII – Biblioteca

Cada formação discursiva dispõe de certas fontes de informação que sustentam seus enunciados. Este aspecto tem ligação com o traço da intertextualidade, uma vez que prevê certa coexistência de textos em um determinado discurso e, por outro lado, define o pertencimento de cada texto a um discurso através da reafirmação dos “contornos do espaço do citável que a biblioteca atualiza, ‘thesaurus dos enunciados válidos’” (MAINGUENEAU, 2008, p. 130). Dessa forma, o traço da biblioteca “define estatutos enunciativos específicos, que não dissociam conteúdo e enunciação de textos” (idem).

Ainda, o traço da biblioteca atua como um fator que pode determinar o grau de pertencimento de um enunciador a uma determinada formação discursiva, a depender da posição do enunciador diante das fontes de informação disponíveis. Para Maingueneau (2008, p. 130), o enunciador é interpelado pelo discurso, uma vez que esse mesmo discurso “filtra a aparição, no campo da palavra, de um grupo enunciativo distinto”. Significa dizer que, através de suas fontes de informação, a formação discursiva revela suas condições de pertencimento ao sujeito (enunciador), de modo que ele é “chamado” a se inscrever ou não nesta formação. Ou ainda, sugere ao enunciador um certo grau de ajustamento às condições exigidas para estar inscrito nesta formação discursiva. Nas palavras de Maingueneau (2008, p. 130), esse movimento é denominado de “vocação enunciativa”.

1.4. CENAS DA ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO

Se compreendemos o *ethos* como a imagem do enunciador, moldada no/pelo discurso, veremos que este conceito está profundamente ligado à noção de cenas de enunciação, este espaço onde o discurso é construído e validado. Por isso, neste tópico daremos enfoque a estes dois conceitos.

1.4.1 Cenas da Enunciação

Oriundo da metáfora da cena teatral, o conceito de cenas de enunciação, tal como proposto por Maingueneau (2013), considera que, para além de suas relações sintagmáticas e paradigmáticas e seus atravessamentos históricos e ideológicos, um discurso depende de uma determinada cena de enunciação para ser de fato enunciado. Assim, para o autor, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2013, p. 85).

Esta cena está associada a três tipos: a *englobante*, a *genérica* e a *cenografia*. A cena englobante equivale à noção de campo discursivo que, por sua vez, determina o tipo de discurso. Aqui, Maingueneau (2013, p. 86) traz como exemplo um panfleto entregue na rua. Este panfleto pode ser reconhecido pelo coenunciador como discurso político, vinculado a um gênero discursivo (cena genérica), com é o caso da propaganda eleitoral, e produzir cenografias que o distinguem de outro discurso. A cena genérica, como visto, é onde o gênero discursivo se materializa e manifesta a vinculação enunciativa com seus coenunciadores. Essas duas cenas (a englobante e

a genérica), definem o que o autor chama de *quadro cênico* ou “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2013, p. 87). A cenografia, como veremos a seguir, é construída e definida pelos elementos (textuais, gráficos, gestuais, etc.) que compõem a cena de enunciação.

Partindo do princípio de que “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (MAINGUENEAU, 2013, p. 87), é no movimento cenográfico que o *ethos discursivo* dos sujeitos se revela, uma vez que as condições espaço-temporais onde emergem os discursos determinam o papel discursivo assumido pelo falante e, por conseguinte, sua relação com o papel discursivo do Outro. Assim, para Maingueneau (2013), o Eu e Tu (enunciação discursiva) são legitimados socio-discursivamente e tem seus enunciados validados pelo tempo (cronografia) e pelo espaço/lugar (topografia). Assim,

(...) a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria (MAINGUENEAU, 2013, p. 88).

Nesse sentido, portanto, a cenografia pode ser caracterizada como uma “encenação” que se realiza em espaços e gêneros distintos, buscando articular as condições necessárias para validar-se como tal. No contexto das análises deste trabalho, a cenografia possibilita, por exemplo, que um advogado se dirija a seus coenunciadores como alguém da mesma família, ou que um pastor fale a seus coenunciadores como um político.

Este movimento cenográfico também pode ocorrer, segundo Maingueneau (2013), no que o autor denominou de *cenas validadas*. Para além da cena englobante, da cena genérica e da cenografia, há outras cenas de fala que podem ser comparadas “a uma espécie de reflexão em comum, como acontece quando a família se reúne à noite, em volta da mesa” (MAINGUENEAU, 2013, pp. 91-92). Nesse tipo de cena, o coenunciador é quase que chamado a participar imaginariamente do processo enunciativo. Isso fica claro quando pensamos numa conversa em família durante a refeição. Esta é, segundo o autor, uma cena validada, que se encontra instalada de

forma positiva na memória das famílias, de uma forma geral. Em suma, cenas validadas são aquelas compartilhadas socialmente, que já se encontram cristalizadas na memória coletiva, de forma positiva ou negativa, funcionando como um “estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimentos em outros textos” (MAINGUENEAU, 2013, p. 92).

Como visto neste tópico, a noção de cenas da enunciação implica considerar que cada enunciado é um produto de uma enunciação que, por sua vez, se constitui através de uma cena. Entretanto, nas palavras do próprio Maingueneau (2013, p. 94), “(...) isso não basta: toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto”. Por isso, no tópico seguinte levantaremos as principais noções que envolvem o conceito de *ethos* discursivo.

1.4.2 Ethos Discursivo

O conceito de *ethos* tem sua origem na retórica aristotélica, dizendo respeito, de maneira geral, à capacidade de eloquência e persuasão de um orador diante de seu público, a partir das representações de seu caráter:

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É porém necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Entretanto, os estudos sobre *ethos* não se limitaram à retórica antiga. Ao longo do tempo, no campo das ciências da linguagem, o conceito vem sendo trabalhado por diferentes autores.

Oswald Ducrot (1987) aprofundou a noção de *ethos* retórico fazendo uma distinção entre o que ele chamou de *locutor-L* e *Locutor-lambda*. O primeiro entendido como enunciador e o segundo como ser do mundo.

Émile Benveniste (1989) contribuiu com a construção da noção de *ethos* ao conceituar as figuras do locutor e do alocutário, no interior da teoria da enunciação. Nessa concepção, é a partir da utilização dos pronomes pessoais que o locutor revela sua subjetividade na linguagem, o EU. No mesmo sentido, ao instituir um EU (pessoa subjetiva), o processo de enunciação também constrói um TU (pessoa não-subjetiva). Para o autor, nesse processo, a primeira pessoa transcende a segunda. O ELE, por sua vez, na concepção de Benveniste, é a não-pessoa.

Dominique Maingueneau (2013), por sua vez, conceitualiza a noção da construção da imagem de si no discurso, compreendendo o *ethos* na relação com a cena de enunciação. Este modo de ver o conceito permitiu um estudo mais específico da filiação dos sujeitos à determinada posição discursiva, a partir de uma imagem que vai sendo construída no movimento discursivo.

Assim, no interior do arcabouço teórico da Análise do Discurso, a noção de *ethos* possibilitou compreender, de forma mais precisa, o processo de adesão dos sujeitos à determinadas formações discursivas. Desse modo, a compreensão do conceito de *ethos* discursivo na AD, a partir dos estudos de Maingueneau (2013), pressupõe um deslocamento da noção de persuasão (retórica) para a noção de adesão (discursiva).

Esta adesão ao discurso ocorre, segundo o autor, quando o coenunciador compreende a imagem do enunciador no discurso, que se revela a partir de algumas características desse sujeito que enuncia. Essas características, segundo Maingueneau (2013), não estão diretamente relacionadas ao que o sujeito diz a seu respeito, mas, às marcas que ele deixa na linguagem, suas expressões e aspectos psicológicos. Por isso,

Essa noção de *ethos* compreende não só a dimensão propriamente vocal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas ligas pelas representações coletivas à personagem do enunciador (MAINGUENEAU, 2013, p. 98).

Para a AD, o sujeito empírico difere do sujeito discursivo, de seu *ethos* construído. Assim, também para Maingueneau (2013), esse sujeito discursivo deixa marcas (uma voz, um tom, um caráter) enquanto enuncia, que vão dando corpo ao seu *ethos*. Em outras palavras, quando ouvimos alguém falar, logo imaginamos um todo corporizado, um determinado tom e certos traços de caráter desse enunciador.

Para Maingueneau (2008), esse *estatuto* que o coenunciador confere ao enunciador se dá de forma espontânea, a partir do modo como ele diz. Trata-se de:

(...) um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite que leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito (MAINGUENEAU, 2013, p. 98).

Segundo Maingueneau (2013), é o coenunciador quem constrói, a partir das marcas deixas no discurso, essa “instância subjetiva” que tem o papel de fiador do discurso. Desse modo, o coenunciador confere ao fiador uma corporalidade e determinados traços de caráter. Para Maingueneau (2013, p. 98),

O “caráter” corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a “corporalidade” corresponde a uma compleição corporal [um biotipo], mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social.

1.5. DISCURSO CONSTITUINTE

A teoria do Discurso Constituinte (MAINGUENEAU, 2000) propõe observar, inicialmente, as relações existentes entre os textos filosóficos, religiosos, científicos e literários, tendo em vista sua capacidade de partilhar certas propriedades e categorias comuns. No que se refere à religião, esse tipo de discurso tem sido estudado há séculos, por pessoas diversas; entretanto, segundo o autor, é importante também analisá-lo de forma conjunta, à luz de uma nova unidade discursiva constituinte (MAINGUENEAU, 2000). A partir dessa noção, a proposta é estabelecer os encadeamentos discursivos inscritos no objeto em análise, tomando como base a ideia do discurso religioso como um discurso constituinte.

Esta noção compreende que “só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6). Dessa maneira, também é possível pensar no discurso religioso como aquele se autotematiza. Esse movimento pode ser visualizado, por exemplo, quando existe um debate em torno de uma problemática social. Neste caso, normalmente os meios de comunicação solicitam a opinião de pessoas autorizadas que falam em nome da ciência, da filosofia e da religião. Consequentemente, têm-se a impressão de que o tipo de discurso abordado por essas pessoas autorizadas são, de algum modo, “discursos últimos, para além dos quais não há senão o indizível, de

que eles se confrontam com o Absoluto” (MAINGUENEAU 2000, p. 6). O que se coloca é que esse tipo de discurso parece dar sentido aos atos de fala da coletividade. Todavia, ainda no exemplo citado, o inverso dificilmente ocorrerá. Ou seja, alguém autorizado a falar em nome da religião provavelmente não consultará um jornalista sobre alguma temática religiosa.

Nesta linha, o autor postula que no interior dos discursos constituintes existem as chamadas *zonas de fala*, responsáveis por construir discursos limites. Esses estão relacionados, em última instância, às representações relativas ao carisma, à Encarnação e ao Absoluto. Em outras palavras, por não se autorizarem por si mesmas, as zonas de fala precisam aparecer ligadas a uma fonte legitimadora (MAINGUENEAU, 2000).

Nessa linha, verifica-se também que o próprio caráter constituinte do discurso religioso confere uma autoridade particular a seus enunciados, às suas *inscrições*. Trata-se de um conceito que supera as noções de enunciado, texto e obra, de forma que,

(...) produzir uma inscrição é não tanto falar em próprio nome, mas seguir os traços de um Outro invisível [no caso, Deus], que associa os enunciadorees modelos de seu posicionamento e, no limite, a presença daquela Fonte que funda o discurso constituinte: a Tradição [em se tratando da religião], a Verdade [em se tratando da filosofia], a Beleza [em se tratando das artes] (MAINGUENEAU, 2000, p. 8).

Ao final deste primeiro capítulo, após termos abordado as principais noções teóricas que fundamentaram a realização das análises de nossa pesquisa, passaremos ao segundo capítulo deste trabalho que, por sua vez, tem o objetivo de delinear as condições históricas de produção do discurso religioso neopentecostal, objeto deste estudo.

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO NEOPENTECOSTAL

Após situar este trabalho no contexto dos estudos sobre o discurso religioso e elencar as principais teorias e conceitos que embasam esta pesquisa e suas análises, buscaremos, de forma panorâmica, realizar um recorte histórico que possibilite uma aproximação com a noção de neopentecostalismo. Dessa maneira, a importância deste capítulo se dá pela necessidade de compreender o que chamamos de discurso religioso neopentecostal, cuja caracterização está para além da pura e simples vinculação com alguma denominação religiosa, mas, está imbricada na tessitura de seus atravessamentos interdiscursivos.

2.1 O PROTESTANTISMO HISTÓRICO

Com o fim do período histórico da Idade Média, têm-se o declínio do sistema feudal e absolutista e, em contrapartida, o eclodir de transformações sociais surgidas a partir da reforma protestante e do advento da civilização burguesa, alicerçada pelo modelo econômico do capitalismo. Nesse cenário, o teocentrismo da Idade Média dá lugar ao humanismo renascentista; e as denominações religiosas surgidas da Reforma, assumem, em certa medida, sinais do espírito burguês-capitalista. Ou seja, enquanto o ideal religioso cristão-católico pregava a resignação ante o sofrimento como caminho ascético para que o homem pudesse desfrutar das benesses de uma vida futura (eterna), marcada pela ausência de qualquer flagelo, o modelo protestante inicial, especialmente o de origem calvinista, afirmava que a felicidade era fruto das bênçãos de Deus somadas ao esforço do trabalho humano realizado na terra (MO SUNG, 1992, 1995). Em outras palavras, o catolicismo medieval ensinava ao homem como fazer da dor física, da perda pessoal, da derrota frente ao mundo ou da impotente contemplação da agonia alheia algo tolerável, suportável, sofrível; enquanto o protestantismo histórico pregava como superar as mazelas da vida através do trabalho (GEERTZ, 1978).

Posteriormente, a partir da Revolução Francesa (séc. XVIII) e da Revolução Industrial (séc. XIX) há a consolidação da sociedade burguesa e de seu aparato ideológico, tornando-se a classe dominante do sistema capitalista e, na linha da teoria marxista, detentora da *propriedade privada dos meios de produção* (MARX, 2008). Nesse ponto, o protestantismo histórico - e em especial a ramificação calvinista -

assume a possibilidade do lucro do capital como conquista do homem através de seu trabalho e demonstração da bênção de Deus (WEBER, 2005).

Houve ainda, no interior das denominações protestantes - desde seu advento, e com ramificações posteriores - a experiência da “angústia da salvação”. Em síntese, enquanto no catolicismo a salvação era compreendida a partir das obras, com Lutero ela somente se concretiza pela fé. Mais tarde, com Calvino, a ideia da salvação é concebida também pela fé, mas, assentada numa concepção de predestinação. Ou seja, de nada valem as obras e a fé se o fiel não for predestinado à salvação. E a maneira de identificar o crente predestinado era por seu grau de prosperidade durante a vida terrestre (LIBÂNIO, 2002).

Mas, a partir do século XX, esse cenário sofre outras metamorfoses significativas com o surgimento das denominações pentecostais, dissidentes do protestantismo histórico., como veremos a seguir.

2.2 O PENTECOSTALISMO BRASILEIRO E SUAS ONDAS

Assim como ocorre na dinâmica linguística dos campos e formações discursivas, o campo sociológico das religiões praticadas no Brasil sempre se apresentou de forma polissêmica e multifacetada, em diferentes níveis, a depender do período histórico (GOFFMAN, 2012). De forma mais específica, em se tratando do subcampo do Pentecostalismo, esta afirmativa se mostra ainda mais justificada.

No que diz respeito às pesquisas científicas, é possível observar que o Pentecostalismo e suas correntes só passaram a se tornar objeto de estudo no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX (MORAES, 2010). Após esse período, percebeu-se a necessidade de haver uma tipologia mais específica que demarcasse os limites do objeto em questão, favorecendo seu estudo e análise. Assim, tem-se utilizado, de forma mais abrangente, a metáfora das “ondas” como forma de compreender o movimento pentecostal brasileiro (FREESTON, 1993). O Neopentecostalismo, por sua vez, passou a ser reconhecido como o movimento das igrejas da terceira onda, erigidas a partir da década de 1970.

O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de *três ondas* de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) (...) A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a

relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é *paulista*. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha fora nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (...) O contexto é fundamentalmente *carioca* (FREESTON, 1993, p. 66).

A primeira onda é conhecida como o *pentecostalismo clássico*, que reina absoluto de 1910 a 1950, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil (em São Paulo - SP, no ano de 1910) e da Assembleia de Deus (em Belém – PA, em 1911), difundindo-se, posteriormente, para todo o país. Inicialmente, essas denominações eram compostas em sua maioria por pessoas dos extratos mais pobres da sociedade, marcadas pela pouca escolaridade. Perseguidas pela Igreja Católica e discriminadas pelos protestantes históricos, essas igrejas eram marcadas pelo anticatolicismo e por um comportamento sectário radical em relação ao mundo terreno. Ainda, enfatizavam o dom de línguas⁵, a volta iminente de Cristo e a salvação com vistas ao paraíso. Atualmente, apesar de acumularem mais de cem anos de história, ambas ainda conservam uma postura sectária e um certo ideal ascético. Embora sua formação de base continue sendo composta pelas camadas mais pobres e pouco escolarizadas da sociedade, têm alcançado também setores da classe média e do empresariado brasileiro (MARIANO, 1999).

A segunda onda tem sua origem no início dos anos 50, na cidade de São Paulo, a partir do trabalho de Harold Williams e Raymond Boatright, missionários vinculados à *International Church of The Foursquare Gospel* e ex-atores de filmes de faroeste americano. Foram responsáveis por implementar um modelo de evangelismo de massa, com foco na mensagem da cura divina. Ao contrário da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã, que até a década de 50 consideravam os meios de comunicação de massa como mundanos e diabólicos (reflexo do sectarismo), os

⁵ O dom de línguas, ou glossolalia religiosa, é um fenômeno narrado no episódio bíblico de Pentecostes (At 2, 9-11), quando povos de várias partes do mundo (partos, medas, elamitas, povos da Mesopotâmia, Judeia, Capadócia, Ponto, Ásia, Frígia, Panfília e Egito) reuniram-se em Jerusalém, após a ressurreição de Cristo, e ali teriam recebido os dons do Espírito Santo, que descia do céu em forma de fogo. O termo dom de línguas surgiu porque, segundo o texto bíblico, todas as pessoas presentes no momento do pentecostes, oriundas de diferentes povos, conseguiam ouvir as falas uns dos outros em sua própria língua. É importante destacar que a origem do termo "pentecostal", que qualifica a maior parte das correntes evangélicas, também surge desse episódio (CARVALHAES, 2010).

missionários americanos utilizavam o rádio como principal instrumento de propagação de seus ideais.

Com mensagem sedutora e métodos inovadores e eficientes, atraíram, além de fiéis e pastores de outras confissões evangélicas, milhares de indivíduos dos estratos mais pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos. Causaram escândalo e reações adversas por toda parte. Mas, ao chamarem atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curandeirismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no país (MARIANO, 1999, p. 30).

Graças à sua propagação nos meios de comunicação, e suas campanhas de cura divina através das Cruzadas (modelo evangelístico já adotado pela igreja Evangelho Quadrangular, nascida em São Paulo, no ano de 1953), os missionários acabaram por provocar uma significativa fragmentação no interior do pentecostalismo brasileiro, que até aquele momento contava, em suma, com a Assembleia de Deus e Congregação Cristã como representantes. Em resposta a estas campanhas de cura, surgiram as igrejas: Brasil para Cristo (São Paulo, 1955), Deus é Amor (São Paulo, 1962), Casa da Bênção (Belo Horizonte, 1964) e diversas outras de menor relevância naquele momento.

Entre os elementos que caracterizam as denominações da segunda onda está a ênfase teológica no dom de cura divina, uma vez que se apresenta (até os dias atuais) como um de seus mais poderosos recursos catequéticos. Para Mariano (1999), este recurso foi crucial para o rápido crescimento e pulverização institucional do pentecostalismo brasileiro. Ainda, para o autor, a segunda onda pode ser considerada com um “desdobramento tardio, em solo brasileiro, do pentecostalismo clássico norte-americano” (1999, p. 32). Entretanto, um aspecto fundamental que distingue a experiência brasileira de implantação do pentecostalismo em relação à americana é a utilização de meios e espaços antes pouco explorados pelas igrejas, como: o rádio, cinemas, teatros e estádios, com o objetivo de ampliar a visibilidade e impacto do movimento. Ainda, como já dito, um outro aspecto significativo e próprio da experiência fundacional pentecostal brasileira é a ênfase na cura divina e, em alguns casos, nas práticas de exorcismo, mais comumente exploradas pelos missionários durante as Cruzadas de evangelização.

2.2.1 O Neopentecostalismo

A terceira onda tem início na segunda metade dos anos 70, ganhando força e maior capilaridade no desenrolar das décadas de 80 e 90. Na origem das principais denominações surgidas neste período está a Igreja de Nova Vida, fundada pelo missionário canadense Robert McAlister, no ano de 1960, no Rio de Janeiro. Dela nasceram: a Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980) e Cristo Vive (1986), todas localizadas no Rio de Janeiro. Paralelamente, também nasciam as igrejas: Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1976), Comunidade da Graça (São Paulo, 1979), Renascer em Cristo (São Paulo, 1986) e Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (São Paulo).

É neste período, chamado de terceira onda, que compreendemos o movimento eclesiológico do neopentecostalismo. De igual modo, é no interior dos limites deste espaço discursivo que desenvolvemos esta pesquisa e, por conseguinte, é em sua engrenagem semântico-discursiva que encontramos as filiações do *corpus* selecionado para nossa análise. Por isso, é importante destacar que, dentre outros aspectos,

A terceira onda demarca o corte histórico-institucional da formação de uma corrente pentecostal que será aqui designada de **neopentecostal**, termo praticamente já consagrado pelos pesquisadores brasileiros para classificar as novas igrejas pentecostais (...). O prefixo *neo* mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do neopentecostalismo (MARIANO, 1999, p. 33).

Como visto anteriormente, a linha que divide o pentecostalismo clássico (primeira onda) do deuteropentecostalismo (segunda onda) é o corte institucional de quase quarenta anos que os separam. Já em relação ao neopentecostalismo, esta distinção exige considerarmos outros elementos. Para Mariano (1999, p. 37), a margem que separa o neopentecostalismo dos movimentos anteriores é formada pelas “consideráveis distinções de carácter doutrinário e comportamental, suas arrojadas formas de inserção social e seu *ethos*⁶ de afirmação do mundo”.

⁶ É importante destacar aqui que o conceito de *ethos* mobilizado por Mariano (1999) difere na noção apresentada por Maingueneau (2013), uma vez que esta última está baseada na construção da imagem do sujeito no e pelo discurso, tendo como base uma cena enunciativa. No caso do primeiro, o conceito aponta para uma certa capacidade de persuasão, típica da retórica aristotélica (ARISTÓTELES, 2005).

Portanto, é preciso compreender que nem todas as denominações do ramo pentecostal que se constituíram em meados dos anos 70 em diante podem ser classificadas como neopentecostais. Há que se considerar certas marcas características desta corrente, que a diferem das ondas anteriores, uma vez que:

Para ser enquadrada como neopentecostal, portanto, uma igreja fundada a partir de meados da década de 70 deve apresentar as características teológicas e comportamentais distintas dessa corrente. Quanto mais próxima destas características estiver, tanto mais adequado será classificá-la como neopentecostal. Isto é, quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tendente a investir em atividades extra-igreja (empresariais, políticas, culturais e assistenciais), sobretudo naquelas tradicionalmente rejeitadas ou reprovadas pelo pentecostalismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja estará do espírito, do *ethos* e do modo de ser das componentes da vertente neopentecostal (MARIANO, 1999, p. 37).

Como vimos, para Mariano (1999), uma das principais distinções inauguradas pelo neopentecostalismo é a ruptura com sectarismo e ascetismo pentecostais, que resultou numa mudança considerável nos rumos do movimento pentecostal. O autor vai mais além, sustentando que “o neopentecostalismo constitui a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo” (MARIANO, 1999, p. 36).

Em diálogo com Mariano (1999, pp. 34 - 37), elencaremos, a seguir, algumas características que corroboram o caráter inovador do neopentecostalismo em relação aos movimentos anteriores:

- Postura mais liberal, menos sectária e ascética, principalmente no que diz respeito ao vestuário e embelezamento femininos, além de certa tolerância para com os comportamentos profanos dos fiéis;
- Tendência a investir em atividades extra-igreja (empresariais, políticas, culturais e assistenciais);
- São igrejas autóctones, com lideranças fortes e alto grau de intolerância ao ecumenismo e aos cultos afro-brasileiros;
- Estruturam-se de forma empresarial, oferecendo bens e serviços simbólicos ao mercado religioso, adquiridos mediante pagamento (dízimo, campanhas, desafios, etc.), alinhados ao uso massivo de técnicas de marketing;
- Pregação enfática da Teologia da Prosperidade (ROSSI, 2016);
- Desejo de intervenção social a partir da inculcação da moral bíblica e da participação ativa no âmbito da política partidária;

- Utilização significativa dos meios de comunicação de massa;
- Exercício de uma função terapêutica em suas igrejas, baseada na cura divina, na prosperidade e nos rituais de exorcismo (momento em que dão “nome aos bois” e culminam na “guerra santa” ou “batalha espiritual”), com ênfase na oposição à figura do Diabo e seus “aliados” (demônios e outras potestades). Aqui é importante ressaltar que, enquanto as igrejas da terceira onda enfatizam a libertação dos demônios, as da primeira mantinham seu foco no uso de línguas estranhas, e as da segunda, por sua vez, concentravam-se na cura divina;
- Uso de objetos como forma de mediação do sagrado, com certas doses de “misticismo”;
- Cultos que estimulam a expressividade emocional como forma de promover uma catarse individual e coletiva;
- Militância agressiva e crença de que os milagres são fruto da palavra humana associada à fé;
- Lideranças com traços de uma postura ufanista, com ênfase na busca por prestígio e respeitabilidade social.

Considerando as características apontadas acima, é possível verificar vários pontos de convergência com o *ethos* (pessoal e institucional), interdiscurso e formação discursiva assumidos pelos enunciadorees que compõem o arquivo textual que analisaremos nas próximas páginas desta pesquisa. Na maioria dos casos, trata-se de traços sutis nos ditos (e não ditos) presentes nas falas dos enunciadorees. Aqui, gostaríamos de destacar dois desses aspectos: 1 - a busca pelo poder e a autopromoção, através de uma postura ufanista, vitoriosa; 2 - o conceito de “batalha espiritual”, transportado do contexto dos templos para a arena política brasileira.

Em diálogo com Mariano (1999), compreendemos que o primeiro traço é característico do grupo neopentecostal, e encontra eco nos enunciados de nossas análises, por considerar que:

Os neopentecostais (...) querem prestígio e respeitabilidade social. São triunfalistas e intervencionistas. Pretendem transformar a sociedade através da conversão individual e da inculcação da moral bíblica, mas também (o que é novo) da realização crescente de obras sociais, da participação na política partidária, da conquista de postos de poder nos setores privado e público e do uso religioso do rádio e da TV (MARIANO, 1999, p. 45).

Este aspecto fica notoriamente visível quando os enunciadores analisados atribuem a si a “cristianização” dos espaços onde atuam ou atuaram, fazendo questão de retratar sua história pessoal como um caminho vitorioso e conduzido por Deus.

O segundo traço verificado, também característico do grupo neopentecostal, é a ideia de batalha espiritual, agora não mais vivenciada somente no contexto da igreja enquanto espaço físico, mas, colocada em prática no interior da arena política. Desse modo, a luta do crente contra as forças do mal passou a ganhar outros espectros. O demônio, antes um inimigo invisível, agora possui rosto, nome e filiação institucional. A esse respeito, já abordamos que:

(...) por mais esforços que se faça, não há como não notá-los, mesmo na política partidária, terreno do qual até há pouco, mantinham-se deliberadamente afastados. Ao substituírem a velha máxima “crente não se mete em política” por projetos eclesiais corporativistas radicados no slogan “irmão vota em irmão” – título de livro de um pastoral assembleiano (Silvestre, 1986) -, entraram de “corpo e alma” no jogo político. Avidamente cortejados e assediados por partidos e candidatos, vários desses “irmãos” passaram a trocar voto e apoio eleitoral por cargos, recursos, favores e concessões – sempre públicos – de toda espécie (MARIANO, 1999, pp. 15-16).

Com a entrada decisiva da corrente religiosa neopentecostal na arena político-partidária brasileira, este conceito (batalha espiritual) foi transportado para o campo discursivo da política. Esse processo se consolidou, em grande medida, a partir do momento em que os templos neopentecostais passaram a pregar que esta batalha e vitória contra o mal seriam mais eficazes se pudessem contar com fiéis ocupando cargos públicos e construindo políticas contra tudo o que consideravam demoníaco na sociedade. Dessa forma:

(...) Em seus postos eles neutralizariam as ações dos demônios, trazendo assim saúde e prosperidade para todo o país. Obviamente, esse projeto de neocristandade encontra resistência tanto por parte dos outros grupos religiosos como por parte das forças políticas existentes. Estas, no entanto, para sobreviverem diante do peso eleitoral crescente dos grupos pós-pentecostais, são obrigadas a fazer alianças e concessões. Através delas o pós-pentecostalismo [neopentecostalismo] vai entrando e se firmando no cenário político nacional (SIEPIETSKI, 1997, p.54).

Desse ponto de vista, trata-se não somente de um anseio por uma maior representatividade das igrejas neopentecostais na política brasileira, mas, é um desejo de atuar de forma mais estratégica nesse espaço antes impensável para um

crente cuja denominação se encontra inscrita historicamente entre as duas primeiras ondas do pentecostalismo brasileiro. A diferença é que as igrejas neopentecostais não se veem sob o peso da tradição sectária e apolítica do pentecostalismo. Em outras palavras, suas lideranças não se sentem na obrigação de justificarem sua participação no jogo político-partidário (MARIANO, 1999).

Como vimos, neste capítulo procuramos situar o neopentecostalismo no contexto histórico do protestantismo brasileiro, abordando algumas características que o singularizam das demais ondas pentecostais ocorridas no país. No tópico seguinte, buscamos perfazer o caminho metodológico de nossa pesquisa, evidenciando as delimitações que balizaram a construção de nosso arquivo de análise.

CAPÍTULO III: CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

Neste capítulo pretendemos descrever o caminho percorrido para a construção deste trabalho e as abordagens utilizadas para a análise do objeto de pesquisa selecionado e suas interfaces com a realidade, com a concretude das relações sociais. Desta forma, compreendemos que, enquanto investigação histórico-estrutural, a pesquisa em questão tem o caráter qualitativo, tendo em vista que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007, pp. 21 - 22).

Ainda, calçamos este trabalho sob as bases da pesquisa qualitativa por compreendermos que, para lograr êxito em sua análise discursiva, o analista precisa ir além das aparências do fenômeno a que se propõe investigar, considerando os possíveis atravessamentos teóricos e analíticos que surgirão no caminho percorrido para o estudo de seu objeto. Em outras palavras, em seu labor de evidenciar os ditos e não ditos de determinado objeto, é importante que o analista do discurso considere o processo discursivo como um todo, e não apenas seu produto, o texto. Por isso, para fins deste trabalho é importante demarcar nossa opção por uma investigação histórico-estrutural, uma vez que

(...) aprecia o desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

3.2 SELEÇÃO DO *CORPUS* / COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

Considerando a internet e, mais especificamente, as redes sociais como espaços de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2007) e lugar onde os indivíduos têm a possibilidade de emitir suas opiniões em relação a temas diversos, a intenção inicial de nosso trabalho era selecionar o *corpus* da pesquisa a partir de postagens em perfis de lideranças políticas, movidas pelo discurso neopentecostal, em suas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter).

Entretanto, como o recorte histórico desta pesquisa se dá entre abril e agosto de 2016, período em que a Presidenta Dilma Rousseff foi retirada de seu cargo após a concretização do processo de *impeachment*, constatamos a dificuldade de localizar as postagens dessas lideranças nesse intervalo temporal, uma vez que, até o presente, muitas delas já haviam sido apagadas de seus perfis.

Após esta constatação, que limitava significativamente o alcance dos objetivos deste trabalho, reavaliamos o caminho percorrido até então e optamos por construir um arquivo analítico, composto por enunciados de lideranças políticas e religiosas, que compartilham o discurso religioso neopentecostal.

Para esta empreitada, apoiamo-nos no conceito de “arquivo”, desenvolvido por Guilhaumou (2002). Para o autor, a constituição do *corpus* não tem necessariamente que seguir critérios engessados, ou ordenamentos pré-estabelecidos, como é visto numa infinidade de trabalhos na perspectiva da análise do discurso. Um exemplo concreto é quando o analista descreve as condições de produção do discurso antes mesmo de eleger o *corpus*, propriamente dito. Por isso, o autor nos afirma que:

Não se trata mais de construir logo de início um corpus sobre a base de um juízo de saber, a título de designação prévia de condições de produção, mas convém descrever configurações de arquivos significativas, ao mesmo tempo, de um tema, de um sujeito, de um conceito e, por fim, de um acontecimento” (GUILHAUMOU, 2002, p. 6).⁷

⁷ A tradução do original em francês foi realizada pelo orientador desta pesquisa, o Professor Doutor Luis Fernando Bulhões Figueira. Na sequência, apresentamos o fragmento original: “*Cependant il ne s’agit plus de construire d’emblée un corpus sur la base d’un jugement de savoir, au titre de la désignation préalable de conditions de production, mais il convient de décrire d’abord des configurations d’archives significatives à la fois d’un thème, d’un sujet, d’un concept, et en fin de compte d’un événement*”.

Assim, buscamos constituir nosso arquivo a partir de três enunciados de pessoas distintas. A seleção dos enunciados considerou o perfil público (*ethos pré-discursivo*) dos enunciadores, e se deu levando em conta os seguintes critérios:

Para compor o arquivo, o enunciador precisa:

- Ser uma figura pública de impacto nacional;
- Ter relevância no campo político brasileiro e/ou no contexto religioso neopentecostal brasileiro;
- Ter relevância discursiva no contexto dos embates a favor do *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff;
- Demonstrar, através de filiação institucional, pessoal ou discursiva, inscrição no que chamamos de discurso religioso neopentecostal e suas características que o singularizam de outros movimentos religiosos pentecostais (conforme apresentado no capítulo anterior, que abordou as condições de produção deste discurso);

Para compor o arquivo, o material de análise (enunciado) precisa:

- Estar em formato de vídeo e publicado em alguma plataforma online, disponível para a visualização de qualquer público, de forma gratuita;
- Ter entre 1 minuto e 30 segundos a 20 minutos de duração de vídeo;
- Estar situado no contexto que antecedeu ao fato histórico do *impeachment* de Dilma Rousseff, entre abril e agosto de 2016, quando os embates/tensionamentos sobre o tema se verificavam com maior nitidez e acirramento.

Dessa forma, o primeiro vídeo selecionado trata-se de um “discurso político” proferido pela jurista Janaína Conceição Paschoal, coautora da denúncia que levou ao *impeachment* da então ex-Presidenta, Dilma Rousseff, proferido no dia 04 de abril de 2016. O enunciado está em formato de vídeo, publicado no site *Youtube*⁸, com duração de 6 minutos e 47 segundos, postado no canal “Poder360”.

O segundo vídeo é o resultado de uma entrevista do Deputado e Pastor Marco Feliciano ao Portal Gospel Prime, também materializado em formato de vídeo,

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P5FQH9f5ads>>. Acesso em 22/09/2016.

disponível no site *Youtube*⁹, com duração de 18 minutos e 30 segundos, publicado em 11 de abril de 2016 e postado no canal “Gospel Prime”.

O terceiro, por sua vez, com duração de 1 minuto e 53 segundos, é um vídeo expositivo do Pastor Silas Malafaia, postado em seu canal no *Youtube*¹⁰, publicado no dia 29 de fevereiro de 2016.

Após a composição do arquivo, observando os critérios anteriormente elencados, passamos à transcrição manual dos vídeos, de forma integral. O resultado completo das transcrições está disponibilizado nos anexos, ao final desta dissertação.

Na sequência, realizamos as análises dos vídeos com base no aporte teórico da Análise do Discurso de linha francesa, com ênfase nas categorias: condições de produção (PÊCHEUX, 1997; MAINGUENEAU, 1997; BRANDÃO, 2004; ORLANDI, 2005); formação discursiva (PÊCHEUX, 1997; BRANDÃO, 2004; MAINGUENEAU, 2008); ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2013); cenografia (MAINGUENEAU, 2000); discursos constituintes (MAINGUENEAU, 2000) e sistemas de coerções semânticas (MAINGUENEAU, 2008).

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iJ-Qjbk7Swc>>. Acesso em: 20 set.2019.

¹⁰ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=rnDeD0E5_dk>. Acesso em: 20 set.2016.

CAPÍTULO IV: ANÁLISES

4.1 ANÁLISE I: “ACABOU A REPÚBLICA DA COBRA”

4.1.1 Do objeto e suas condições de produção

O discurso selecionado para análise está materializado em formato de vídeo, publicado no site *Youtube*¹¹ no canal Poder360, sob o título de “Janaína Paschoal detona o governo Dilma na USP vejam”, com duração de 6 minutos e 47 segundos. Para fins deste trabalho, o vídeo foi integralmente transcrito (conforme ANEXO I). Tendo em vista as dimensões do arquivo selecionado, no percurso da análise deste e dos demais materiais elencados, destacaremos alguns trechos que possibilitem visualizar a linha analítica que optamos por tomar, compreendendo, entretanto, que de modo algum lograremos esgotar aqui todas as possibilidades de análise.

As condições de produção deste primeiro enunciado a ser analisado (PÊCHEUX, 1997; BRANDÃO, 2004) situam-se no contexto do ato pró-*impeachment*, realizado no dia 04 de abril de 2016¹² (há 13 dias da Sessão decisiva na Câmara dos Deputados, que aprovou o processo de *impeachment*), no Largo São Francisco, Faculdade de Direito da USP – Universidade de São Paulo. O vídeo apresenta a jurista Janaína Conceição Paschoal discursando para alunos e ex-alunos da referida faculdade. O ato contou com a presença de Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, que junto a Janaína, protocolaram o pedido de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff.

Janaína Paschoal é advogada e professora da Universidade de São Paulo (USP). Nas eleições de 2018, dois anos após a efetivação do *impeachment* de Dilma Rousseff, Paschoal se filiou ao Partido Social Liberal (PSL) e lançou-se como candidata a deputada estadual de São Paulo. Obteve mais de 2 milhões de votos, consagrando-se com a deputada mais votada na história do país.¹³ Apesar de não afirmar fazer parte de uma confissão religiosa específica, Janaína Paschoal assume

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P5FQH9f5ads>>. Acesso em: 22 set. 2019.

¹² Posteriormente, no dia 17 de abril de 2016, ocorreria a sessão da Câmara dos Deputados que, por 367 a 137 votos, autorizaria a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff.

¹³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/janaina-paschoal-e-a-deputada-mais-votada-da-historia-de-sp.ghml>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

frequentar diversas igrejas e locais de culto, inclusive templos evangélicos neopentecostais.¹⁴

4.1.2 Análise

Assim que é chamada ao palco, a jurista é recebida com gritos de “Janaina Paschoal, orgulho nacional!”. Ao iniciar sua fala, aparenta desejar situar o ato no contexto de outros que ocorreram pelo país, no sentido de que o discurso do *impeachment* já está disperso em outros espaços públicos:

Eu acho muito importante registrar que neste mesmo momento, na Faculdade de Direito do Recife, né, que foi fundada no mesmo ano da nossa faculdade [USP]...que foi fundada no mesmo ano da nossa faculdade...um minuto. É... está acontecendo um ato semelhante pedindo o *impeachment* da Presidente.
[Palmas]
E pedindo democracia.

Aprofundando o trecho, na perspectiva teórica pecheutiana, vemos que é importante considerar tanto o que o texto diz quanto o que ele não diz. Em outras palavras, há sentidos não-ditos, não verbalizados, que “precedem e dominam o dizer” (PÊCHEUX, 1997, p. 291) e que subjazem o contexto imediato de um discurso, deixando rastros de seu interdiscurso ou sua memória discursiva, que nas palavras de Pêcheux (2010, p. 52) é conceituada como:

(...) aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Tendo em vista que, como visto acima, os sentidos são construídos na relação entre o dizível e não-dizível, ao observar o trecho, percebe-se que primeiro a jurista afirma que o ato semelhante que ocorre no Recife se realiza para pedir o *impeachment*. Somente após as palmas do público ela afirma que também é um ato que pede pela democracia. Há aqui, ao que parece, uma tentativa de atrelar os significantes “*impeachment*” e “democracia” numa mesma substância semântica. O que, em certa medida, será importante para reforçar, junto ao público, a ideia de que um *impeachment* é, por si só, um ato democrático e necessário, desconsiderando as

¹⁴ Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/analise/janaina-paschoal-a-religiosidade-obtusa-contr-a-cobra/>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

demais nuances do processo. Ainda, por outro lado, o trecho parece apontar para uma tentativa de contrapor a formação discursiva contrária, que acusava os defensores de *impeachment* de promoverem um golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff. Essa formação discursiva atua de modo a recortar o interdiscurso e refletir posições ideológicas, sociais e de sujeitos, constituindo sentidos diferentes (ORLANDI, 1992).

No trecho seguinte, a jurista considera estar discursando na porta de sua casa. Os estudos discursivos (PÊCHEUX, 1990; ORLANDI, 2005; MAINGUENEAU, 2013, entre outros/as) consideram que o falante é capaz de construir, modificar e adaptar seu discurso de acordo com o contexto, situação comunicativa, lugar de enunciação ou papel social desempenhado. Por isso, apesar de, no momento do discurso, Paschoal pareça estar alternando entre os papéis sociais de jurista e militante política, quando diz “aqui na porta da minha casa”, de algum modo, procura evidenciar que estará discursando para pessoas próximas, como se estivesse em sua casa.

Então, aqui na porta da minha casa, eu queria aproveitar para agradecer todos os meus professores, desde o jardimzinho até o final do doutoramento, porque eles me ensinaram a colocar o conhecimento a serviço da nação.

[Palmas]

Eu quero agradecer todos os meus familiares na pessoa do meu falecido avó pernambucano, Julio Paschoal, que me ensinou que vale a pena ser honesto.

[Palmas]

A cena de fala construída por Janaina Paschoal no trecho acima, própria de um ambiente familiar, pode ser caracterizada como uma *cena validada* (MAINGUENEAU, 2013). Segundo o autor, esse procedimento ocorre quando uma cenografia está apoiada em cenas de fala já instaladas na memória coletiva, construídas a partir de modelos valorizados ou rejeitados socialmente. Uma conversa na porta de casa é um exemplo de “cena validada”, instalada positivamente na cultura brasileira. Este e outros tipos de cenas supostamente compartilhadas podem ser associadas a qualquer público ou comunidade, daí sua força semântica e persuasiva. De forma conceitual, não se trata de uma “cenografia validada”, mas de uma “cena validada”, uma vez que

(...) não se caracteriza propriamente como discurso, mas como um estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimentos em outros textos (MAINGUENEAU, 2013, p. 92).

Posteriormente, Paschoal traz à tona as figuras de seus professores e avô, para construir seu *ethos* discursivo, a partir de uma representação pessoal atrelada ao estudo e valorizadora dos ensinamentos de seus antepassados. É importante ressaltar que tais imagens/representações são muito reconhecidas socialmente, e podem se constituir como prerrogativas de credibilidade em determinados discursos:

Eu quero agradecer todos os meus familiares na pessoa do meu falecido avô pernambucano, Julio Paschoal, que me ensinou que vale a pena ser honesto.

De igual modo, em outro momento do discurso, a jurista utiliza de uma memória da infância para criar um *ethos* de pessoa “bem educada”, que recebeu uma sólida formação familiar (de berço), valorizando os saberes popular e religioso ao mesmo tempo:

Mas nós não vamos abaixar a cabeça. Porque desde pequenininha, o meu pai me disse – Ricardo, meu pai: “Janaina, Deus num dá asa pra cobra”.

Na perspectiva de Maingueneau (2013), a noção de *ethos*, entre outros aspectos, tem relação com as representações coletivas a respeito da personagem do enunciador. Essas representações, segundo o autor, fazem surgir uma “instância subjetiva”, corporalizada, que atua no papel de fiador (aquele que sustenta a ideia) do discurso proferido. Na prática, quando Paschoal menciona seus professores e seu avô, ela produz o *ethos* (imagem) de alguém confiável, que se fia tanto na honestidade ensinada pelo avô, quanto no conhecimento e patriotismo ensinado pelos professores. São eles os responsáveis por legar à jurista os valores de “colocar o conhecimento a serviço da nação” e “ser honesto”. Em uma perspectiva discursiva, seu discurso busca ganhar credibilidade na medida em que está ancorado e corroborado por esses fiadores.

O trecho seguinte do discurso evidencia com mais clareza esta perspectiva, na medida em que Paschoal procura destacar que muitos de seus mestres (ou fiadores) estão presentes junto ao público, produzindo um efeito de sentido de veracidade:

Tomando o exemplo, né, deste avô e dos meus mestres, muitos deles aqui, é... (...).

Por outro lado, se ao evocar o aspecto da honestidade, Paschoal parece inscrever seu discurso numa Formação Discursiva *pró-impeachment*, atualizando enunciados de combate à corrupção; ao trazer à tona a ideia de nação, o enunciado evidencia um atravessamento com o discurso nacionalista, tão presente também na FD *pró-impeachment*. Tal discurso, entre outros aspectos, atua no apagamento das contradições de classes sociais, na medida em propõe certa concepção unificada de país/nação e supõe ser possível agir em prol de um bem comum, desconsiderando as diversidades culturais, origens e realidades sociais distintas. Em outras palavras, trata-se de um discurso atrelado à essa FD de que, se o país vai mal, todos/as devem pagar o preço, na mesma medida, independente de sua classe social.

Apresentando seu avô e seus professores no mesmo nível de relevância pessoal, Janaína Paschoal, a partir de expressões de cunho religioso, chama a atenção dos parlamentares para a necessidade de acabar com as distinções políticas entre alto e baixo clero:

(...) eu gostaria de pedir aos nossos parlamentares, que nós aproveitemos esta oportunidade pra acabar com essa história de alto clero e baixo clero.

[Palmas]

Deputado é deputado.

[Palmas]

Oriundos da formação hierárquica religiosa católica do período medieval, os termos “alto clero” e “baixo clero” dizem respeito aos membros da classe clerical (do latim, *cleru*), ou seja, os religiosos, comumente conhecidos como sacerdotes. Neste período histórico havia a distinção entre alto clero: formando pelo papa, cardeais, arcebispos, patriarcas, bispos e sacerdotes de famílias ricas; e baixo clero: constituído por sacerdotes e diáconos, em sua grande maioria oriundos de famílias pobres (FRANCO JÚNIOR, 2001).

A utilização dessas expressões na política brasileira tornou-se mais comum na década de 1980, no período de formação Assembleia Constituinte, composta por um grupo de parlamentares responsável por discutir e formular o texto da Constituição Federal de 1988. Na ocasião, ao grupo formado por parlamentares com menor participação no processo constituinte, que realizaram um movimento de contraposição

àqueles que queriam um projeto de Constituição mais à esquerda no espectro político, foi dada a alcunha de “baixo clero”.

Em síntese, no que se refere ao campo político brasileiro atual, “alto clero” e “baixo clero” são expressões utilizadas para definir o grau de relevância política dos deputados/a, no contexto da Câmara Legislativa. Nesse sentido, o alto clero seria composto por políticos de maior influência e liderança na condução das votações e na demarcação das pautas a serem discutidas na Câmara. Em contrapartida, o baixo clero seria composto por deputados que dispõem de menor influência na Câmara que, em geral, se concentram mais em assuntos relacionados à sua base eleitoral, como garantir o repasse de recursos à sua cidade ou tratar de assuntos que agradem seu eleitorado. Entretanto, é importante destacar que, no contexto da política brasileira, os deputados do chamado baixo clero têm unido forças, principalmente em votações de temas de interesse do grupo. Uma demonstração desse poder se deu com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, em 2015. Vale ainda lembrar que, à frente da Câmara, o deputado foi indispensável para o enfraquecimento da base governista e para o encaminhamento do processo de *impeachment* que retiraria a presidenta Dilma Rousseff, em 2016¹⁶.

Na esteira de nossa pesquisa, a nomenclatura de alto e baixo clero tem relação com a noção de capital político. Para Bourdieu (2007, p. 188), o capital político é “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento.” Ele é construído a partir das demonstrações de crédito que os próprios pares conferem ao indivíduo (em nosso caso, o deputado) ou a instituição, e os poderes específicos a eles designados. Este modelo de capital assegura aos seus detentores certa forma de apropriação de bens e serviços no que se refere ao campo político. É também a partir da constituição desse universo social que são estabelecidas as regras e estruturas que admitem e legitimam certos discursos e não outros, a partir de processos de reconhecimento instituídos pelos membros do próprio grupo.

Retornando à análise, cremos que , propor o fim de tais distinções no interior espectro político brasileiro, naquele contexto determinado, pode significar, em outros termos, que todos os deputados/as, dos mais influentes aos menos expressivos,

¹⁶ Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/relembre-trajetoria-de-eduardo-cunha-na-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em 03 set, 2020.

detêm o poder de também engrossarem as fileiras dos que articulam e desejam levar a cabo o processo de *impeachment*.

Na sequência do enunciado, a jurista chega ao ápice de sua fala, trazendo à tona a imagem da cobra como recurso argumentativo-discursivo:

Janaina Paschoal: O que está acontecendo: as cobras que se apoderaram do poder

Alguém do público: Jararaca!

Janaina Paschoal: (...) Mais do que parar pra refletir sobre o impeachment – que há motivos de sobra, como todos aqui já falaram e eu também já falei – é o momento de discutir a que **deus** nós queremos servir.

Alguém do público: É isso aí!

[Palmas]

Janaina Paschoal: É ao dinheiro? Nós queremos servir a uma cobra?

Público: Não!

Janaina Paschoal: O Brasil não é a república da cobra! [enquanto gira a bandeira do Brasil com as mãos sobre sua cabeça]

[Palmas]

Nós somos muitos hélios!

[Palmas]

Nós somos muitos migueis!

[Palmas]

Muitas lúcias!

[Palmas]

Muitas janainas!

[Palmas]

Nós somos muitos celsos!

[Palmas]

Muitos daniéis!

[Palmas]

Eles derrubam um...levantam-se dez!

[Palmas]

Nós não vamos deixar esta cobra continuar dominando as nossas mentes, as aulas dos nossos jovens. Porque os professores de verdade querem mentes e almas livres.

[Palmas]

Alguém do público: Muito bem, Janaina!

Janaina Paschoal: Somente o dinheiro, por meio de ameaças, por meio de perseguições, por meios de processos montados – e eu sei do que eu tô falando, porque eu tô defendendo muito perseguido político.

[Palmas]

Eles querem nos deixar cativos.

[Palmas]

Mas nós não vamos abaixar a cabeça. Porque desde pequenininha, o meu pai me disse – Ricardo, meu pai: “Janaina, Deus num dá asa pra cobra”.

[Palmas]

E aí eu digo pra ele: mas, pai, às vezes a cobra cria asa. Mas, quando isso acontece, Deus manda uma legião pra cortar as asas da cobra.

[Palmas]

Nós queremos libertar o nosso país do cativo de almas e mentes. Não vamos abaixar a cabeça pra essa gente que se acostumou com discurso único. Acabou a república da cobra!

Ao considerarmos as condições de produção desses enunciados, a partir das conceituações de Pêcheux (1997) e Brandão (2004), veremos que os trechos acima estabelecem relações interdiscursivas que transcendem seu contexto imediato de enunciação, produzindo efeitos de sentido da ordem da memória discursiva (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2005).

Numa perspectiva histórica, é possível verificar que a imagem da cobra (serpente, víbora) possui inúmeras recorrências nas mitologias dos povos e culturas. Talvez, a mais difundida entre os povos de tradição judaico-cristã (como é o caso do Brasil) esteja nas narrativas e alegorias bíblicas (BÍBLIA, 2014). Ali, a imagem da cobra é utilizada principalmente para fazer alusão ao mal (por exemplo: Gênesis 3,1; Mateus 10, 16; II Coríntios 11, 3; Apocalipse 12, 9; Apocalipse 20,2), sendo a serpente do Jardim do Éden uma das alegorias mais emblemáticas (Gênesis 3, 4–5, 22).

Nesta narrativa alegórica, a cobra seduz Eva a comer do fruto da Árvore da Ciência do Bem e do Mal (Árvore da Vida). Trata-se da imagem de uma serpente que utiliza da razão e da sabedoria, como o próprio texto bíblico sugere: "A serpente é a mais astuta de todos os animais que o Senhor Deus tinha criado" (Gênesis 3,1).

No livro do Gênesis, situado no Antigo Testamento (capítulo 3, versículos 4-5, 22), a cobra é metaforizada como uma criatura ludibriadora, mentirosa e trapaceira. Já no Novo Testamento, a serpente do Gênesis é comparada de forma recorrente a figura do Diabo¹⁷ (do latim, *diabolus*), que em sua etimologia significa "divisor" (BOHN, 2013).

Retomando o trecho em análise, vemos que a jurista afirma que "as cobras se apoderaram do poder", produzindo um efeito de sentido que possivelmente atrela o significante "cobras" aos políticos do partido governista (Partido dos Trabalhadores - PT), que estavam no poder naquele período. Já no fim deste tópico, Paschoal é específica em dizer: "nós queremos servir a uma cobra?". Aqui, caberia uma questão: por que a jurista se refere ao termo "cobra" no singular e no plural num mesmo tópico textual? Se no plural o termo parece referenciar os membros do PT, quem é a cobra a que se refere no singular? Talvez o grito de "jararaca!" ecoado por uma pessoa do público possa deixar pistas.

No dia 04 de março de 2016, há exatamente um mês antes de Janaina Paschoal proferir o discurso em análise, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia sido conduzido, de forma coercitiva, para depor à Polícia Federal de São Paulo, na 24ª fase da Operação Lava Jato. Após o episódio, o ex-Presidente expressou em discurso transmitido pela internet: "Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. A jararaca tá viva, como sempre estive"¹⁸.

Se compararmos os discursos de Janaina Paschoal e do ex-Presidente Luiz Inácio, veremos que ambos citam a mesma espécie de animal, porém, não é possível afirmar que, no âmbito dos sentidos, estejam compartilhando a mesma informação.

¹⁷ A relação da serpente com a figura do diabo é recorrente em textos do Novo Testamento. A título de exemplo, podemos encontrar tal referência em: Mateus 10,16; Mateus 23, 29-33; João 3,14; João 8,44; 2 Coríntios 11,3; Apocalipse 12,9; Apocalipse 12, 14-20; Apocalipse 21, 8.

¹⁸ Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/se-tentaram-matar-jararaca-nao-bateram-na-cabeça-bateram-no-rabo-diz-lula-em-discurso.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Tal constatação pode ser observada se levarmos em conta o conceito de *Sistemas de Coerções Semânticas*, desenvolvido por Maingueneau (2008).

Para o autor, existem diversas formas de restrição a que um discurso pode ser submetido, de modo que a organização dos elementos coercitivos de um discurso decorre de uma *semântica global*, que seria um conjunto de regras que rege todas as dimensões do discurso e que funciona como uma rede de coerções. Dessa forma, assim como há coerções que definem a língua, há coerções que definem o discurso. Para o autor, esse sistema age como uma espécie de filtro, que determina o dizível de um campo discursivo dado. Ou seja, delimita os critérios pelos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma dada formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008).

Dessa forma, tomando os discursos da jurista e do ex-Presidente como estando em formações discursivas distintas, será possível compreender que “cobra” e “jararaca” estão também em formações opostas. Para tanto, utilizaremos algumas categorias de análise vinculadas ao Sistema de Coerções apresentado.

Para Maingueneau (2008), através do processo de *tradução*, cada enunciador entende (traduz) os enunciados do outro a partir de suas concepções de sentido, embora no interior do mesmo campo discursivo. Esse fenômeno se dá de diversas maneiras, entre elas, pela seleção do *vocabulário*, como se verifica no quadro 01.

Quadro 1 – Análises de formações discursivas, a partir da categoria vocabulário, com base em Maingueneau (2008).

Formação Discursiva I	Formação Discursiva II
Cobra	Jararaca
Símbolo bíblico do mal, da traição	Símbolo de resistência
Trapaça, traição, veneno	Astúcia
“Deus manda uma legião pra cortas as asas da cobra”.	“Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo”.
“Acabou a República da cobra”.	“A jararaca tá viva, como sempre esteve”.

Esta categorização revela que as diferenças vocabulares ocorrem não no sentido de haver um léxico específico para cada discurso, mas, sentidos diferentes

atribuídos a um mesmo item lexical por discursos diferentes, dependendo do posicionamento discursivo. No caso, os posicionamentos da jurista e do Ex-Presidente.

Nessa linha de análise, fica perceptível o tom religioso no discurso de Paschoal. Isso se dá, de acordo com Maingueneau (2008), pelo *modo de enunciação*. Ou seja, pela maneira de dizer específica que caracteriza o discurso. Em outras palavras, trata-se dos gêneros discursivos recorridos pelos enunciadores. Neste caso, por exemplo, o discurso político da jurista em tom de pregação.

Por fim, na esteira do Sistema de Coerções Semânticas, Maingueneau (2008) traz a categoria *biblioteca* que, segundo o autor, refere-se às fontes de informações de um determinado discurso. Em nosso caso, funciona como fator de qualificação dos enunciados pertencentes a determinada formação discursiva e não a outra. Ou seja, a posição do enunciador diante das fontes de informação pode deixar rastros sobre sua filiação no campo das formações discursivas. No caso dos discursos em análise, percebe-se que a fonte de informação da jurista Paschoal é a Bíblia, enquanto a do ex-Presidente provém da cultura popular, revelada por sua escolha lexical.

Além do significante “cobra” - que como vimos anteriormente, está envolto no espectro discursivo do sagrado - Paschoal expõe, de forma textual, que há algo maior, que transcende as razões do processo de *impeachment*. Trata-se de um discurso constituinte religioso (MAINGUENEAU 2000), que se auto-tematiza e que tem a figura de Deus como grande legitimador:

Janaina Paschoal: (...) Mais do que parar pra refletir sobre o *impeachment* – que há motivos de sobra, como todos aqui já falaram e eu também já falei – é o momento de discutir a que deus nós queremos servir.

Alguém do público: É isso aí!

[Palmas]

Janaina Paschoal: É ao dinheiro? Nós queremos servir a uma cobra?

O trecho “é o momento de discutir a que deus nós queremos servir” deixa evidências de uma possível relação interdiscursiva com uma narrativa bíblica, que

pode ser encontrada, de forma sinótica¹⁹, tanto no Evangelho da Comunidade de Mateus quanto de Lucas.

Em Mateus 6,24, a narrativa é apresentada como um discurso enunciado por Jesus, sob forma de orientação aos seus discípulos/as:

Ninguém pode servir a dois senhores, pois odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro (BÍBLIA, 2014, p. 1193).

Já em Lucas 16,13, o trecho é apresentado como um discurso de Jesus sobre a honestidade, entretanto, está localizado na sequência de um conjunto de parábolas²⁰:

Nenhum servo pode servir a dois senhores. Porque, ou odiará um e amará o outro, ou você se apegará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro (BÍBLIA, 2014, p. 1277).

Retomando a análise, vemos que Paschoal procura recuperar a memória histórica de outra narrativa bíblica bastante conhecida no imaginário judaico-cristão, como forma de corroborar a construção de seu discurso, atrelando o aspecto da desonestidade e da ganância à formação discursiva contrária. Tal relação se comprova quando observamos que, após afirmar que “é o momento de discutir a que deus nós queremos seguir”, na sequência a jurista enuncia os significantes “dinheiro” e “cobra” no mesmo enunciado, como se ambos tivessem uma relação direta no âmbito do sentido, como se dinheiro e cobra representassem deuses malignos.

No decorrer do discurso, a jurista procura caracterizar este “deus” presente na formação discursiva em que está inscrita, produzindo um efeito de sentido de uma divindade justiceira, que age impiedosamente quando os homens não obedecem a seus mandamentos:

E aí eu digo pra ele: mas, pai, às vezes a cobra cria asa. Mas, quando isso acontece, Deus manda uma legião pra cortar as asas da cobra.

¹⁹ Os Evangelhos das Comunidades de Mateus, Marcos e Lucas são considerados sinóticos, porque compartilham de narrativas comuns sobre a vida de Jesus. No trecho em análise, a mesma narrativa pode ser encontrada tanto em Mateus quanto em Lucas (CARNEIRO, 2014).

²⁰ A palavra parábola vem do grego e significa comparação. Nos Evangelhos, Jesus utiliza a metodologia das parábolas para ensinar seus discípulos/as, comparando aspectos espirituais, que não eram tão evidentes, com fatos e memórias históricas de seu povo, de forma que seus ensinamentos se tornam mais palpáveis aos seus seguidores/as (MESTERS; OROFINO, 2014).

Em seguida, Paschoal encena um dos momentos mais performáticos de sua atuação durante seu enunciado. Enquanto gira a bandeira do Brasil sobre sua cabeça, gritando que: “o Brasil não é a república da cobra!, a jurista espelha a cenografia dos rituais de exorcismo das denominações neopentecostais, promovendo a cartase coletiva do público presente no momento de sua enunciação. Em diálogo com o segundo capítulo desta pesquisa, é importante ressaltar que, tanto a ênfase nos rituais de exorcismo quanto o uso da expressividade emocional como forma de promoção da cartase coletiva são traços característicos do movimento neopentecostal (MARIANO, 1999).

No recorte seguinte, a jurista parece utilizar uma construção anafórica para evidenciar um duplo efeito de sentido: de força política e vitimização.

Nós somos muitos hélios!

[Palmas]

Nós somos muitos migueis!

[Palmas]

Muitas lúcias!

[Palmas]

Muitas janainas!

[Palmas]

Nós somos muitos celsos!

[Palmas]

Muitos daniéis!

[Palmas]

Eles derrubam um...levantam-se dez!

[Palmas]

O primeiro efeito (de força política), é revelado quando Paschoal cita, de forma indireta, alguns personagens importantes para a consolidação do processo de *impeachment*: “somos muitos hélios!”, fazendo referência a Hélio Bicudo e, “somos muitos migueis”, indicando a figura de Miguel Reale (co-autores do processo). O segundo efeito (de vitimização) pode ser verificado na medida em que a jurista, ao citar “celsos” e “daniéis”, sequencialmente, remete à memória discursiva do caso Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André pelo PT, assassinado, e que no imaginário

discursivo anti-petista teria sido silenciado pelo partido²¹. Neste ponto, também fica evidente a ideia neopentecostal de “batalha espiritual” ou “guerra santa” (MARIANO, 1999). Neste contexto, a morte de Celso Daniel representaria uma “baixa” na luta do bem contra o mal, contra o demônio, contra “as cobras” que se “apoderaram do poder”. O enunciado produz, de alguma maneira, a imagem do petismo como uma espécie de organização criminosa que precisa ser combatida. Uma organização que, além de roubar, seria capaz de matar para esconder seus crimes.

Nos trechos finais de seu discurso, Paschoal constrói uma dicotomia: nós-liberdade; eles-prisão/cativeiro:

Eles querem nos deixar cativos (...)

Nós queremos libertar o nosso país do cativeiro de almas e mentes. Não vamos abaixar a cabeça pra essa gente que se acostumou com discurso único. Acabou a república da cobra!

Se retomarmos as condições de produção sobre as quais o discurso de Paschoal foi construído e pronunciado, é possível constatar que, de algum modo, ele também se inscreve em determinadas formações imaginárias que agem nos processos discursivos, constituindo-se de

(...) uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1990, p. 75).

Com base nesse conceito, observamos que, de forma velada, parece haver no interior do discurso uma tentativa de associação fluida do termo “cobra(s)” aos termos: corrupção-roubo-petismo-esquerda-socialismo-comunismo, a partir de um enunciado de base que, como o discurso religioso, também atravessa a fala de Paschoal: quem é de esquerda (petista/comunista/socialista) está alinhado a: regimes políticos totalitários (“discurso único”); corruptos (escândalos, desvios de dinheiro); e manipuladores de mentes (doutrinação). O primeiro e o último tendem a remeter e atualizar o interdiscurso sobre as polêmicas envolvendo o Projeto de Lei 7180/14, chamado de “Escola sem Partido” que, entre outros aspectos, defende o

(...) respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e

²¹ Referência: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/lula-e-dirceu-comandavam-esquema-que-resultou-no-assassinato-de-celso-daniel-segundo-ex-petista/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (BRASIL, 2014).

Proposto em 2014 pelo então deputado Erivelton Santana (PSL), o projeto ainda não vigorou. Atualmente (2020), encontra-se ainda em fase de discussão na Comissão Especial, criada pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia.²²

Retomando a linha de análise, observamos que a jurista busca construir um discurso maniqueísta (na relação entre bem x mal) que contraponha essa formação imaginária, apresentando-se como porta-voz de um discurso em prol da liberdade, honestidade, retomando valores tradicionais positivos (família, religião, justiça).

Ao observarmos o caminho de análise feito até aqui, veremos que, de forma geral, Paschoal parece ancorar seu discurso a partir do discurso constituinte religioso, construindo um *ethos* familiar e de pessoa simples. Ainda, ao mobilizar e articular diversos significantes como: “cobra/cobras”, “jararaca”, “Deus” e “dinheiro”, tratou de explorar suas potencialidades interdiscursivas, procurando delimitar formações discursivas que se encontram em tensionamento.

De forma sintética, essas delimitações apontadas podem ser observadas na relação entre as duas formações discursivas em embate:

Quadro 2 - Tensionamento entre formações discursivas contrárias.

Formação Discursiva I	Formação Discursiva II
“Nós”	“Eles”
“Legião”	“Cobras”
Deus (judaico-cristão) - justiceiro	“Dinheiro” / Lula / “jararaca” / PT
<i>Impeachment</i> / democracia	“Discurso único”
Honestidade	Desonestidade/”ganância”
“Professores de verdade”	Professores com discurso ideológico / partidário
“Liberdade”	“Cativoiro”

22

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 31 jul. 2020.

4.2 ANÁLISE II: “TUDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL HOJE É FRUTO TAMBÉM DE UMA BATALHA ESPIRITUAL”

4.2.1 Do objeto e suas condições de produção

Diferente da materialidade anteriormente analisada, que neste trabalho caracterizamos como gênero “discurso político”, o objeto que agora analisaremos se realiza no gênero “entrevista”, também materializado em formato de vídeo, disponível no site *Youtube*²³, com duração de 18 minutos e 30 segundos, publicado em 11 de abril de 2016 (há 6 dias da Sessão que aprovou o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados).

A entrevista foi realizada com o Deputado Marco Feliciano (PSC – Partido Social Cristão), por um entrevistador do Portal Gospel Prime - veículo midiático reconhecido por sua relevância no meio evangélico - e publicada no canal do Portal, disponível no site *Youtube*²⁴. De acordo com a própria instituição, o Portal Gospel Prime já alcançou mais de 190 milhões de pessoas, desde a sua fundação, em 2008²⁵. Aqui, é importante ressaltar que, de forma mais incisiva, a estratégia de utilização dos meios de comunicação de massa para a propagação da religiosidade evangélica é uma característica típica do movimento neopentecostal (MARIANO, 1999).

Marco Feliciano, por sua vez, além da função de Deputado Federal, também exerce papel de pastor evangélico. Atua de forma mais ativa na Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus, criada pelo próprio pastor, no ano de 2008, na cidade interiorana de Orlandia, São Paulo. A igreja conta, atualmente, com cerca de 14 filiais, em sua maioria localizadas no estado de São Paulo. Ainda, conforme apontamos no capítulo onde delineamos as condições de produção desta pesquisa, a Catedral do Avivamento é uma denominação enquadrada na tipologia da terceira onda do pentecostalismo brasileiro, chamada de neopentecostalismo (MARIANO, 1999).

Seguindo na mesma linha da análise anterior, o vídeo foi integralmente transcrito (conforme ANEXO II). De igual modo, compreendemos a impossibilidade desta empreitada de esgotar todas as variáveis de análise deste enunciado e dos

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iJ-Qjbk7Swc>>. Acesso em: 20 set. 2016.

²⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCmgKLBhb0hAHB6FalclWgWw>>. Acesso em: 20 set. 2016.

²⁵ Disponível em: <<https://www.gospelprime.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

demais que formam o nosso arquivo discursivo. À vista disto, considerando as dimensões do material em análise (18 minutos e 30 segundos), optamos por evidenciar alguns recortes que possibilitem destacar elementos que consideramos fundamentais para revelar a “trama” discursiva aí presente, bem como seus “nós” e pontos de convergência e tensionamentos com outros enunciados.

Nessa esteira, é preciso considerar que, apesar de se tratar do gênero entrevista, que a princípio se estabelece na relação pragmática entre enunciador e receptor, para a AD francesa não basta que revelemos os elementos envolvidos em uma situação de comunicação e cada uma das funções a eles relacionadas (JAKOBSON, 2010) para compreendermos o movimento dos sentidos presentes em um enunciado. Antes, contudo, é preciso situá-lo no conjunto de discursos possíveis, a partir de suas condições de produção, considerando o tecido sócio-histórico-cultural que o constitui (PÊCHEUX, 1990).

4.2.2 Análise

Após as saudações entre o deputado Marco Feliciano e o entrevistador do Portal Gospel Prime, o segundo procura demarcar o lugar de fala do Deputado, apontando para a relevância de entrevistar este personagem político/evangélico que, além de Deputado Federal, também é membro da Comissão Especial do *Impeachment*, responsável por “analisar a abertura de processo contra a Presidente Dilma Rousseff” (BRASIL, 2016).

E o senhor é um deputado federal, membro da Comissão [Especial do *Impeachment*], o que que o senhor pode dizer pro povo evangélico brasileiro em relação ao impeachment?

No trecho acima, vemos que, ao dizer: “o senhor é um deputado federal, membro da Comissão [Especial do *Impeachment*], o entrevistador produz um efeito de sentido que confere ao deputado certa autorização para falar sobre o tema do *impeachment* ao público que assistirá ao vídeo. Ou seja, no contexto da cena discursiva, Feliciano goza de uma dupla autoridade: a de pastor evangélico e de deputado. Assim, em meio a tantas opiniões sobre o tema, oriundas de “tantos órgãos de comunicação”, o canal propõe a fala de alguém confiável e autorizado (religiosa e politicamente). Isto pode ser observado na continuação do enunciado:

Porque muitos órgãos de comunicação estão trazendo informações, talvez muitas pessoas ainda não tenham uma opinião bem definida. Por que ser a favor, como é o seu caso?

O dizer acima também deixa clara a orientação argumentativa da entrevista que, para além de expor os fatos sobre o processo de *impeachment*, evidencia a necessidade de convencer àqueles/as que “ainda não tenham uma opinião bem definida” sobre o caso. Tal afirmação fica notória com a pergunta do entrevistador: “por que ser a favor, como é o seu caso?”. Em outras palavras, por que é importante que os que ainda estão indecisos sobre apoiar ou não o processo de *impeachment*, sejam favoráveis, a exemplo do deputado evangélico, autorizado a falar sobre o tema?

Ao responder à primeira pergunta do entrevistador, o deputado deixa transparecer o acirramento das tensões com a formação discursiva contrária, que defende, neste caso, que o processo de *impeachment* está sendo utilizado como engrenagem de um golpe de Estado. Além disso, é importante destacar também que o deputado deseja falar especificamente ao “Brasil evangélico”, que em 2016 representava cerca de 30% da população brasileira²⁶, caracterizando a atual força (política, principalmente) dos evangélicos no país.

Primeiramente eu quero que todo o Brasil saiba, principalmente o Brasil evangélico, que não existe golpe, tá? O PT usa isso como um mantra, né. Mantra é uma...é uma cantiga repetitiva, que acaba fazendo uma lavagem cerebral nas pessoas. Não existe golpe, o que existe é a Constituição em andamento. Tanto é que o Supremo Tribunal Federal, através da ADPF...é....57... 278²⁷, entendeu que o *impeachment* é constitucional nesse momento.

Este tensionamento entre formações discursivas contrárias (*impeachment* x golpe) fica visível no dizer do deputado, ao responder algo que não foi perguntado pelo entrevistador. A pergunta era: “por que ser a favor, como é o seu caso?”, e não se o processo de *impeachment* pode ser considerado como golpe. Na sequência do enunciado, o deputado continua nesta temática, afirmando que:

Pois bem. A... o que acontece hoje na casa é que... muitos deputados aqui estão vendidos pro governo.

²⁶ Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

²⁷ O número correto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é 378, e não 278 conforme citado pelo Deputado. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF__378__Ementa_do_voto_do_ministr_o_Roberto_Barroso.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Aqui, de forma mais concreta, vemos que, ao introduzir um novo elemento de sentido ao diálogo com o entrevistador (e com o possível público que assistiria ao vídeo futuramente), o deputado provoca uma espécie de “fratura” na linha semântica estabelecida inicialmente pelo entrevistador. Em outras palavras, revela uma reação inesperada do enunciador, algo que extrapola o espectro das possibilidades de sentido às quais o dizer está submetido. Esta “fratura” (ou ato falho) no ritual discursivo permite que outros elementos de sentido, memórias interdiscursivas e posições ideológicas venham à tona no aqui e agora do enunciado.

Se observarmos este fenômeno pelo viés do inconsciente, veremos que estes “lapsos” ou “atos falhos”, como ocorreu com o deputado, permitem-nos pensar que a “interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PECHÊUX [1978], 1997, p. 277, grifo do autor). De outro modo, ao perscrutarmos sua “origem não detectável” (idem, p. 278), os atos falhos, ou “pontos de deriva” (PÊCHEUX, 2008, p. 53) descortinam determinadas posições ideológicas e orientações discursivas. Tal movimento só é possível se consideramos que, de forma fluida, os sentidos nos escapam, nos atravessam e estão envolvidos pelas paredes porosas das formações discursivas. Assim, entendemos que:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PECHÊUX, 2008, p. 53).

Após procurar explicar as nuances técnicas do processo de *impeachment*, apontando que, no caso da Presidenta Dilma, trata-se de um crime de responsabilidade fiscal, o Deputado Marco Feliciano provoca uma contradição ao dizer do papel dos deputados do Congresso Nacional no processo:

O Congresso Nacional, nós deputados, nós não... nós não podemos condenar a Presidente. Aqui nós só temos a atribuição de receber ou não a... denúncia e dar prosseguimento à denúncia. A casa que julga não é essa casa. A casa que julga é o Senado Federal. Mas o impeachment vai sair, na Comissão nós temos maioria. O sentimento dos deputados é o sentimento das ruas. Não dá mais pra continuar com esse governo.

De acordo com Maingueneau (2018), é importante considerarmos que o processo de construção do *ethos* possui instâncias que vão para além do enunciador,

como, por exemplo: a cena englobante, cena genérica e cenografia que compõem o ato enunciativo. Ou seja, para o autor, o *ethos* é imposto por esses três níveis discursivos, considerando também o olhar dos destinatários da enunciação:

É necessário assumir o fato de que o *ethos* tem um duplo status: ele é tanto visado pelo locutor quanto construído pelos destinatários, que precisam fazer hipóteses sobre as intenções do locutor (MAINGUENEAU, 2018, pp. 327 - 328).

Por isso, observamos que, no afã de construir um *ethos* de imparcialidade (*ethos* visado) diante do processo técnico do *impeachment*, afirmando que os deputados não detêm o poder de condenar a Presidenta, uma vez que este é papel do Senado Federal (Quadro 04, Afirmação 01), o deputado, num mesmo enunciado, revela outra inscrição discursiva (*ethos* produzido) e vinculação ideológica (cf. Quadro 03, Afirmação 02).

Quadro 3 - Afirmações do Deputado Marco Feliciano (grifo nosso).

Afirmação 01	Afirmação 02
<p>“O Congresso Nacional, nós deputados, nós não... nós não podemos condenar a Presidente. Aqui nós só temos a atribuição de receber ou não a... denúncia e dar prosseguimento à denúncia. A casa que julga não é essa casa. A casa que julga é o Senado Federal.”</p>	<p>“Mas o <i>impeachment</i> vai sair, na Comissão nós temos maioria. O sentimento dos deputados é o sentimento das ruas. Não dá mais pra continuar com esse governo.”</p>

Tal movimento/deriva de sentido se dá ao deixar transparecer que, independente do resultado do processo realizado, tanto na Comissão quando na Câmara, o *impeachment* acontecerá, uma vez que os deputados favoráveis são maioria, e os “sentimentos dos deputados é o sentimento das ruas”. Visto de outro modo, o dizer do deputado revela que a condenação da Presidenta ocorrerá, ainda que os demais deputados/as não sejam favoráveis. Há algo maior por detrás deste processo.

De igual modo, se considerarmos a premissa de que os sentidos não se constituem a partir de significados isolados, mas, se estruturam de acordo com as posições ocupadas pelo sujeito do discurso, que por sua vez é afetado por determinadas condições históricas e ideológicas (PÊCHEUX, 1997), percebemos que na Afirmação 02 o deputado realiza um deslocamento/deslizamento de sentido, uma

vez que deriva de: a) uma linha semântica construída a partir da análise técnica e jurídica a respeito do crime de responsabilidade do qual a presidenta foi acusada (Afirmação 01); para b) um possível *impeachment* da presidenta, justificado pela insatisfação popular para com o governo (Afirmação 02).

Para Orlandi (2005, p. 78), o deslize é característico das línguas naturais. Por sua vez, a interpretação também é constitutiva da língua. E é na relação da língua com a história que o processo de interpretação produz sentidos. Desse modo, a partir do *corpus* em análise, entendemos que:

Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras (ORLANDI, 2005, p. 53).

Assim, a partir do exemplo do deputado, percebemos que, de algum modo, esses movimentos de deslize/deslocamento deixam emergir sinais das filiações ideológicas do sujeito-enunciador, uma vez que:

“(...) as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas...” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Ainda, em relação à Afirmação 02, é importante salientar que, ao dizer que “(...) na comissão nós temos maioria”, o deputado mobiliza o operativo dêitico “nós”, que indica uma filiação do sujeito no seu próprio dizer, uma vez que, ao posicionar-se junto daqueles que são favoráveis ao *impeachment*, o deputado valida seu enunciado perante seus coenunciadores. Em outras palavras, para seu público, o efeito de sentido que fica é que o deputado/pastor faz aquilo que diz; além de falar sobre o *impeachment*, a partir de seu lugar de pastor e deputado, Feliciano também participa do processo de forma ativa, ao lado dos demais deputados que também são favoráveis à retirada da Presidenta.

No próximo trecho da entrevista, utilizando de marcações dêiticas de enunciação, “nós” e “eles” (MAINGUENEAU, 2008), o deputado procura delimitar as posições ideológicas das duas formações discursivas em jogo: nós (cristãos evangélicos / católicos) – eles (esquerdistas / deus-Estado):

Entrevistador: Nós temos conversado com vários deputados que são da Bancada Evangélica, e existe uma série de pautas que precisam ser debatidas, e muitas vezes a população em geral não tem conhecimento. Muitas delas dizem respeito à família, muitas delas dizem respeito ao conceito cristão que a gente tem da ordem estabelecida por Deus, das coisas. O senhor tem sido aí já há algum tempo muito criticado pelas suas posturas, tem tachado aí com discurso de ódio, chamado de fundamentalista, e muitas vezes os próprios evangélicos têm dificuldade de entender algumas das suas posições. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Por que que o crente precisa se envolver na política?

Deputado Marco Feliciano: Tá. Primeiro deixa eu aqui tentar desmistificar a palavra dos esquerdistas. Esquerdistas são partidos de esquerda, são partidos progressistas. E todo partido progressista ele é contra a figura do judaísmo e do cristianismo dentro da criação de uma civilização.

A civilização ocidental, da qual nós fazemos parte, ela tem um tripé, e é esse tripé que dá a sustentabilidade pra o que nós chamamos de civilização. Seria ele a... a cultura grega né, da cultura grega herdamos a filosofia. Dos romanos herdamos o direito. E do judaísmo nós herdamos o moral. Judaísmo e do cristianismo nós herdamos o moral. Então, em cima do moral judaico-cristão, em cima da filosofia dos gregos e em cima do direito romano nós estabilizamos a nossa sociedade. E por isso a nossa sociedade é tão pungente, crescente e pra frente.

Todavia, quando um partido de esquerda toma conta de um país, a primeira coisa que ele tenta fazer é destruir aquilo que é metafísico, aquilo que...que...que...não poder ser visto e nem pode ser tocado, como a fé. Porque, pra um socialista, o deus do povo tem que ser o Estado. O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo. Então, o Estado passa a ser deus do povo. Ao chegarem no ocidente, esbarraram numa fé cristã. Porque o cristão, seja ele católico ou evangélico, quando ele tem algum problema, antes dele bater à porta da prefeitura, antes dele bater à porta de uma entidade, ele é ensinado a orar. E quando ele busca, não me pergunte como, acontece o milagre. Por isso que os esquerdistas são contra nós que somos cristãos. Então, toda pauta que vem pra Câmara dos Deputados que toca na religião, que toca na liberdade de expressão, que toca na família – que pra nós é a célula mátria da sociedade. E quando eu digo família eu não falo dessa família arrumada do século XXI. Eu falo da família civilizatória, daquela responsável pelo nascimento de todos nós: que é um pai, uma mãe, e aquilo que deles há de vir. Ah, Pastor, o restante não é família? Sim, o restante é família, só que é exceção. E em uma democracia nós não podemos criar leis para uma exceção, e sim para um todo. Isso é democracia: a voz da maioria contra a voz da minoria.

Ao retomar o recorte acima, é possível observar a utilização do discurso constituinte religioso como argumento de base para a defesa de pautas políticas conservadoras (“religião, liberdade de expressão, (...) família”) e para criar uma base

argumentativa religiosa que valide e corrobore a ideia do *impeachment* como necessária. Além disso, mostra, de forma mais estrutural, o movimento histórico dos evangélicos em direção à política brasileira (MARIANO, 1999). A pergunta do entrevistador, que abre o bloco, evidencia essa afirmação:

Entrevistador: Nós temos conversado com vários deputados que são da Bancada Evangélica, e existe uma série de pautas que precisam ser debatidas, e muitas vezes a população em geral não tem conhecimento. Muitas delas dizem respeito à família, muitas delas dizem respeito ao conceito cristão que a gente tem da ordem estabelecida por Deus, das coisas. O senhor tem sido aí já há algum tempo muito criticado pelas suas posturas, tem tachado aí com discurso de ódio, chamado de fundamentalista, e muitas vezes os próprios evangélicos têm dificuldade de entender algumas das suas posições. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Por que que o crente precisa se envolver na política?

Aqui, a pergunta do entrevistador permite-nos intuir que, no âmago dos embates discursivos-ideológicos entre as correntes conservadoras e progressistas está (nas palavras do entrevistador) “o conceito cristão que a gente tem da ordem estabelecida por Deus, das coisas”. Ou seja, trata-se, em parte, do *modus operandi* da política partidária religiosa/evangélica, fundamentado no discurso constituinte religioso, a partir de elementos sociais estruturais, como a família, em sua perspectiva idealizada. É preciso destacar também o modo como o entrevistador se apropria da moral cristã, procurando deslocar o que ele chamou “conceito cristão que a gente tem da ordem estabelecida por Deus, das coisas” da esfera religiosa para o âmbito político/social, num movimento de apropriação, inscrevendo o conceito formulado no domínio do saber religioso para outro quadro teórico, do modo a ressignificá-lo e reconfigurá-lo (PÊCHEUX, 1997).

Ainda, levando em consideração a argumentação do entrevistador, quando diz que: “muitas vezes, os próprios evangélicos têm dificuldade de entender algumas das suas posições”, percebemos que, mesmo no interior da comunidade evangélica, este tipo de discurso conservador é heterogêneo e multifacetado. Em outras palavras, não é possível considerar os evangélicos no cenário político como um bloco discursivo monolítico, mas, em contrapartida, para além das divergências ideológicas, se constituem como um bloco organicamente articulado, principalmente em pautas de cunho moral e religioso (CUNHA, 2017). Tal articulação é observada quando o entrevistador sintetiza sua pergunta revelando também a preocupação dos evangélicos, a partir de 1980 (DIAS, 2000; MARIANO, 1999), em demarcarem seu

espaço na arena política brasileira: “por que que o crente precisa se envolver na política?”.

Na sequência, a resposta do deputado Marco Feliciano retoma novamente o embate de formações discursivas contrárias. Antes de responder à pergunta do entrevistador, o deputado volta à tentativa de explicar as diferenças entre as duas formações discursivas (nós - cristãos evangélicos / católicos x eles – esquerdistas / deus-Estado), ainda que não se trate do que lhe fora perguntado:

“Tá. Primeiro deixa eu aqui tentar desmistificar a palavra dos esquerdistas”.

Deste ponto em diante, o deputado constrói um caminho argumentativo, a partir de construções interdiscursivas, na tentativa de demarcar e evidenciar o campo discursivo em que está inscrito. Conceitualmente, do ponto de vista linguístico-discursivo, trata-se de uma ação natural do enunciador, tendo em vista que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997, p. 214). De igual modo, o deputado procura atribuir determinado estatuto discursivo ao seu papel enunciativo e ao Outro, para legitimar o seu dizer (MAINGUENEAU, 2008).

Maingueneau (2008), compreende este movimento como *competência discursiva*. Para ele, o discurso é um processo e não um produto, portanto exige usuários capazes de reconhecer as formações discursivas às quais estão filiados (e, por conseguinte, reconhecer também as formações do Outro). Essa competência discursiva se explica não em decorrência das qualidades inerentes ao sujeito, nos termos de uma competência linguística (CHOMSKY, 1978), mas, porque o número de coerções a que um discurso está submetido é restrito.

Assim, para Maingueneau (2008), o enunciador de um discurso é aquele capaz de: a) reconhecer os enunciados pertencentes à sua formação discursiva, b) produzir um número limitado de enunciados vinculados a essa formação discursiva. Nesta linha, se considerarmos o primado do interdiscurso, conforme teorizou o autor, esta competência assume também aspectos da memória, do já dito, devendo ser pensada como *competência interdiscursiva*. Esta, por sua vez, exige/supõe do enunciador: a) a capacidade para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da(s)

formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro, b) a capacidade de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de coerções.

Este movimento de interpretação/tradução é motivado pelo confronto (ao nosso ver: sócio-histórico, ideológico e interdiscursivo) entre o enunciador e seu Outro. Ao ser confrontado, o enunciador é “condenado a produzir simulacros desse outro, e simulacros que são apenas seu avesso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 55). Isso ocorre, segundo o autor, pelo fato de, ao assumir uma posição enunciativa, num determinado espaço discursivo, através de sua competência interdiscursiva, o enunciador não pode sair da circunscrição semântica desta posição, de modo que poderia apenas emprestar ao Outro suas próprias palavras.

No quadro seguinte (04), veremos mais claramente como o deputado/pastor Marco Feliciano, a partir de sua posição enunciativa, realiza o processo de reconhecer a incompatibilidade semântica em relação ao seu Outro (esquerdistas), interpretando/traduzindo esses enunciados a partir das categorias de seu próprio sistema de coerções.

Quadro 4 - Estatuto do enunciador e de seu Outro, com base em Maingueneau (2008).

ENUNCIADOR	OUTRO
Cristãos (evangélicos e católicos)	“Esquerdistas”
	“Socialista”
	“Partidos de esquerda”
	“Partido progressista”
	“Contra a figura do judaísmo e do cristianismo dentro da criação de uma civilização.”
“Porque o cristão, seja ele católico ou evangélico, quando ele tem algum problema, antes dele bater à porta da prefeitura, antes dele bater à porta de uma entidade, ele é ensinado a orar. E quando ele busca, não me pergunte como, acontece o milagre.”	“PT, PSOL, PCdoB.”
	“Tenta destruir aquilo que é metafísico, aquilo que não poder ser visto e nem pode ser tocado, como a fé.”
	“O deus do povo tem que ser o Estado.”
“Por isso que os esquerdistas são contra nós que somos cristãos.”	“O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo.”
“(…) Família civilizatória, daquela responsável pelo nascimento de todos nós:	“Ao chegarem no ocidente, esbarraram numa fé cristã.”
	Essa Família arrumada do século XXI.

que é um pai, uma mãe, e aquilo que deles há de vir”.	
“E em uma democracia nós não podemos criar leis para uma exceção, e sim para um todo. Isso é democracia: a voz da maioria contra a voz da minoria.”	“Ah, Pastor, o restante não é família? Sim, o restante é família, só que é exceção.”

Ao analisarmos o quadro acima, em diálogo com Maingueneau (2008), veremos como número de qualificações ao Outro supera o número de referências ao próprio enunciador. Há um desejo de desqualificar ou demonizar a formação discursiva contrária. Além disso, percebemos que o processo de conferir determinado estatuto ao seu Outro, realizado pelo deputado, possui duas dimensões: uma institucional e outra interdiscursiva.

O deputado Marco Feliciano, assumindo o *ethos* de enunciador do discurso cristão/evangélico, se vê institucionalmente integrado a uma “Ordem”: além de deputado, é cristão, pastor, membro de uma comunidade religiosa evangélica neo-pentecostal. Ou seja, para além da área política, é alguém autorizado a falar em nome dos evangélicos; e sendo pastor, é alguém teologicamente/socialmente autorizado a falar em nome de Deus. Desta forma, dirige-se a seus coenunciadores, também inscritos em determinadas ordens socialmente caracterizadas: membros da comunidade evangélica, políticos, empresários, assalariados, pais de família, etc..

Em matéria de interdiscursividade, o dizer do deputado, no papel de enunciador, revela seu acesso a determinadas *fontes de saber/informação* ou *biblioteca* (MAINGUENEAU, 2008). Ao fazer referências interdiscursivas às culturas gregas, romanas e judaico-cristãs, e apresentar sua leitura histórica do cristianismo e do socialismo, o deputado qualifica seu enunciado e a sua posição de enunciador, a partir do *ethos* de pessoa “cultura”, acadêmica. Ao fazê-lo, destaca as bordas da formação discursiva na qual está inscrito.

Além do que já foi mapeado e analisado até então, o trecho também expõe relevantes construções interdiscursivas e efeitos de sentido que procuraremos explicitar e confrontar agora.

Tendo em vista ainda o processo de constituição do estatuto do enunciador e de seu Outro, refletido acima, veremos que os dois recortes enunciativos que seguem, além de qualificarem e delimitarem as formações discursivas presentes, revelam

também, da parte do enunciador, o cuidado de não utilizar o mesmo léxico para se referir às duas formações:

Quadro 5 - Análise de dois recortes (grifo nosso), a partir da categoria léxico, proposta por Maingueneau (2008).

RECORTE 01	RECORTE 02
<p>“Tá. Primeiro deixa eu aqui tentar desmistificar a palavra dos esquerdistas. Esquerdistas são partidos de esquerda, são partidos progressistas. E todo partido progressista ele é contra a figura do judaísmo e do cristianismo dentro da criação de uma civilização.”</p>	<p>“Então, em cima do moral judaico-cristão, em cima da filosofia dos gregos e em cima do direito romano nós estabilizamos a nossa sociedade. E por isso a nossa sociedade é tão pungente, crescente e pra frente.”</p>

Ao analisarmos os recortes apresentados, sob a perspectiva da categoria *léxico*, presente no Sistema de Coerções Semânticas proposto por Maingueneau (2008), vemos uma tentativa do deputado Marco Feliciano em reforçar seu posicionamento discursivo, atribuindo significações distintas a um mesmo item lexical, para cada formação discursiva.

No recorte 01 (e considerando também o quadro 04), vemos que um dos estatutos dados pelo enunciador (deputado) ao seu Outro, além de “esquerdistas” e “partidos de esquerda”, é de “partidos progressistas”. No mesmo recorte, ele afirma que estes “esquerdistas”, membro “partidos progressistas” são “contra a figura do judaísmo e do cristianismo dentro da criação de uma civilização”. Já no recorte 02, após ter apresentado sua visão histórica da constituição das sociedades ocidentais, o deputado salienta que, por ter sua fundação estabelecida nas bases da moral judaico-cristã, da filosofia grega e do direito romano, “a nossa sociedade [ocidental] é tão pungente, crescente e pra frente”.

Analisando os dois recortes é possível verificar que, a tentativa do deputado em demarcar a incompatibilidade semântica em relação ao seu Outro se dá também no movimento de reconhecer e evitar a utilização do mesmo item lexical já cristalizado na memória de seu Outro, da formação discursiva contrária. Após se referir aos partidos de esquerda como “progressistas”, o deputado evita utilizar o mesmo termo para qualificar a sociedade ocidental, fundamentada na moral judaico-cristã, da qual os cristãos evangélicos também fazem parte. Fá-lo, em contrapartida, trazendo outras três significações para o item lexical “progressista”: “pungente, crescente e pra frente”.

Dessa forma, entendemos que, ao evitar o uso do mesmo item lexical para as duas formações discursivas contrastantes - uma vez que este termo foi utilizado por ele próprio para caracterizar o estatuto de seu Outro, ou seja: partidos de esquerda = partidos progressistas (Cf. quadro 05) - ,o deputado mantém a delimitação semântico-discursiva entre “nós – enunciador e coenunciadores” (cristãos) e “eles - Outro” (esquerdistas). Isso talvez se explique pelo fato de que, interdiscursivamente, o significante “progressista” esteja de tal forma aglutinado às concepções do socialismo/esquerda, na memória histórica das sociedades, que impossibilite seu desprendimento por meio do discurso. Isso ocorre, uma vez que:

(...) há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao languageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade e interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em rédea de significantes (PÉCHEUX, 2008, p. 54).

Em outro ponto, o deputado produz um efeito de sentido, retomando o já dito e tentando incluir o cristianismo (junto ao judaísmo) como corresponsável pela constituição da moral ocidental. Inicialmente, o deputado diz: “E do judaísmo nós herdamos o moral”. Em seguida, faz questão de resgatar a frase para, de algum modo, “consertá-la”, a fim que não soasse estranha aos seus coenunciadores cristãos que, por sua vez, carregam a memória histórica de que o cristianismo também é um tripé da constituição da civilização ocidental. O deputado o faz, retomando: “Judaísmo e do cristianismo nós herdamos o moral”, conforme segue abaixo:

A civilização ocidental, da qual nós fazemos parte, ela tem um tripé, e é esse tripé que dá a sustentabilidade pra o que nós chamamos de civilização. Seria ele a... a cultura grega né, da cultura grega herdamos a filosofia. Dos romanos herdamos o direito. E do judaísmo nós herdamos o moral. Judaísmo e do cristianismo nós herdamos o moral.

Nos termos de Orlandi (1992, p. 75), vê-se que “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Por isso, percebemos que este recorte traz sinais de um gesto de silenciamento/exclusão, empregado pelo pastor, quando omite a inegável e fundamental participação dos povos africanos na formação da civilização ocidental. De acordo com Mariano (1999, p. 35), este alto grau de intolerância ao ecumenismo e aos cultos afro-brasileiros é uma das características distintivas do movimento neopentecostal.

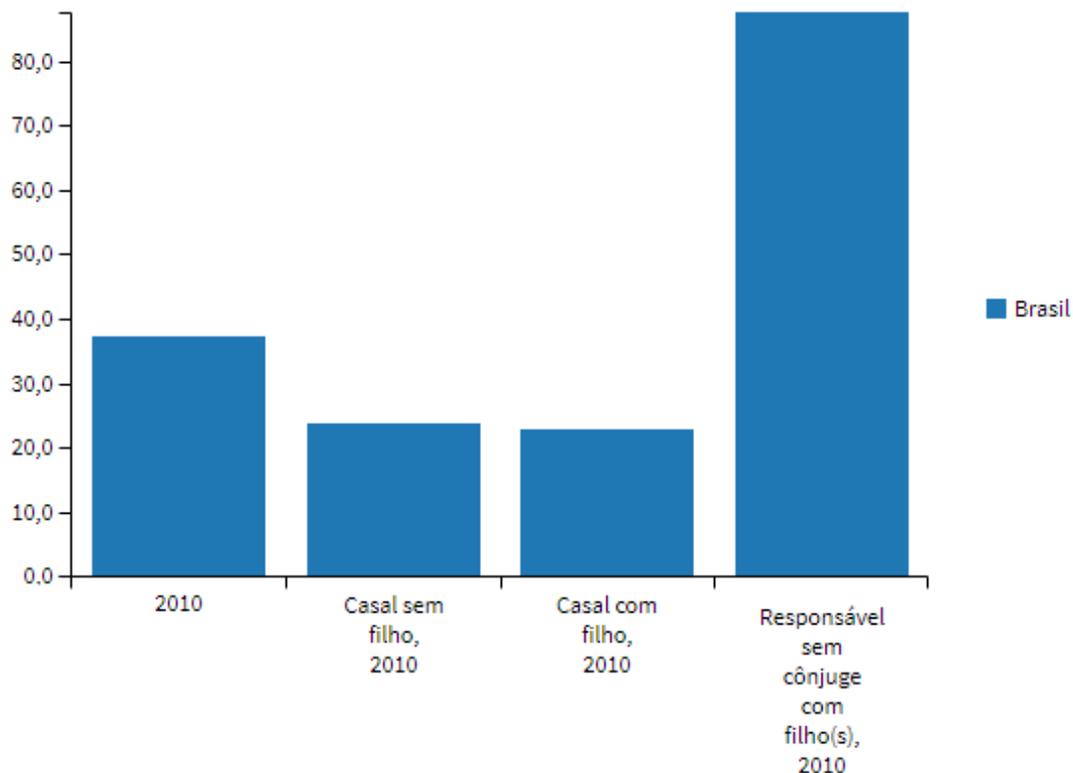
Em outro ponto de sua fala, Feliciano procura revelar os sentidos lexicais (MAINGUENEAU, 2008) de “família” e “democracia”, que transitam na formação discursiva na qual está inscrito:

Então, toda pauta que vem pra Câmara dos Deputados que toca na religião, que toca na liberdade de expressão, que toca na família – que pra nós é a célula mátria da sociedade. E quando eu digo família eu não falo dessa família arrumada do século XXI. Eu falo da família civilizatória, daquela responsável pelo nascimento de todos nós: que é um pai, uma mãe, e aquilo que deles há de vir. Ah, Pastor, o restante não é família?, o restante é família, só que é exceção. E em uma democracia nós não podemos criar leis para uma exceção, e sim para um todo. Isso é democracia: a voz da maioria contra a voz da minoria.

No trecho, quando o pastor dá ênfase ao item lexical “família”, seguido do determinante “civilizatória”, aponta, interdiscursivamente, para o modelo de família nuclear, aquela composta pelos pais e seus filhos. Do outro lado, ao dizer a palavra “restante” fazendo referência a “essa família arrumada do século XXI”, Feliciano atribui uma carga semântica que remete a algo que sobra, que pode ser descartado. Tal observação é evidenciada pelo uso do pronome demonstrativo “essa”, produzindo um efeito de sentido que remete a um certo grau de desprezo pelos modelos familiares que estejam fora dos padrões sociais valorizados pela formação ideológica na qual está vinculado.

Ainda, além de deixar transparecer um certo tom de discriminação, o pastor omite, em um não-dito, as milhares de famílias brasileiras cuja formação incluem: *monoparentais* (formadas pelo filho e apenas um de seus progenitores, em sua maioria, as mães); *reconstituídas* (quando um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior); *anaparentais* (famílias que não possuem a figura dos pais e os irmãos tornam-se responsáveis uns pelos outros), entre outras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). É importante ressaltar ainda que essas diferentes formações familiares são validadas pela Constituição Federal, em seu artigo 226, parágrafo quarto: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, [1988] 2016, p. 132). Assim, se tomarmos como exemplo o percentual de famílias em que a mulher é a única responsável (modelo monoparental), veremos que há um “equivoco” na afirmação do pastor em classificar esse grupo (“restante”) como “exceção”. O gráfico abaixo corrobora que a “exceção”, referenciada por Feliciano, na realidade corresponde a mais de 80% das formações familiares brasileiras:

Gráfico 02: Proporção (%) de famílias com mulheres responsáveis pela família, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).



No mesmo sentido, a partir de sua reflexão sobre a “família civilizatória”, o pastor trata de atribuir um sentido específico ao item lexical “democracia”. Para o pastor,

E em uma democracia nós não podemos criar leis para uma exceção, e sim para um todo. Isso é democracia: a voz da maioria contra a voz da minoria.

Para realizar tal movimento de sentido, Feliciano apresenta um embate entre duas formações: maioria e minoria, identificado através do uso da preposição “contra”. O pastor procura corroborar seu dizer a partir de uma noção basilar da democracia, que está impregnada em sua etimologia de origem grega (*demos-kratos*: poder do povo/governo do povo). É fundamental reparar que, aqui, o sentido de “maioria” está relacionado à soberania de todo o povo na construção da democracia e das leis, e não aos interesses de um grupo político ou um segmento religioso. Por isso, a esse respeito é preciso considerar que

Temos pois na democracia a confluência de duas formas de soberania que, na verdade, constituem uma só: a soberania da maioria e a soberania das leis. Uma insiste sobre o papel do povo (...) e, a outra, sobre a objetividade e a permanência das instituições criadas. O

problema consiste então em conciliar o governo da maioria com instituições objetivas que, no seu princípio, se baseiem na pluralidade de opiniões (...) (ROSENFELD, 2003, p. 34).

Ainda, nos adverte o autor que

A pura vontade da maioria conjugada com a precariedade das leis podem tornar-se um importante fator de instabilidade institucional, criando condições para as mais perigosas aventuras políticas. A vontade da maioria não é necessariamente democrática, podendo ser também tirânica (ROSENFELD, 2003, p. 37).

Como explicitamos até aqui, nos parece clara a tentativa de Feliciano de deslocar/deslizar (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2005) o sentido de “família” e “democracia”, de modo a atrelá-los à formação discursiva neopentecostal, revelando, assim, sinais de sua filiação ideológica enquanto enunciador. Ainda, considerando a natureza heterogênea das formações discursivas (PÊCHEUX, [1978] 1997), aliada à noção de vocabulário (MAINGUENEAU, 2008), percebemos que o pastor procura atribuir um “estatuto de signo de pertencimento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 81) aos itens “família” e “democracia”, com se ambos constituíssem sentidos específicos no interior do sistema de coerções empreendido pela formação discursiva neopentecostal. Em outras palavras, como já evidenciamos, tanto o léxico “família” quanto “democracia”, se considerados no vocabulário de outra formação discursiva e, por conseguinte, como parte de um sistema de coerções outro, provavelmente adquiririam outros sentidos.

Na sequência de sua argumentação, o deputado continua demarcando sua posição de fala, estabelecendo relações interdiscursivas, com o intuito de corroborar seu dizer:

Todavia, quando um partido de esquerda toma conta de um país, a primeira coisa que ele tenta fazer é destruir aquilo que é metafísico, aquilo que...que...que...não poder ser visto e nem pode ser tocado, como a fé. Porque, pra um socialista, o deus do povo tem que ser o Estado. O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo. Então, o Estado passa a ser deus do povo. Ao chegarem no ocidente, esbarraram numa fé cristã. Porque o cristão, seja ele católico ou evangélico, quando ele tem algum problema, antes dele bater à porta da prefeitura, antes dele bater à porta de uma entidade, ele é ensinado a orar. E quando ele busca, não me pergunte como, acontece o milagre. Por isso que os esquerdistas são contra nós que somos cristãos.

Ao afirmar que a primeira coisa que um partido de esquerda realiza à frente de uma país é “destruir aquilo que é metafísico”, ou seja, destruir a fé, as crenças, o pastor realiza um tensionamento interdiscursivo com o princípio da laicidade do Estado que, por sua vez, está previsto na Constituição Federal, em seu artigo 19, inciso primeiro:

“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, [1988] 2016, p. 25).

Aprofundando a noção de laicidade, vemos que, ainda que construído sob a égide da laicidade, o próprio Estado brasileiro, em sua Constituição, também garante o livre exercício das crenças religiosas, conforme destacado em seu artigo 5, inciso VI:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, [1988] 2016, p. 13).

De igual modo, no mesmo trecho, além de enfatizar o aspecto da crença no milagre associado à fé, marca característica do ramo neopentecostal (MARIANO, 1999), há aqui uma tentativa de evidenciar o discurso constituinte religioso, baseado no deus judaico-cristão, em detrimento do deus-estado (Outro), conforme nomeou o deputado. Podemos observar mais claramente esta relação de forças discursivas no quadro a seguir:

Quadro 6 - Marcas do discurso constituinte religioso no estatuto do enunciador e de seu Outro, com base em Maingueneau (2008).

ENUNCIADOR	OUTRO
<p>“Porque o cristão, seja ele católico ou evangélico, quando ele tem algum problema, antes dele bater à porta da prefeitura, antes dele bater à porta de uma entidade, ele é ensinado a orar. E quando ele busca, não me pergunte como, acontece o milagre.”</p>	<p>“Tenta destruir aquilo que é metafísico, aquilo que não poder ser visto e nem pode ser tocado, como a fé.”</p>
	<p>“O deus do povo tem que ser o Estado.”</p>
	<p>“O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo.”</p>

Neste trecho é possível analisar que o deputado “joga” com a memória discursiva de seus coenunciadores quando destaca, de forma negativa, os programas sociais implantados no período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como o Bolsa Família: “O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo”.

Ainda, de forma inusitada, o dizer do deputado Marco Feliciano, “O Estado tem que estar acima de tudo (...)”, aponta para uma possível referência ao *slogan* de campanha do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Bolsonaro filiou-se ao PSC – Partido Social Cristão (mesmo partido do Pastor Marco Feliciano à época²⁸) e foi lançado como pré-candidato à presidência da república no dia 02 de março de 2016²⁹. Por sua vez, a entrevista em análise do deputado Marco Feliciano foi publicada no dia 11 de abril de 2016³⁰, ou seja, num espaço temporal de 41 dias, corroborando uma possível referência ao efeito de sentido provocado.

Na sequência desta análise, cremos ser importante destacar como o dizer do deputado retoma a memória histórica da entrada significativa dos evangélicos no campo político brasileiro principalmente durante as últimas três décadas, evidenciando também como as formações do campo discursivo político (antes considerado impuro aos olhos das lideranças religiosas) passam a atravessar e mobilizar o campo discursivo da religião e a formação discursiva evangélica. Este movimento de entrada na arena político-partidária é característico dos evangélicos brasileiros da terceira onda, os neopentecostais (MARIANO, 1999). Isto dito nas palavras de Feliciano:

A igreja precisa acordar. Houve um tempo em que criminalizaram aqueles que vinha pra política. E eu faço aqui *mea culpa*, porque eu fui um deles. Em 2004 eu gravei um DVD dizendo que se algum dia alguém me visse na política é porque eu tava desviando. Graças a Deus o tempo passou e eu pude amadurecer. Porque como todo...como jovem assembleiano eu era um papagaio: tudo o que eu ouvia eu falava. Mas quando eu amadureci, quando eu me tornei homem, quando tomei conhecimento, eu vi o mal que eu fiz, porque

²⁸ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

²⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

³⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iJ-QjBk7Swc>> Acesso em: 01 abr. 2020.

eu criei uma geração pregando, ensinando a eles, que política não precisava do nosso envolvimento.

Na continuação do mesmo trecho, o deputado assume um *ethos* de “messias” ao deixar transparecer a ideia de que, antes de sua entrada no cenário político, muitos Projetos de Lei com temas ofensivos à moral cristã/evangélica passavam pelas alçadas do legislativo sem que os “mais de cinquenta deputados evangélicos” fizessem algum enfrentamento, ainda que no Senado Federal houvesse apoio da figura de Magno Malta³¹, alcunhado como “Leão de Chácara” pelo deputado.

E a ausência de homens sérios aqui fez o PL 122 passar na Câmara e parar no Senado. Olha que interessante, em 2006 quando foi votado aqui o PL que criminalizava a homofobia tinha aqui dentro mais de cinquenta deputados evangélicos, mas nenhum deles viu o projeto, e o projeto passou, foi aprovado e foi pro Senado, e lá no Senado nós só temos um Leão de Chácara que é o Magno Malta. Então Magno pediu socorro, foi aonde que todo mundo gritou, Pastor Silas foi...foi pra cima, aí eu vi o que aconteceu, então em 2010 eu emprestei o meu nome à política pra tentar desfazer o erro que eu havia feito. Até hoje eu pagou um preço caro por isso.

Ao avançarmos na sequência da fala do deputado Marco Feliciano, veremos que o parlamentar/pastor evidencia uma das principais estratégias discursivas utilizadas por uma parte dos políticos evangélicos no cenário político atual.

Mas, eu não sei se você percebeu, nos últimos anos eu venho evitando aqui o confronto do debate da ideologia religiosa, porque isso me desmerece diante dos jornalistas, e diante da sociedade culta. Então eu me aprimorei naquilo que é técnico, naquilo que é legislativo. Então hoje eu consigo fazer o mesmo discurso, mas sem o “evangeliquês”, atuando sempre com leis. Mais ou menos isso.

O deputado revela o apagamento deliberado de aspectos doutrinários da formação discursiva neo-pentecostal - que chamou de “evangeliquês” - com o objetivo de evitar o “confronto do debate da ideologia religiosa” diante da mídia e da “sociedade culta”. Se analisarmos esta estratégia discursiva numa perspectiva de sentido, perceberemos que uma formação discursiva não pode ser considerada como um objeto isolado, ou um bloco rígido e imutável, que sistematicamente se oporá à uma

³¹ À época, Magno Malta (Partido da República, atualmente conhecido com PL – Partido Liberal) era Senador da República pelo Estado do Espírito Santo, e destacou-se por seus posicionamentos agressivos na defesa das pautas anti-aborto, contra a união civil homoafetiva e contra a pedofilia. Figurou também como um dos parlamentares mais aguerridos nas mobilizações pró-*impeachment*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-no-senado-discurso-final-de-magno-malta-pr-es.html>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

outra FD. Na realidade, como nos mostra o exemplo elencado pelo deputado, a formação discursiva é heterogênea e sempre suscetível a reconfigurações, moldando outro processo interdiscursivo:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua definição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (MARANDIN apud MAINGUENEAU, 1997, p. 113).

Em outras palavras, o “evangeliquês” presente na formação discursiva neo-pentecostal era o elemento que produzia o tensionamento/cisão com as demais formações discursivas: católica, midiática, sociedade culta. Foi necessário que o pastor ocultasse esse elemento religioso e incorporasse o discurso político para que sua enunciação se tornasse mais palatável para as demais FD.

Nesse sentido, a afirmação do deputado mostra ainda que ele congrega um segmento no parlamentarismo evangélico que já despertou para a preocupação em proteger/manter o seu *ethos* diante da sociedade, de modo a garantir a aprovação de uma parcela cada vez maior de apoiadores para levar a cabo as suas pautas governamentais. Prova disso é que na Frente Parlamentar Evangélica - FPE não há somente deputados vinculados a denominações evangélicas. Há também a presença de católicos, como é o caso, a título de exemplo, do Deputado Flavinho (PSC), do deputado Eros Biondini (PROS), do deputado Hugo Leal (PSD) e do deputado Diego Garcia (PODE), todos católicos e membros da FPE em 2016.

Após a fala do deputado, o entrevistador relaciona o processo de *impeachment* como consequência de uma “batalha espiritual”. Ou seja, para além de uma questão de ordem social e política, o país se vê numa guerra de ordem transcendental:

Entrevistador: Pra alguns deputados, pra algumas pessoas que estão aí envolvidos, tudo o que tá acontecendo no Brasil hoje é fruto também de uma batalha espiritual.

(...) Como é que o senhor analisa essa questão. O que nós estamos vivendo é reflexo de uma batalha espiritual ou é simplesmente a ação de homens?

Conforme vimos neste trabalho, no capítulo das condições de produção do discurso neopentecostal, o elemento semântico da “guerra santa” ou “batalha espiritual” é uma das principais características da corrente neopentecostal. Diferente da concepção pentecostal, na batalha espiritual neopentecostal, os demônios são pontualmente nomeados (MARIANO, 1999, p. 34). Por isso, ainda que o entrevistador não deixe claro contra quem está sendo travada esta “batalha”, o pastor Marco Feliciano faz questão de nomear os demônios opositores, conforme vimos anteriormente em nossa análise: “esquerdistas”, “socialistas”, “partidos de esquerda”, “partido progressista”, “PT, PSOL, PCdoB”.

Em seguida, ao responder à questão do entrevistador, o deputado lança mão novamente de seu *ethos* messiânico para explicar, sequencialmente, como a queda do governo do PT foi motivada por uma espécie de “intervenção divina”, da qual ele teria sido o porta-voz e engrenagem principal. No quadro abaixo (07), procuramos esquematizar o *modo de coesão* (MAINGUENEAU, 2008) articulado pelo deputado nesta sequência, destacando em negrito o eixo de cada enunciado elencado. Posteriormente, retomaremos alguns trechos que apresentam maior relevância para a análise proposta neste trabalho.

Para a construção da sequência, apoiamo-nos no conceito de recorte, entendido como unidade discursiva. Desse modo, “(...) por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Ainda, consideramos importante a distinção entre recorte e segmento, teorizada pela autora. Diferente do recorte, o segmento:

(...) é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma, etc.. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente. O que não é o caso quando se trata dos recortes, já que não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem (ORLANDI, 1984, p. 14).

Neste trabalho utilizaremos a noção de recorte, uma vez que se mostra alinhado aos pressupostos discursivos adotados até então, além de favorecer a análise das unidades discursivas no âmbito dos sentidos – que, por sua vez, estabelecem relações entre si e extrapolam o próprio domínio do recorte -, para além de uma simples análise mecânica, considerando apenas a relação linear que se dá entre determinadas unidades textuais, como entre sujeito e verbo, por exemplo.

Quadro 7 - Modo de coesão do Deputado Marco Feliciano, apontando a intervenção divina em relação à queda do governo do Partido dos Trabalhadores – PT (grifo nosso).

Nº	RECORTE
01	<p>“Em março de 2013 um pastor foi eleito como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias dessa casa. Esse pastor fui eu. Quando meu nome foi ventilado virou um tumulto, tanto é que foi transformado em batalha, e foi uma batalha gigante porque durou noventa dias.”</p> <p>“(…) Eu sofri manifestações em pelo menos 60 países pelo mundo e eu dei entrevista a mais de 60 países do mundo também.”</p>
02	<p>“Em março de 2013, a Presidente Dilma Rousseff tinha 75% de aprovação nacional. Ela tinha maioria no Senado, tinha maioria na Câmara dos Deputados, ela estava em alta com a população, estava sendo aplaudida.”</p>
03	<p>“Então Deus começou a trabalhar ali. O que Deus fez? Deus viu que esse partido que aí está ele tocou no alicerce, ele tocou na fé. E quando [como] não bastasse isso ele começou a tocar nas crianças. Jesus disse: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os impeçais, porque deles é o Reino de Deus”. Eles começaram a aplicar a ideologia marxista cultural deles dentro das escolas. Começaram a ensinar aos filhos dos crentes que vão pra escola, através de professores de esquerda, que a fé é relativa, que aquilo que papai ensina em casa, que seu papai é retrógado, é um idiota, e é religioso fanático, que o que vale é agora, a nova moda.”</p>
04	<p>“Aí eu fico imaginando a mente de Deus – posso estar errado, posso tá sendo pretensioso – então Deus traz pra Câmara dos Deputados não um político [pausa] ele traz um profeta, ele traz um pastor. Porque eu sou profeta de nações. Oitenta países do mundo me ouviram pregar, e mais de quatro mil cidades do Brasil, e continuo pregando até hoje. São vinte milhões de DVD’s esparramados, em três idiomas, vinte livros escritos, eu tenho uma trajetória. Deus me traz pra cá. Quem me elegeu foi o voto dos crentes, cheguei com duzentos e doze mil votos, uma votação expressiva demais. Quem me elegeram foram os crentes e eu vim fazer o quê aqui? Eu mostrei o que é ser um parlamentar crente que atua por aqueles que o elegeram. Isso é democracia.”</p>
05	<p>“Trabalhei com afinco, botei o pé no freio dessa situação do governo, o governo me perseguiu...Enquanto perseguia o político, Deus nada podia fazer [pausa]. Mas, quando deixaram de tocar no político e começaram a tocar no pastor, quando começaram a ir para os cultos, quando começaram a beijar nos cultos, quando a imprensa começou a dizer que era... que tinha que beijar dentro da igreja mesmo, quando a polícia que eu chamei várias vezes pra cumprir o Código Penal, artigo 208, que diz que é crime violar um culto, que é crime humilhar uma pessoa por causa da sua fé, a polícia não agiu. Quando</p>

	<p>eu vi as minhas filhinhas na frente de uma igreja vendo os gays tirarem os órgãos genitais e esfregar na cara delas, e ninguém falou nada. O Senhor falou: calma aí, agora não tá tocando mais o político, agora tocou na minha igreja [pausa]. E esta, disse Jesus, é a minha igreja. As portas do inferno não prevalecerão contra ela. Isso foi em abril...março de 2013.</p>
06	<p>“A perseguição contra mim foi até maio, final de maio. Acabou final de maio, veio a primeira grande manifestação: 05 de junho [pausa]. Manifestação evangélica, aqui na esplanada. A manifestação do ano anterior, liderada pelo Pastor Silas, deu cinco mil pessoas. A manifestação de 2013, no dia 05 de junho, deu cem mil pessoas: efeito Feliciano. Não o homem – aqui eu não falo de mim, eu falo que eu me tornei um símbolo, eu me tornei um símbolo do cristianismo, católico ou evangélico, porque o Papa pensava como eu nos nossos quesitos doutrinários na questão do casamento homossexual e outras coisas mais. Então, tudo isso criou uma convulsão. A primeira manifestação foi a nossa. Aí, em junho começam as grandes manifestações pelo passe livre. E de lá pra cá o governo descambou.”</p>

Em princípio, cremos ser importante destacar os elementos interdiscursivos mobilizados pelo deputado nos recortes do quadro acima. De igual modo, compreendemos que esses elementos são atravessados pelo discurso constituinte religioso que, por sua vez, corrobora para sacralizar e autorizar (religiosamente) o dizer do deputado.

Neste ponto, é importante destacar que, no âmbito do sistema de coerções semânticas, o interdiscurso também pode se manifestar e ser apreendido como *intertextualidade*, uma vez que abrange tanto a memória discursiva presente no interior de um campo discursivo específico (interna), quanto a memória discursiva que estabelece relações com outros campos (externa). Esta categoria de análise considera que as relações intertextuais são legitimadas pelas coerções semânticas de um determinado campo discursivo. Em nosso caso, consideramos que qualquer enunciado formulado pelo deputado, que estiver sustentado a partir de uma relação intertextual (via memória interdiscursiva), só produzirá o efeito de sentido de um já-dito se esta relação for “aceita” ou validada pelo sistema de coerções do campo discursivo religioso. Em outras palavras, não basta haver uma relação intertextual/interdiscursiva no interior do enunciado para que se produza um efeito de memória. É preciso que este aspecto retomado faça sentido aos coenunciadores que, por sua vez, estão inscritos e compartilham do mesmo campo discursivo. Por

conhecer o campo discursivo ao qual seus coenunciadores estão filiados (campo religioso), o deputado prefere investir nas relações intertextuais ligadas a aspectos religiosos, bíblicos e morais, ao invés de retomar intertextualidades do campo político (MAINGUENEAU, 2008).

No recorte 03 (quadro acima), o deputado retoma um fragmento de texto bíblico como forma de evocar um aspecto interdiscursivo já bastante cristalizado na memória da comunidade cristã: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os impeçais, porque deles é o Reino de Deus”. De forma mais ampla, trata-se do texto localizado em Mateus 19, 13-15:

Então levaram crianças para que Jesus pusesse as mãos sobre elas, e rezasse. Mas os discípulos as repreendiam. “Jesus, porém, disse: ‘Deixem as crianças, e não lhes proibam de vir a mim, porque o Reino do Céu pertence a elas.’ E depois de pôr as mãos sobre as crianças, Jesus partiu daí (BÍBLIA, 2014, p. 1210).

Ao recordar este texto, destacando o diminutivo “pequeninos”, o deputado procura fazer ecoar a memória da criança como um ser frágil e puro, que estava sendo corrompida por um partido. Aqui também transparece a ideia de construção de um simulacro (MAINGUENEAU, 2008) da formação contrária, a partir de um efeito de sentido que aproxima a imagem do Partido dos Trabalhadores com a de um “abusador de crianças”. Isto pode ser verificado no seguinte fragmento do recorte 3, quando o deputado enfatiza o verbo “tocar” que, quando em referência a uma criança, pode provocar um efeito de sentido de abuso:

E quando [como] não bastasse isso ele [o Partido dos Trabalhadores] começou a tocar nas crianças.

Esta tentativa ganha um tom ainda mais acentuado quando o deputado descreve uma cena com a presença de suas filhas. É importante perceber como o uso deliberado do diminutivo “filhinhas” continua provocando um efeito de pureza, indicando a construção de um *ethos* de pai de família devotado, pessoa amorosa, de bom caráter, um cidadão de bem. Além deste, há também a tentativa de provocar, em seus coenunciadores, um efeito de injustiça contra a pessoa do deputado e sua família, ao dizer que “ninguém falou nada” em relação ao narrado pelo deputado:

Quando eu vi as minhas filhinhas na frente de uma igreja vendo os gays tirarem os órgãos genitais e esfregar na cara delas, e ninguém falou nada.

Neste ponto, o pastor estabelece vínculo interdiscursivo com um modo de enunciação percebido de forma recorrente no interior do discurso LGBTfóbico, que é o de caracterizar as pessoas LGBT como potenciais pervertidos sexuais, como os pedófilos, por exemplo. Além disso, Feliciano, ao tentar moldar ao PT um simulacro de violência contra as crianças, tendo como base o texto bíblico citado, atravessa também o campo discursivo da educação (recorte 3), apontando que, de algum modo, o PT também teria corrompido a educação dos “filhos dos crentes”, “ao aplicar a ideologia marxista cultural deles dentro das escolas”. O tom do enunciado fica ainda mais comovente com a escolha lexical do termo “papai”, apontando um *ethos* de pai de família protetor e amoroso para com os filhos:

Eles começaram a aplicar a ideologia marxista cultural deles dentro das escolas. Começaram a ensinar aos filhos dos crentes que vão pra escola, através de professores de esquerda, que a fé é relativa, que aquilo que papai ensina em casa, que seu papai é retrógado, é um idiota, e é religioso fanático, que o que vale é agora, a nova moda.

No recorte 4, ao assumir o *ethos* de profeta e pastor: “(...) então Deus traz pra Câmara dos Deputados não um político [pausa] ele traz um profeta, ele traz um pastor. Porque eu sou profeta de nações”, Feliciano recorre ao interdiscurso com o texto bíblico de Jeremias (capítulo 1, versículos de 4 a 8) para fundamentar seu dizer:

Recebi a palavra do Senhor que me dizia: “Antes de formar você no ventre de sua mãe, eu o conheci; antes que você fosse dado à luz, eu o consagrei, para fazer de você profeta das nações”. Mas eu respondi: “Ah, Senhor Deus, eu não sei falar, porque sou jovem”. Deus, porém, me disse: “Não diga ‘sou jovem’, porque você irá para aqueles a quem eu o mandar e anunciará aquilo que eu lhe ordenar. Não tenha medo deles, pois eu estou com você para protegê-lo - oráculo do Senhor” (BÍBLIA, 2014, p. 961).

Na sequência (recorte 5), o deputado recupera o verbo “tocar”, mas, desta vez, atribuindo-o a si próprio, numa tentativa de provocar comoção em seus coenunciadores:

Mas, quando deixaram de tocar no político e começaram a tocar no pastor, quando começaram a ir para os cultos, quando começaram a beijar nos cultos.

Conforme listamos a seguir, o verbo “tocar” foi usado 14 vezes durante o enunciado do pastor Marco Feliciano:

“(...) não pode ser visto nem pode ser tocado, como a fé.

“(...) pauta que vem pra Câmara dos Deputados que toca na religião, que toca na liberdade de expressão, que toca na família (...).”

“(...) Deus viu que esse partido que aí está, ele tocou no alicerce, ele tocou na fé.”

“(...) E quando [como] não bastasse isso ele começo a tocar nas crianças.”

“(...) Mas, quando deixaram de tocar no político e começaram a tocar no pastor.”

“(...) O Senhor falou: calma aí, agora não tá tocando mais o político, agora tocou na minha igreja [pausa].”

“Naquele momento o governo tocou na igreja, a igreja tem dono, e o dono da igreja é Cristo. E o Senhor disse: calma aí, enquanto tocaram no político eu não podia fazer nada, mas agora que tocaram na igreja, eu posso agir.”

Essa recorrência produz um efeito de sentido que atravessa todo o dizer do pastor: a ideia de que os elementos sagrados são intocáveis, invioláveis, não podem ser profanados. Ou seja, que a fé é um espaço que não se mexe (TOLEDO, 2016). De igual modo, não se deve mexer também com um porta-voz do sagrado, um representante deste Outro que fala antes, um pastor.

Nesse sentido, o deputado continua a restaurar na memória de seus coenunciadores a ligação de seu enunciado com os textos bíblicos. Dentre outros, aqui destacamos dois trechos, a título de exemplo, em que esta relação interdiscursiva se mostra evidente. O primeiro, localizado no livro dos Salmos, no número 105 (104), versículo 7:

Não toquem nos meus ungidos, não maltratem os meus profetas!
(BÍBLIA, 2014, p. 751).

O segundo, encontrado no capítulo 26 do primeiro livro de Samuel, no versículo 9:

Ninguém pode levantar a mão contra o ungido de Javé, e ficar sem castigo!” (BÍBLIA, 2014, p. 332).

Por fim, no recorte 5, Feliciano deixa transparecer que, ainda que o PT tentasse, jamais conseguiria deter o projeto divino em curso, que tem o deputado como “profeta”, ou seja, aquele que luta pelo povo, o “ungido de Deus”, a quem ninguém conseguirá tocar.

O Senhor falou: calma aí, agora não tá tocando mais o político, agora tocou na minha igreja [pausa]. E esta, disse Jesus, é a minha igreja. As portas do inferno não prevalecerão contra ela.

Neste trecho, o deputado Marco Feliciano estabelece, claramente, um diálogo com o texto bíblico localizado no livro de Mateus, capítulo 16, versículo 18: “Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (BÍBLIA ONLINE, 2020). Este efeito interdiscursivo funciona de modo a trazer um tom de ameaça (divina) à formação discursiva contrária. Produz um efeito de sentido de que Deus castigará àqueles/as que ousarem “tocar” ou profanar o templo sagrado, ou que tocarem nas questões que envolvem a moral religiosa cristã, à qual são filiados o deputado e seus coenunciadores.

Numa outra linha de análise, a partir dos recortes selecionados, veremos que o deputado assume/constrói diferentes imagens sociais (*ethos*) de si, a depender do efeito de sentido que deseja empregar no momento da enunciação. Vejamos, a seguir, alguns exemplos que demonstram essas construções:

Em março de 2013, um pastor foi eleito como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias dessa casa. Esse pastor fui eu (recorte 1).

Aqui, Feliciano prefere assumir o *ethos* de pastor, ao invés de deputado, que é sua função como agente político. Destaque para a forma que utiliza ao referir-se a si como uma outra pessoa: “um pastor foi eleito”, e não “eu fui eleito”. É o desejo de dar centralidade à figura religiosa, como alguém enviado de Deus (um profeta) para assumir tal função. Aqui também parece haver vestígios de uma inscrição no discurso da antipolítica, bastante disseminado na sociedade brasileira, principalmente nos últimos anos. A força negativa desse tipo de discurso faz com que várias figuras políticas se apresentem aos seus coenunciadores como empresários, pastores, gestores, etc., tangenciando o desgaste e a rejeição experimentados pela classe política brasileira na atualidade.

Tal intuição se corrobora nos fragmentos seguintes:

Aí eu fico imaginando a mente de Deus – posso estar errado, posso tá sendo pretensioso – então Deus traz pra Câmara dos Deputados não um político [pausa] ele traz um profeta, ele traz um pastor (recorte 4).

Enquanto perseguia o político, Deus nada podia fazer [pausa]. Mas, quando deixaram de tocar no político e começaram a tocar no pastor (recorte 5).

Alinhado ao fragmento do recorte 5, acima, o enunciado seguinte mostra que o deputado também desenha para seus coenunciadores uma imagem de alguém perseguido por causa de suas posições religiosas e ideológicas:

(...) Eu sofri manifestações em pelo menos 60 países pelo mundo e eu dei entrevista a mais de 60 países do mundo também (recorte 1).

Aliado a este *ethos* de perseguido (vítima), percebemos também, neste mesmo trecho, o desejo de se apresentar como uma pessoa famosa, cuja opinião tem relevância no cenário internacional, confirmado pelo número de entrevistas que concedeu pelo mundo afora (em 60 países). Em outras palavras, trata-se também de uma tendência característica entre as lideranças neopentecostais, de investir em atividades empresariais e extra-igreja, como palestrante e escritor, por exemplo, oferecendo bens e serviços simbólicos ao mercado religioso (MARIANO, 1999). Na sequência, o pastor insiste em calcar sua *ethos* nesta imagem de alguém famoso no ramo religioso, alguém com credibilidade de fala. Ou seja, é a ideia de que não se está tratando de um pastor qualquer. Estamos falando de alguém que tem “uma trajetória”:

Porque eu sou profeta de nações. Oitenta países do mundo me ouviram pregar, e mais de quatro mil cidades do Brasil; e continuo pregando até hoje. São vinte milhões de DVD's, esparramados em três idiomas, vinte livros escritos, eu tenho uma trajetória. Deus me traz pra cá (recorte 4).

No enunciado seguinte, ao destacar o diminutivo “filhinhas”, com o objetivo de criar um simulacro de obscenidade à formação discursiva contrária (aspecto já analisado anteriormente), o deputado também reforça a imagem dramática de injustiçado:

Quando eu vi as minhas filhinhas na frente de uma igreja vendo os gays tirarem os órgãos genitais e esfregar na cara delas, e ninguém falou nada (recorte 5).

Por fim, o pastor busca enaltecer ainda mais à sua figura, ao se autointitular: “símbolo do cristianismo, católico ou evangélico” e uma espécie de marco na política brasileira:

A manifestação do ano anterior, liderada pelo Pastor Silas, deu cinco mil pessoas. A manifestação de 2013, no dia 05 de junho, deu cem mil pessoas: efeito Feliciano. Não o homem – aqui eu não falo de mim, eu falo que eu me tornei um símbolo, eu me tornei um símbolo do cristianismo, católico ou evangélico, porque o Papa pensava como eu nos nossos quesitos doutrinários na questão do casamento homossexual e outras coisas mais (recorte 6).

Ao colocar-se com “símbolo do cristianismo”, um profeta que tem o poder de mudar a história e, ao mesmo tempo, como um divisor de águas na história recente da política brasileira, “efeito Feliciano”, o pastor insere duas marcas dêiticas importantes em seu enunciado. Essas marcas, da forma como foram aqui aplicadas, no campo político (“efeito Feliciano”) e religioso (“símbolo”), estabelecem relação direta com o estatuto discursivo do enunciador e têm a função de definir uma instância de enunciação, uma cena e uma cronologia capazes de legitimar e autorizar a própria enunciação do pastor (MAINGUENEAU, 2008). Igualmente, é importante mencionar aqui que o traço ufanista, assumido pelo pastor, bem como a busca pelo prestígio social, são características peculiares do discurso religioso neopentecostal (MARIANO, 1999).

Vale destacar, ainda neste fragmento, a tentativa do pastor de posicionar o Papa³² como fiador de seu discurso (MAINGUENEAU, 2013), ao afirmar que “(...) porque o Papa pensava como eu nos nossos quesitos doutrinários na questão do casamento homossexual e outras coisas mais”. Estrategicamente, Marco Feliciano faz uso de elementos ideológicos, localizados em outra formação discursiva (católica) para, de algum modo, provocar o efeito de sentido de que os cristãos (evangélicos e católicos) estão unidos em causas como a oposição ao casamento homoafetivo. Tal deslocamento discursivo de aproximação entre formações distintas reflete também o movimento de aproximação das bancadas evangélica e católica em determinadas pautas conservadoras, como a questão do aborto, do projeto escola sem partido e do casamento civil homoafetivo.

³² Apesar de, no dia 05 de junho de 2013 (marco temporal citado por Feliciano no recorte 6) a Igreja Católica já estivesse sob o papado de Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco, o Papa a que se refere o pastor Marco Feliciano parece ser Bento XVI, reconhecido por seu alinhamento com setores mais conservadores da Igreja Católica, com destaque para seus posicionamentos rígidos em relação às questões de cunho moral. Jorge Mario Bergoglio, 266º papa da Igreja Católica, sucedeu ao Papa Bento XVI, no dia 13 de março de 2013. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-07/bento-xvi-quem-quer-que-se-oponha-ao-casamento-homossexual-ou-ao-aborto-e-socialmente-excomungado.html>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

4.3 ANÁLISE III: “DAI A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR, E A DEUS O QUE É DE DEUS”

4.3.1 Do objeto e suas condições de produção

O objeto de análise deste tópico consiste em um vídeo expositivo, que tem como enunciador o Pastor Silas Malafaia, postado em seu canal no *Youtube*³³ denominado “Silas Malafaia Oficial”. O vídeo, titulado como “Pr. Silas Malafaia: Evangélicos Podem Participar de Manifestações?”, tem duração de 1 minuto e 53 segundos e foi publicado no dia 29 de fevereiro de 2016 (há 13 dias de uma grande manifestação contra o governo Dilma Rousseff, ocorrida em 13 de março, em pelo menos 250 cidades brasileiras, e há 47 dias da Sessão que aprovou o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 17 de abril).

Dando sequência ao caminho metodológico desenvolvido nas análises anteriores, o vídeo em questão foi integralmente transcrito (conforme ANEXO III). De igual modo, através da aplicação de algumas categorias discursivas (mobilizadas durante a análise), optamos por evidenciar pontos de vista que nos ajudem a compreender o enunciado como parte de nosso arquivo, no contexto do que se propõe esta pesquisa.

Iniciado em 26 de março de 2014, o canal oficial do pastor conta com 1 milhão e 17 mil inscritos, e avoluma mais de 104 milhões de visualizações em seus vídeos, até o primeiro semestre de 2020. Na descrição de seu canal, é possível ter um panorama da relevância do Pastor Malafaia no meio evangélico, bem como sua penetração em outros espaços institucionais:

Incansável pregador do evangelho desde a sua juventude, pastor Silas é reconhecido no Brasil e no exterior por seu ministério frutífero e expressivo até mesmo no meio secular. O pastor Silas coordena e apresenta o programa Vitória em Cristo, que está há 35 anos ininterruptos na televisão brasileira.³⁴

Silas Malafaia é fundador e líder da igreja Ministério Vitória em Cristo, uma ramificação da igreja Assembleia de Deus. Aqui, é importante novamente destacarmos que, de acordo com as características de tipificação das ondas históricas do pentecostalismo brasileiro, descritas no capítulo das condições de produção desta

³³ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=rnDeD0E5_dk>. Acesso em: 20 set. 2016.

³⁴ Disponível em: < <https://www.youtube.com/c/SilasMalafaiaOficial/about>> Acesso em: 24 set. 2016.

pesquisa, a Assembleia de Deus surge na primeira onda (pentecostalismo clássico), enquanto a igreja Ministério Vitória em Cristo, liderada pelo Pastor Malafaia, está situada na terceira onda eclesiológica pentecostal, denominada de *neopentecostalismo* (MARIANO, 1999).

Reconhecido por sua atuação no campo político, apesar de efetivamente não ocupar cargo público, o pastor Malafaia tem assumido o papel de “cabo eleitoral” de candidatos que, de vários modos, mostram-se favoráveis às pautas evangélicas. A título de exemplo, nas eleições de 2012 o pastor fez campanha pública para o então candidato à prefeitura de São Paulo, José Serra (PSDB). Neste mesmo ano, ajudou a eleger 24 prefeitos e 16 vereadores em sete estados.³⁵

Em 2014, os seis candidatos apoiados pelo pastor foram eleitos. Entre eles, o seu irmão, Samuel Malafaia (PSD), sagrou-se como o 4º deputado estadual mais votado no Rio de Janeiro. Os demais são: Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) que, embora estreante na vida política, ficou em 12º entre os deputados mais votados no Rio de Janeiro; Gilberto Nascimento (PSC), de São Paulo, eleito deputado federal; Fábio Souza (PSDB), eleito deputado federal pelo estado de Goiás; Lula Cabral (PSB), de Pernambuco e Albert Dickson (PROS), do Rio Grande do Norte, como deputados estaduais.³⁶

O grau de influência do Pastor Malafaia no terreno evangélico e nos espaços políticos parece acompanhar seu poder financeiro. Além de presidir sua igreja e trabalhar como conferencista e organizador de grandes eventos religiosos, o pastor atua como televangelista, há mais de 29 anos ininterruptos, apresentando o programa “Vitória em Cristo”³⁷, promovendo constantes campanhas de doação em favor de sua instituição/igreja. Em matéria publicada em janeiro de 2013, a revista *Forbes* classificou Silas Malafaia como o terceiro líder evangélico mais rico do Brasil, com uma fortuna estimada em 150 milhões de dólares. Em segundo lugar está o Pastor Valdomiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus), com uma riqueza estimada em 220 milhões de dólares. No topo da lista está o Pastor Edir Macedo (Igreja

³⁵ Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-10-11/pastor-silas-malafaia-se-consolidou-nas-eleicoes-como-lider-politico-nacional.html>> Acesso em: 07 jul. 2020.

³⁶ Disponível em: <<https://overbo.news/bancada-malafaia-candidatos-elegem/>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

³⁷ Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-silas-malafaia-concede-entrevista-a- revista-epoca-da-globo-e-diz-que-amaria-seu-filho-se-ele-fosse-gay.html>> Acesso em: 08 jul. 2020.

Universal do Reino de Deus), com um impressionante capital de 950 milhões de dólares.³⁸

4.3.2 Análise

O cenário enunciativo é o escritório do Pastor Malafaia, local onde é gravada a maior parte dos vídeos publicados em seu canal oficial. Em sua maioria, os vídeos publicados pelo pastor são curtos e possuem caráter de catequese ou de denúncia. Normalmente são vídeos dirigidos ao público evangélico em geral (não somente a fiéis de sua igreja), mas tendem a atingir outros grupos religiosos e não religiosos, uma vez que, como demonstramos anteriormente, o pastor Malafaia possui significativa influência nos campos religioso e político do Brasil.

Na abertura de seu vídeo, o pastor delimita seus coenunciadores (evangélicos) e situa a temática que será desenvolvida durante a exposição: a participação dos evangélicos na manifestação popular contra o governo Dilma, que seria realizada no dia 13 de março. Assim o pastor abre o vídeo:

Eu quero dar uma palavra aqui pros evangélicos sobre o movimento do dia 13 de março. Quero dizer pra vocês que o movimento é legal, num tem nada de ilegal. Se você não quer ir, eu respeito, se você quer ir, é direito.

Ao situar a temática de sua enunciação através de uma dêixis espaço-temporal (as manifestações do dia 13 de março), o pastor também vai construindo uma determinada cena enunciativa (MAINGUENEAU, 2000) capaz de definir traços de seu estatuto, vinculando-o a uma formação discursiva favorável ao *impeachment*. Neste caso, compreendemos que o processo dêitico empregado “define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 89). Assim, para aprofundarmos o contexto da cena enunciativa inicialmente mobilizada pelo pastor, é necessário compreendermos, minimamente, o percurso histórico das manifestações que antecederam a do dia 13 de março de 2016.

Em junho de 2013, motivados inicialmente por um protesto contra o aumento das tarifas dos ônibus em São Paulo, quase um milhão e meio de brasileiros/as foram

³⁸ Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#5865b705b1e3>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

às ruas de pelo menos 130 municípios do país, exigindo melhorias na saúde, educação, moradia, entre outras demandas que iam para além das tarifas do transporte coletivo.³⁹

Não tardou para que esta onda de insatisfação reverberasse no governo da então Presidenta Dilma Rousseff, intensificando os protestos de âmbito nacional, principalmente a partir de 2015. Em outubro do ano anterior, a Presidenta fora reeleita com 51,6% dos votos válidos. Em dezembro do mesmo ano, o governo gozava da aprovação de 52% da população. Entretanto, o contexto começou a mudar quando, no início de 2016, o governo anunciou uma série de medidas de ajuste fiscal, que incluía alterações nas regras previdenciárias. O impacto dessas medidas foi sentido em fevereiro, quando a aprovação do governo decresceu para 23%. A partir de então, uma série de manifestações explodiram em todo o território nacional, apoiadas, organizadas e/ou financiadas principalmente por partidos políticos (PSDB, DEM, PMDB e outros)⁴⁰, grupos privados (FIESP, CIESP, Havan, AMBEV, entre outros)⁴¹ e grupos de direita e extrema direita (MBL – Movimento Brasil Livre, Revoltados Online, Vem pra Rua, MEB – Movimento Endireita Brasil, por exemplo)⁴². Em 2015 foram realizadas pelo menos 4 grandes manifestações nas datas de: 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro. Entretanto, o maior protesto nacional contra o governo Dilma Rousseff ocorreria no dia 13 de março de 2016, quando aproximadamente 3,3 milhões de pessoas saíram às ruas, em pelo menos 250 municípios brasileiros.⁴³ O vídeo em análise, gravado pelo Pastor Silas Malafaia, foi postado no dia 29 de fevereiro, há exatos 13 dias do grande protesto.

Dando sequência à nossa análise, vemos que, após citar as manifestações que aconteceriam no dia 13 de março, o pastor Malafaia faz questão de demarcar sua posição nas formações discursivas que estavam em embate naquele período (pró e contra o *impeachment*):

³⁹ Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

⁴⁰ Disponível em <<https://exame.com/brasil/mbl-teve-financiamento-de-partidos-em-atos-mostram-audios/>> Acesso em: 10 jul. 2020.

⁴¹ Disponível em <<https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>> Acesso em: 10 jul. 2020.

⁴² Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html> Acesso em: 10 jul. 2020.

⁴³ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Quero dizer pra vocês que o movimento é legal, num tem nada de ilegal. Se você não quer ir, eu respeito, se você quer ir, é direito.

Antes de qualquer explicação anterior, o pastor procura fundamentar sua fala a partir da afirmação da legalidade do movimento. Acreditamos que, neste ponto, Malafaia faz contraposição à formação discursiva contrária (esquerda), que denunciava a instauração de um golpe de Estado no país.

Além deste aspecto, é possível observar neste trecho que, ao dizer “Se você não quer ir, eu respeito, se você quer ir, é direito”, o pastor produz um efeito de sentido que retoma um interdiscurso já bem marcado na trajetória do movimento pentecostal brasileiro, o de que “crente não deve se envolver em política”. Conforme apontamos no capítulo das condições de produção deste trabalho, ainda que a entrada dos evangélicos neopentecostais no cenário político já esteja consumada, o dizer do pastor Malafaia revela que ainda pode haver resquícios deste interdiscurso no interior das igrejas evangélicas, evidenciando um possível tensionamento entre os fiéis que são favoráveis e os que são contra a participação de evangélicos em espaços políticos como o das manifestações.

Em seguida, o pastor Malafaia direciona sua fala ao grupo que apresentava resistência à participação de evangélicos nas manifestações, e que poderia, de alguma forma, enfraquecer o engajamento ao movimento *pró-impeachment* no interior das igrejas evangélicas. Lançando mão do discurso constituinte religioso, o pastor deixa transparecer certo tom de reprimenda, ao acusar o grupo contrário de praticar “falsa espiritualidade”:

Não venham aqui com falsa espiritualidade! Isso é falsa espiritualidade. É uma omissão escondida em espiritualidade. Você é livre! Você pode ir sim, eu incentivo que vá! É direito, é legal toda manifestação ordeira a pacífica.

Ao trazer o aspecto da espiritualidade⁴⁴, que é fundamental na construção do discurso constituinte religioso, o pastor confronta e questiona o modelo de fé de seus coenunciadores pouco simpáticos à participação no protesto. Ou seja, pelo efeito de sentido produzido em seu dizer, é possível intuir que aqueles contrários à

⁴⁴ Em seu aspecto histórico, é possível compreender a espiritualidade como conjunto de experiências que proporcionam a vivência do sagrado na realidade (espaço-temporal) concreta de cada ser humano (BOFF, 2003). Entretanto, no recorte analisado, o pastor Silas Malafaia transparece a compreensão da espiritualidade como um conjunto de práticas doutrinárias, que pouco têm a ver com experiência espiritual em seu sentido mais profundo.

manifestação, por motivos religiosos, na verdade estariam fazendo uso da doutrina evangélica para se ausentarem do dever cidadão de participar do ato político pró-*impeachment*.

Na sequência, com o objetivo de legitimar seu dizer, Malafaia assume o *ethos* de pastor e líder religioso, e busca ancorar seu enunciado no interdiscurso bíblico:

Jesus falou em Mateus 22, 21: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, cidadania terrena e cidadania celestial. Paulo diz em Romanos 13, 7: “A quem tributo, tributo, a quem imposto, imposto, a quem honra, honra”. Tá falando de deveres da cidadania. O mesmo apóstolo Paulo, em Atos 16, a partir do versículo 35, ele defende a sua cidadania e o seu direito.

Na perspectiva do sistema de coerções semânticas, conceituado por Maingueneau (2008), cada campo discursivo possui uma maneira singular de citar os discursos anteriores pertencentes a este mesmo campo. Em outras palavras, podemos dizer que

(...) cada discurso constrói para si um passado específico, atribuindo-se certas filiações e recusando outras. O sistema de coerções intervém nesses dois níveis de intertextualidade (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 11).

Ao citar trechos da Bíblia, Malafaia estabelece certas relações intertextuais - retomando uma memória discursiva localizada nos limites do campo religioso - que deixam claro o seu lugar enunciativo e sua filiação institucional de pastor. Aqui, não se trata de um político fazendo citações bíblicas, trata-se de um pastor, um líder religioso citando trechos bíblicos. Nesse sentido, ainda nos termos de Maingueneau (2008), compreendemos que não basta que o enunciador faça uso da intertextualidade para corroborar seu dizer. Antes, é preciso que essas relações intertextuais sejam consideradas como legítimas pela competência discursiva a que se refere.

A citação direta (intertextualidade), ou retomada interdiscursiva do texto bíblico, são estratégias discursivas amplamente utilizadas por grupos religiosos. Por ser compreendido como “palavra de Deus”, o texto bíblico está diretamente conectado a sua Fonte legitimadora (MAINGUENEAU, 2000, p. 6), pressupondo a presença constante deste Outro que fala antes, e por isso tem o poder de corroborar enunciados, tornando-os inquestionáveis. Assim, o discurso constituinte religioso

presente no texto bíblico refere-se a “discursos últimos, para além dos quais não há senão o indizível, de que eles se confrontam com o Absoluto” (idem).

Dessa maneira, na esteira deste trabalho, podemos compreender o texto bíblico como uma fonte de informação que sustenta e valida os enunciados teológicos neopentecostais. No sistema de coerções semânticas, este traço é denominado de *biblioteca* (MAINGUENEAU, 2008). Além de definir o pertencimento de cada texto a um discurso, e o grau de pertencimento de um enunciador a uma determinada formação discursiva, este traço também define o “*thesaurus* dos enunciados válidos” de cada formação (MAINGUENEAU, 2008, p. 130); ou seja, textos e citações que são aceitas ou não numa determinada FD.

A primeira citação feita pelo pastor em seu enunciado faz referência a uma passagem bíblica, retirada do livro de Mateus, localizada no capítulo 22 e versículo 21:

Jesus falou em Mateus 22, 21: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, cidadania terrena e cidadania celestial.

Após citá-la, afirma que há duas cidadanias, a terrena e a de Deus, indicando que o fiel precisa saber responder às necessidades de cada uma delas. Em outras palavras, há momento para o culto divino e há momento para as coisas mundanas.

Se buscarmos o contexto mais amplo do fragmento citado pelo pastor (do versículo 15 ao 22), veremos que retrata uma cena em que Jesus teria sido questionado pelos fariseus (grupo religioso regido por um forte apego e rigor no seguimento das leis judaicas) se seria lícito que os judeus pagassem imposto ao imperador romano César Augusto:

Então os fariseus se retiraram, e fizeram um plano para apanhar Jesus em alguma palavra. Mandaram os seus discípulos, junto com alguns partidários de Herodes, para dizerem a Jesus: “Mestre, sabemos que tu és verdadeiro, e que ensinas de fato o caminho de Deus. Tu não dás preferência a ninguém, porque não levas em conta as aparências. Dize-nos, então, o que pensas: É lícito ou não é, pagar imposto a César?” Jesus percebeu a maldade deles, e disse: “Hipócritas! Por que vocês me tentam? Mostrem-me a moeda do imposto.” Levaram então a ele a moeda. E Jesus perguntou: “De quem é a figura e inscrição nesta moeda?” Eles responderam: “É de César.” Então Jesus disse: “Pois deem a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.” Ouvindo isso, eles ficaram admirados. Deixaram Jesus, e foram embora (BÍBLIA, 2014, p. 1213).

Ao analisarmos o texto bíblico, ainda que de forma panorâmica, veremos que os fariseus buscavam fazer com que Jesus caísse numa armadilha com suas próprias palavras. Caso a resposta de Jesus fosse afirmativa, toda a sua pregação perderia o sentido diante do povo, uma vez que a ocupação romana era responsável, em grande medida, por toda a miséria do povo judeu, uma vez que sua dominação era marcada por um forte esquema de exploração social, levado a cabo através dos altos impostos cobrados da população mais pobre. Além disso, pelo olhar religioso, pagar imposto significava, entre outras coisas, aceitar o culto ao imperador, o que a maioria do povo judeu se opunha radicalmente. De outra maneira, caso Jesus respondesse que não se deve pagar o tributo, provavelmente seria preso por afronta deliberada ao império, uma vez que, como relata a sequência da narrativa, durante a cena também havia pessoas ligadas ao Imperador, aguardando para prender Jesus em flagrante.

Entretanto, com sua resposta, Jesus desmascara o esquema religioso que também legitimava o sistema explorador dos romanos, uma vez que o grupo dos fariseus também se beneficiava dos impostos cobrados da população. Por isso, ao dizer “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, Jesus questiona o caráter divino do imperador e todo o culto a ele prestado. Ou seja, César pode ficar com o imposto, mas, o culto só será prestado ao Deus verdadeiro (SCHINELO, 2017).

Voltando à citação feita pelo pastor Silas Malafaia e analisando seu modo de enunciação (MAINGUENEAU, 2008), veremos que o pastor produz um caráter semântico distinto do que foi visto anteriormente, a partir da hermenêutica de Schinelo (2017). De outro modo, parece-nos que Malafaia atribui outros sentidos aos itens lexicais “César” e “Deus”, conforme buscamos destacar no quadro a seguir:

Quadro 8 - Sentidos dos itens lexicais “César” e “Deus” empregados pelo pastor Silas Malafaia.

CÉSAR	DEUS
“Cidadania terrena”	“Cidadania celestial”
Mundo	Igreja
Política	Culto
Cidadania	Doutrina

Ao observar o quadro, é possível compreender a importância do traço do *vocabulário* no interior do Sistema de Coerções Semânticas, proposto por Maingueneau (2008), uma vez que, ao atribuir um novo sentido aos termos “César” e

“Deus”, o dizer do pastor de alguma maneira age de modo a consolidar um estatuto de pertencimento dos signos em questão aos limites da formação a qual está inscrito (2008, p. 81). É como se os termos só ganhassem os sentidos expostos no quadro acima se estiverem dentro do campo religioso neopentecostal, pertencendo a ele, sem considerar as demais construções interdiscursivas possíveis. Esse movimento discursivo é responsável, entre outros aspectos, por criar uma cena enunciativa que autorize sua própria enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 89).

Na sequência das citações bíblicas, o pastor Malafaia evidencia um fragmento da Carta de Paulo aos Romanos (capítulo 13, versículo 7), também buscando estabelecer uma relação interdiscursiva entre o texto bíblico e o dever cidadão de participação em manifestações:

Paulo diz em Romanos 13, 7: “A quem tributo, tributo, a quem imposto, imposto, a quem honra, honra”. Tá falando de deveres da cidadania.

Alargando a leitura do fragmento citado pelo pastor (desde o versículo 1 até o versículo 7), veremos que o trecho possibilita outras significações além dos “deveres da cidadania”, conforme destacado por Malafaia:

Submetam-se todos às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus. Quem se opõe à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus. Aqueles que se opõem, atraem sobre si a condenação. Na verdade, os que governam não devem ser temidos quando se faz o bem, mas quando se faz o mal. Se você não quer ter medo da autoridade, faça o bem, e ela o elogiará. A autoridade é o instrumento de Deus para o bem de você, mas, se você pratica o mal, tema, pois não é à toa que a autoridade usa a espada: quando castiga, ela está a serviço de Deus, para manifestar a ira dele contra o malfeitor. Por isso, é preciso submeter-se, não só por medo do castigo, mas também por dever de consciência.

É também por isso que vocês pagam impostos, pois os que têm esse encargo são funcionários de Deus. Deem a cada um o que lhe é devido: o imposto e a taxa, a quem vocês devem imposto e taxa; o temor, a quem vocês devem temor; a honra, a quem vocês devem honra (BÍBLIA, 2014, p. 1382).

No período histórico em que esta carta foi escrita (entre 47 a 57 DC), a população romana estava sob o reinado do Imperador Nero Cláudio Augusto Germânico, cujo governo fora marcado por inúmeras atrocidades, incluindo

assassinatos brutais. Assim, Paulo escreve a uma comunidade cristã duramente perseguida pelo poder político de Nero.

Este texto bíblico, como inúmeros outros, vem sendo utilizado ao largo dos séculos para servir de legitimação ao poder divino de imperadores, reis, ditadores, líderes religiosos e até mesmo políticos. Observado do ponto de vista discursivo, este é o movimento semântico exercido pelas formações discursivas no devir histórico. Ou seja, ao longo dos anos, o texto bíblico foi interpretado e reinterpretado por diferentes pessoas, grupos e instituições que, por sua vez, se encontravam/encontram inscritas em determinadas formações discursivas, fazendo com que o mesmo texto assumisse sentidos diversos, evidenciando ou até mesmo omitindo aspectos durante a interpretação. Isso ocorre porque uma das características das formações discursivas é “determinar o que pode e deve ser dito”, a partir de uma conjuntura histórica e posição ideológica dadas (ORLANDI, 2005, p. 43).

Assim, se considerarmos o contexto apresentado, veremos que a interpretação feita pelo pastor Malafaia da citação de Romanos destoa da compreensão do texto como um todo. Numa análise simples, o texto aparenta assumir mais o sentido de submissão a ordem estabelecida do que propriamente chamar atenção aos “deveres de cidadania”. Este enfoque soaria ainda mais estranho se enxertado no contexto das manifestações *pró-impeachment*, uma vez que poderia supor certa submissão a um governo que se pretende retirar.

Por um prisma histórico, diferente do sentido evidenciado pelo pastor, é possível compreender o texto bíblico citado como uma reflexão à comunidade cristã romana sobre o aspecto da autoridade política, que tem a busca do bem comum como objetivo principal. Nessa perspectiva,

O que Paulo diz não deve ser tomado como legitimação de qualquer autoridade política ou forma de sociedade; ele apenas mostra o fundamento, a função e, ao mesmo tempo, o limite de uma autoridade política. Sua função é servir ao povo, promovendo a justiça, zelando pelo direito e impedindo os abusos. Seus limites dependem do seu próprio fundamento e função: a autoridade não pode usurpar o lugar de Deus, pretendendo-se absoluta ou divina; nem pode servir a si mesma, oprimindo e explorando o povo (BÍBLIA, 2014, p. 1382, nota de rodapé).

A última citação direta ao texto bíblico feita pelo pastor Malafaia no enunciado em análise refere-se ao livro dos Atos dos Apóstolos. A respeito deste texto, o pastor afirma que:

O mesmo apóstolo Paulo, em Atos 16, a partir do versículo 35, ele defende a sua cidadania e o seu direito.

Ao analisarmos o fragmento citado por Malafaia (do versículo 35 ao 40), veremos que, de fato, o texto parece produzir um efeito de sentido que nos permite concebê-lo à luz do direito e da cidadania:

Quando amanheceu, os magistrados enviaram à prisão os oficiais de justiça, ordenando ao carcereiro: “Solte esses homens.” O carcereiro anunciou a Paulo: “Os magistrados mandaram soltar vocês. Portanto, podem sair e ir embora em paz.” Mas Paulo mandou dizer: “Fomos açoitados em público sem nenhum processo, e fomos lançados na prisão sem levar em conta que somos cidadãos romanos; e agora querem que vamos embora às escondidas? De jeito nenhum! Que eles venham soltar-nos pessoalmente.” Os oficiais de justiça comunicaram as palavras de Paulo aos magistrados. Ao saberem que se tratava de cidadãos romanos, ficaram alarmados, e foram conversar com eles. E os soltaram, pedindo que deixassem a cidade. Ao sair da prisão, Paulo e Silas foram para a casa de Lídia. Aí encontraram os irmãos, os encorajaram e depois partiram (BÍBLIA, 2014, p. 1348).

O livro dos Atos dos Apóstolos é um dos textos bíblicos que retrata com maior profundidade o nascimento das primeiras comunidades cristãs, surgidas após a condenação e assassinato de Jesus pelo Império Romano e lideranças religiosas judaicas. Entre outros aspectos, é um livro bíblico que revela os desafios e duras perseguições infringidas pelo Império a essas pequenas comunidades.

O trecho bíblico citado pelo pastor Malafaia evidencia a figura de Paulo de Tarso que, junto ao seu companheiro Silas, haviam sido presos sob a acusação de estarem “perturbando a cidade” em sua tentativa de disseminarem costumes não romanos (Atos dos Apóstolos 16,19). Entretanto, os magistrados romanos não sabiam que Paulo, apesar de ser judeu, possuía cidadania romana, provavelmente herdada de seu pai⁴⁵. Por isso, no momento em que iriam ser soltos pelos oficiais, Paulo exigiu a presença dos magistrados que haviam autorizado sua prisão de forma equivocada, fazendo valer as prerrogativas do direito romano. Dessa forma:

⁴⁵ Disponível em: <<https://meggielecioli.jusbrasil.com.br/artigos/630707412/dupla-nacionalidade-dupla-cidadania-e-naturalizacao>> Acesso em: 21 jul. 2020.

Quando vai ser solto, Paulo protesta e se vale de seus direitos civis. Exige que se faça justiça, pois é para isso que existem as autoridades. O que interessa a Paulo é a justiça, e não apenas ser solto. Em geral os opressores não assumem a responsabilidade por seus atos de repressão (BÍBLIA, 2014, p. 1348, nota de rodapé).

Ao analisarmos as três citações bíblicas levantadas pelo pastor Malafaia, veremos que em todas elas há um destaque claro para o aspecto da cidadania:

Jesus falou em Mateus 22, 21: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, **cidadania terrena e cidadania celestial**. Paulo diz em Romanos 13, 7: “A quem tributo, tributo, a quem imposto, imposto, a quem honra, honra”. **Tá falando de deveres da cidadania**. O mesmo apóstolo Paulo, em Atos 16, a partir do versículo 35, ele **defende a sua cidadania e o seu direito** [grifo nosso].

Entretanto, é importante atentarmos também para o uso que o pastor procura fazer destas citações bíblicas no contexto do enredo de seu vídeo. Ao buscar construir esse atravessamento discursivo, resgatando a memória de textos bíblicos, produz-se o efeito de vincular um caráter de exercício da cidadania à manifestação pró-*impeachment*. Ou seja, o pastor aparenta articular um efeito de sentido capaz de apresentar aos seus coenunciadores um confronto entre o texto bíblico e a opinião dos evangélicos contrários à participação de crentes em manifestações de cunho político. Em outras palavras: se a própria Bíblia, em textos diversos, prevê que as pessoas sejam livres para exercer e fazer valer seu direito à cidadania, por que os evangélicos teriam algum impedimento em fazê-lo? Isto fica claro quando, após citar os textos bíblicos, o pastor afirma:

Nós não podemos abrir mão da nossa cidadania, não podemos ser alienados sociais. Vai lá, sim, protestar, se você quer, que você é livre pra pedir *impeachment*.

Dessa maneira, de acordo com o percurso desta análise, verificamos que o pastor tende a mobilizar o discurso constituinte religioso de modo a validar o direcionamento argumentativo de seu enunciado. Aqui, não se trata mais da voz do pastor Malafaia dirigida ao público, mas, a voz do próprio Deus (materializada nas narrativas bíblicas), esse Outro que valida e torna inquestionável a voz e o *ethos* do pastor, mesmo no contexto de um enunciado com ramificações no campo político. Esse movimento de sentidos se dá a partir da evocação de textos bíblicos que, como já visto anteriormente, possuem estatuto de “palavra de Deus” no interior da formação discursiva judaico-cristã, funcionando como *thesaurus* (ou biblioteca) de enunciados aceitos por essa mesma formação (MAINGUENEAU, 2008).

É importante destacar que, até o momento do recorte anteriormente citado, Malafaia não havia mencionado a palavra “*impeachment*” em sua gravação. Antes, fez opção por utilizar a marca dêitica do “movimento do dia 13 de março”, ou ainda, qualificando-o como “manifestação ordeira e pacífica”. Até então, o pastor não havia vinculado o “movimento” como uma ação pró-*impeachment*. Talvez para evitar a acentuação da possível aversão de alguns evangélicos em relação a este tipo de manifestação.

Assertivamente, a partir de então, o pastor qualifica positivamente o movimento do dia 13 de março ao demarcar “cidadania” como significado de “*impeachment*”. Observamos, ainda, que Malafaia só cita o termo “*impeachment*” após ter validado o exercício da cidadania através do interdiscurso bíblico, como vimos anteriormente. De fato, o uso do termo “cidadania” tende a soar mais palatável aos ouvidos dos membros mais ortodoxos da comunidade evangélica do que “manifestação”, cujo sentido, por sua vez, carrega uma marca histórica de pertencimento aos movimentos sociais de esquerda. Isso é corroborado pela forma como o pastor busca qualificar a manifestação (“ordeira e pacífica”), uma vez que, no imaginário conservador, o léxico “manifestação” carrega marcas de sentido de desobediência à autoridade, ruptura da lei e da ordem, vandalismo, balbúrdia, etc. De forma visual, buscamos retomar essas relações de sentido no quadro abaixo:

Quadro 9 - Relações entre significante e significado (SAUSSURE, [1916] 2012) presentes no enunciado do pastor Silas Malafaia.

SIGNIFICANTE	EFEITO DE SENTIDO
Movimento	Manifestação ordeira e pacífica
<i>Impeachment</i>	Cidadania

Em seguida, o pastor elenca os motivos que fundamentam a participação evangélica na mobilização pelo *impeachment*:

(...) não é só por corrupção, não. Esses esquerdopatas querem destruir valores de família e erotizar crianças. Vai lá pra protestar!

Ao largo dos anos, observamos a construção de diferentes enunciados e perspectivas sobre a corrupção, formulados no interior de formações discursivas distintas e, até mesmo, em situação de embate (esquerda-direita; tradicionais-

progressistas; ricos-pobres)⁴⁶. No escopo histórico das reivindicações sociais do Brasil (saúde, educação, transporte, moradia, saneamento, etc.), o tema da corrupção vem sendo pautado com frequência como elemento mobilizador de protestos. Ao recuperarmos a memória das últimas três décadas, encontraremos grandes manifestações alimentadas pelo mote anticorrupção, como: o “Fora Collor” (1992) e a ocorrida em junho de 2013, contextualizada anteriormente.

Se considerarmos as características distintivas do ramo pentecostal e neopentecostal, veremos que o combate à corrupção não aparece como traço significativo dos evangélicos no cenário político. A “batalha espiritual”, ação simbólica fortemente empreendida pelo ramo neopentecostal, parece não considerar a corrupção como um possível demônio (MARIANO, 1999). Em contrapartida, os temas “valores de família” e “erotização de crianças” são recorrentes nas pautas políticas neopentecostais. Como exemplo, basta retomarmos o enunciado do Pastor Marco Feliciano (ANEXO II), anteriormente analisado neste trabalho, para verificarmos a latência dessas pautas no interior da Frente Parlamentar Evangélica:

Quando eu cheguei aqui, junto com a Frente Parlamentar, mapeamos os...o...a...as...os projetos de lei que tinham aqui, nós (eu) cheguei a contar até mil e trezentos e parei. Mil e trezentos projetos tramitando na casa. Projetos que ferem à família, à religiosidade, à liberdade de expressão, tudo junto, e isso distribuído em todas as comissões (ANEXO II).

Dessa forma, compreendemos que, ao pontuar que a manifestação “(...) não é só por corrupção, não. Esses esquerdopatas querem destruir valores de família e erotizar crianças”, o pastor Malafaia enfatiza cenas validadas (MAINGUENEAU, 2013) e valorizadas no interior da formação discursiva neopentecostal, como é o caso dos valores familiares tradicionais e a postura normativa em relação à sexualidade. Em outras palavras, o pastor procura mobilizar os evangélicos a lutarem pelos valores e crenças que estão no eixo do paradigma neopentecostal, desviando o foco da disputa político-ideológica em curso. Aqui, o demônio é caracterizado pelos “esquerdopatas”, cujo prefixo grego (-*patia*) já traz em si o sentido de enfermidade, doença, algo que precisa ser extirpado para o bem da sociedade.

⁴⁶ Considerando os objetivos deste trabalho, não nos aprofundaremos na abordagem das diferentes concepções ideológico-discursivas em relação à corrupção, assumidas e desenvolvidas por diferentes formações discursivas no intervalo dos períodos históricos brasileiros.

Ao final do vídeo, o pastor revela seu *ethos* político, assumindo sua opção favorável à manifestação *pró-impeachment*:

Eu sou a favor, dia 13 de março, é direito, é cidadania, é legal, não é pecado, você pode ir protestar.

Novamente, enfatiza a marca dêitica do dia 13 de março e reforça os motivos que qualificam a participação dos evangélicos na manifestação: “é direito, é cidadania, é legal, não é pecado”. Nos três primeiros, o enfoque é social (terreno), já exemplificados na retomada do interdiscurso bíblico. O último, por sua vez, tem ênfase na perspectiva religiosa (espiritual) e dialoga com a fala do pastor no início do vídeo: “Não venham aqui com falsa espiritualidade! Isso é falsa espiritualidade. É uma omissão escondida em espiritualidade”.

No que se refere ao espaço religioso evangélico, somente a figura do pastor pode ocupar o lugar de voz autorizada a orientar os fiéis no âmbito das práticas religiosas, inclusive a definir o que é ou não é permitido no interior desta formação discursiva. Por isso, ao afirmar que a participação na manifestação política em questão não é pecado, o pastor exerce o seu poder de voz autorizada, corroborando a participação de todos os evangélicos no protesto, e dialogando diretamente com o grupo que outrora acusou de exercer uma “falsa espiritualidade”, que provavelmente se valia do argumento de que participar de tais atos se configurava como pecado, como algo impróprio a um evangélico.

Malafaia encerra seu enunciado invocando o Outro (Deus), pedindo que “nos livre do caos”:

Deus tenha misericórdia do Brasil, Deus nos livre do caos. Deus abençoe você e sua família.

Curiosamente, o bordão “Deus tenha misericórdia do Brasil” também encontraria eco na sessão do dia 17 de abril de 2016, que aprovou a continuação do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Durante seu voto favorável ao processo, o então presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha (PMDB – RJ), assim bradou para iniciar seu discurso: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação”. Neste ponto vale destacar que, naquele contexto histórico, o deputado foi considerado como uma das principais lideranças políticas *pró-impeachment*. Membro da Igreja

Evangélica “Sara nossa Terra”, Cunha também se mostrava um grande aliado dos parlamentares evangélicos na condução das principais pautas de interesse da FPE – Frente Parlamentar Evangélica.⁴⁷

Ao pedir que “Deus nos livre do caos”, o pastor também provoca um efeito de sentido que, de algum modo, faz com que seus coenunciadores possam associar o “caos” aos “esquerdopatas”, à “destruição dos valores da família” à “erotização das crianças” e, de modo mais velado, ao governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Por fim, em tom mais leve, o pastor busca modalizar a agressividade recorrente em seus vídeos, encerrando sua fala com “Deus abençoe você e sua família”. Aqui, novamente destaca a centralidade da família que, conforme mostramos, foi utilizada como estratégia semântica e interdiscursiva para o convencimento de seus coenunciadores.

47

Disponível

em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513754/noticia.html?sequence=1>>;
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762108-que-deus-tenha-misericordia-dessa-nacao-diz-cunha-ao-anunciar-voto.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos o itinerário desta pesquisa, veremos que a questão motivadora que despertou nosso interesse pela temática abordada foi a possibilidade de constatar se o discurso constituinte religioso neopentecostal foi de fato um instrumento utilizado para legitimar tomadas de posição de lideranças políticas e religiosas, com o propósito de validar e sacralizar o processo de *impeachment*, que culminou na retirada da então Presidenta Dilma Rousseff. Ainda que nossos esforços não tenham sido suficientes para abarcar toda a complexidade e profundidade teórico-analítica que uma problemática dessa envergadura exige, cremos que o percurso realizado até aqui, desde a composição do arquivo até a escolha das teorias de base e das categorias de análise, fez com que nossas intuições iniciais fossem encontrando eco a cada enunciado analisado, em cada cena observada, em cada não-dito revelado, a cada rastro de memória recuperado, nos momentos em que deixamos os silenciamentos falarem por si mesmos.

Assim, nestas linhas finais retomaremos alguns aspectos que consideramos fundamentais para oferecermos possibilidades de resposta à pergunta simbólica que iniciou o título desta pesquisa: Deus deu o golpe?

A primeira análise de nosso trabalho, realizada a partir de um enunciado proferido pela jurista Janaina Paschoal apontou, entre outros aspectos, que além de seu papel como coautora no processo de *impeachment*, a jurista fez uso de já-ditos presentes no interdiscurso e produziu efeitos de sentido que evidenciaram sua filiação ao discurso constituinte religioso e, mais particularmente, a elementos mais característicos do discurso religioso neopentecostal. Esses traços foram observados, por exemplo, nos momentos em que Paschoal remeteu, de forma simbólica, ao embate entre Deus e o Diabo (batalha espiritual), caracterizando, nomeando e personificando este último como parte da formação discursiva contrária a seu posicionamento ideológico. Além disso, sua performatividade discursiva e expressividade emocional apontaram, por diversas vezes, para o cenário de um ritual de exorcismo, chegando a um momento de cartase coletiva, no ápice de sua fala.

A análise evidenciou, ainda, a tentativa constante da jurista em delimitar as fronteiras das formações discursivas pró e contra o *impeachment*, através de seu

modo de enunciação, construindo, para esta última, um simulacro diabólico, ancorado na alegoria da cobra, presente no imaginário bíblico, e procurando projetar efeitos de corrupção, desonestidade, doutrinação, e totalitarismo à formação contrária. Para tanto, além da imagem de jurista, Janaina tratou de construir seu *ethos* discursivo a partir das imagens de militante política e de pessoa simples, oriunda de uma família honrada e honesta.

Na sequência, a entrevista concedida pelo Pastor Marco Feliciano fez parte de nosso arquivo e compôs a segunda análise de nosso trabalho. Inicialmente, o caminho analítico realizado mostrou que, em seu enunciado, o pastor deixou transparecer os tensionamentos com a formação discursiva contrária que, naquele momento histórico, procurava caracterizar o movimento *pró-impeachment* como golpe de Estado. Esta percepção foi confirmada no decorrer da análise, na medida e no modo como o pastor foi definindo o estatuto dessa formação discursiva oposta.

Feliciano, enquanto pastor (*ethos* de líder religioso) e deputado (*ethos* de líder político), firmou sua fala sob essa dupla autoridade. Ainda, ao buscar apresentar um *ethos* visado de imparcialidade diante da possibilidade do *impeachment*, caracterizando como democrático e necessário, Feliciano, ao contrário, produziu uma imagem de militante político *pró-impeachment*. De igual modo, através de contradições, apagamentos, não-ditos, pontos de deriva e deslocamentos de sentido, observados na tessitura de seu dizer, o pastor revelou sua posição ideológica e orientação discursiva alinhadas ao discurso religioso neopentecostal.

No decorrer da entrevista, o pastor buscou ancorar seu enunciado no discurso constituinte religioso, estabelecendo, em diversos momentos, relações intertextuais e interdiscursivas com os livros bíblicos. O uso do discurso constituinte religioso também colaborou para que o pastor pudesse evidenciar certo anseio pela confessionalidade cristã do Estado brasileiro, e serviu de elemento de defesa e validação discursiva de pautas políticas conservadoras como, por exemplo, a sobreposição do modelo nuclear de família em relação aos demais, de modo a inferiorizar aqueles/as que o pastor chamou de “minorias”, e o enfrentamento ao PL 122, que prevê a criminalização da homofobia. Ainda, outros indícios do discurso constituinte religioso puderam ser observados na recorrência de uso do verbo “tocar” pelo deputado, restaurando a memória discursiva da experiência do sagrado como elemento puro, intocável, inviolável, que não pode/deve ser profanado.

Como ocorreu na primeira análise de nosso arquivo, aqui o pastor também procurou apresentar aos seus coenunciadores um estatuto discursivo diabólico de seu Outro, de forma a desqualificar a formação discursiva contrária, caracterizando-a como: aqueles que têm fé no deus estado ao invés do Deus judaico-cristão; um perigo para uma sociedade religiosa (confessional); defensores de um modelo de família deturpado.

Em outras palavras, através dos mecanismos de sentido mobilizados no interior do enunciado proferido pelo pastor Marco Feliciano, percebemos haver ali reverberações das características distintivas do discursivo religioso neopentecostal como, por exemplo: o evidente processo de entrada dos evangélicos na arena política brasileira, caracterizada pelo *ethos* messiânico assumido pelo pastor; a ênfase na “batalha espiritual”, abordada pelo próprio entrevistador (“estamos vivendo uma batalha espiritual”), e cujos demônios foram caracterizados por Feliciano como “esquerdistas”, “socialistas”, “partidos de esquerda”, “partido progressista”, “PT, PSOL, PCdoB”; na venda de bens e serviços simbólicos ao mercado religioso (realização de palestras, produção de DVD’s); uma postura ufanista e busca por prestígio social, ao considerar-se um símbolo religioso e marco na política brasileira.

Ainda, nossa análise revelou que o destaque dado ao seu *ethos* messiânico, somado à utilização do discurso religioso através de elementos discursivos mobilizados pelo deputado, contribuíram para sacralizar e autorizar seu enunciado perante seus coenunciadores, de modo a validar, através de não-ditos, que a queda do governo do PT estaria ocorrendo graças a uma intervenção divina, da qual o pastor seria o porta-voz e principal engrenagem desse processo.

Na terceira e última análise de nosso arquivo, verificamos como o dizer do Pastor Silas Malafaia, liderança religiosa e política de grande influência em diversos espaços institucionais, mobilizou seus coenunciadores para a participação na manifestação contra o governo Dilma Rousseff, ocorrida no dia 13 de março de 2016, em diversas cidades brasileiras.

Observamos que, durante seu enunciado, o pastor buscou emitir um veredito de fé (a partir de sua autoridade religiosa) sobre o tensionamento surgido no interior da formação discursiva evangélica, entre aqueles que eram favoráveis à participação no ato e aqueles que eram contrários, por acreditarem que a doutrina evangélica não

seria compatível com esses espaços político-partidários. Ainda, durante o percurso de nossa análise, lembramos que a fala do pastor retoma, através de não-ditos, a memória interdiscursiva presente no interior das denominações pentecostais de que “crente não deve se envolver em política”.

Para corroborar sua fala a partir do discurso constituinte religioso, Malafaia utilizou de elementos intertextuais e interdiscursivos retirados de textos bíblicos, apresentando uma exegese bíblica descontextualizada, de modo a produzir uma cadeia semântica que pudesse validar o seu dizer. Tal movimento mostrou-se uma estratégia discursiva oportuna, uma vez que tornou o assunto mais palatável aos seus coenunciadores, inicialmente contrários à participação no ato político.

De maneira geral, para além do cunho de liberdade de expressão e exercício da cidadania social, foi perceptível que Malafaia procurou impregnar a forma-sujeito “manifestação” com elementos sagrados como “cidadania celestial”, por exemplo, de modo a atrelar o sentido de *impeachment* a um direito social.

Ainda, para além de sua filiação institucional a uma igreja neopentecostal (Ministério Vitória em Cristo), verificamos em nossa análise que o enunciado do pastor revelou elementos discursivos e ideológicos que remetem a traços distintivos da corrente neopentecostal, como, por exemplo: a presença de uma liderança forte, com é o caso do pastor Malafaia; uma postura mais liberal e menos sectária em relação às coisas mundanas e o desejo de intervenção social a partir da inculcação da moral bíblica e da participação ativa no âmbito da política partidária, observadas na forma como Malafaia incentivou seus seguidores a participarem de um ato político.

Em síntese, tendo como premissa a força do discurso constituinte religioso e sua penetração nas diferentes esferas da sociedade, bem como sua capacidade de validar discursos, inclusive o político, através de sua ligação direta com sua Fonte Legitimadora, consideramos que as três análises realizadas nesta pesquisa evidenciaram elementos suficientes para apostarmos na eficácia do discurso religioso neopentecostal em legitimar e influenciar tomadas de posição políticas no processo que culminou na queda do governo PT e na retirada de Dilma Rousseff do poder. Assim, com base em nossas análises, acreditamos que, tanto a jurista Janaina Paschoal, quanto o deputado e pastor Marco Feliciano, e o pastor Silas Malafaia utilizaram elementos prototípicos desse tipo de discurso, que conferiram um efeito de

sacralidade a seus enunciados, influenciando diretamente no êxito do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

O estudo da linguagem nos ensina que os sentidos nos escapam. Como os discursos, a história também é heterogênea e marcada por um sempre novo já-visto. Assim, afirmar que “Deus deu o golpe” é, na verdade, compreender o que o discurso religioso representa em nossa sociedade, e como pessoas, em tempos diversos, têm lançado mão dele como instrumento de legitimação de religiões/seitas, guerras, da miséria, de regimes totalitários, golpes de Estado, abusos de poder, preconceitos, machismo, violência de gênero, etc. Entretanto, apesar disso, temos inúmeros outros exemplos de como as crenças e a vivência da espiritualidade podem mobilizar pessoas e povos para o bem-comum, para a solidariedade, para a justiça, para o amor fraterno.

A verdadeira experiência com o sagrado, com o transcendente, com Deus é aquela que nos conduz pelas estradas da liberdade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ARISTÓTELES. Retórica. In: _____. **Obras Completas** 2. ed. v.18 tomo I. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2005.
- BARRAQUI, Edigar. **O dízimo como investimento: uma análise do Discurso Religioso da Igreja Mundial do Poder de Deus**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 2 v. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. 3.ed. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7180/14**, de 24 de fevereiro de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- _____. **Comissão Especial do Impeachment**. Texto disponibilizado em 17 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/483448-confira-os-deputados-eleitos-para-a-comissao-especial-do-impeachment/>>. Acesso em: 16 fev.2020.
- _____. Câmara dos Deputados. **Quantos são e de que forma é definido o número de Deputados?** Brasília, 31 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/quantos-sao-e-de-que-forma-e-definido-o-numero-de-deputados>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: caminho de realização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BOHN, Ildo Gass. **Satanás e os demônios na Bíblia**. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2013.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Pastoral**. Tradução de FRIZZO, Antonio Carlos et al. 4 ed. rev. Brasília: Paulus, 2014.
- BÍBLIA ONLINE. **Bíblia** Versão Almeida corrigida fiel. Disponível em <<https://www.bibliaonline.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARNEIRO, Marcelo da Silva. “**O filho do homem é o senhor do sábado**”: **Memória e identidade nos evangélicos sinóticos**. 2014, 145f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

CARVALHAES, Sueli Aparecida Cardozo. Glossolalia: o dom includente do Espírito Santo. **Revista de Estudos da Religião**. Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, São Paulo, ano 10, p. 42-61, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/t_carvalhaes.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CAZARIN, Ercília Ana. O funcionamento discursivo da negação e da promessa no discurso religioso. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.9, n.2, p. 358-370, jul-dez, 2013. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/3853/2520>> Acesso em: 22 jun. 2018.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

COURTINE, Jean-Jacques. Definition d’orientations théoriques et methodologiques en analyse de discours. v.9, n.2, Paris: **Philosophiques**, 1984.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Evangélicos não são sinônimo de conservadorismo**. 2017. Entrevista concedida a Carta Capital, 19 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/evangelicos-nao-sao-sinonimo-de-conservadorismo/>> Acesso em: 24 fev. 2020.

DIAS, Zwinglio M. Notas sobre a expansão e as metamorfoses do protestantismo na América Latina. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisas da Religião - Universidade Federal de Juiz de Fora**, v.3, n. 2, p. 9-30. Juiz de Fora, 2000.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 307f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas 1993. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GEERTZ, Clifford James. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, [1974] 2012.

GUILHAUMOU, Jean-Jacques. **Le corpus en analyse de discours: perspective historique**. In: Corpus, n. 1, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

INDURSKY, F. **Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** In: GADET, F; HAK, T. Por uma análise automática do discurso. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Lisboa: 70, 2007.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008.

LIBÂNIO, João Batista. **A Religião no início do milênio**. São Paulo: Loyola, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Analisando Discursos Constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: **Revista do GELNE**, v.2, n.2, 2000. Disponível em: <www.periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331/6685> Acesso em: 19 mai. 2016.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Retorno crítico à noção de ethos. **Revista Letras Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul-set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/lh/v53n3/0101-3335-letras-53-03-0321.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MORAES, Gerson Leite de. Neopentecostalismo - um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. **Revista de Estudos da Religião**, p. 1-19. 2010.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. **As parábolas de Jesus: Irradiar a Boa-nova do Reino**. Rio Grande do Sul: Centro de Estudos Bíblicos, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MO SUNG, Jung. **Deus numa economia sem coração - Pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização**. São Paulo: Paulus, 1992.

_____. **Se Deus existe por que há pobreza? A fé cristã e os excluídos**. São Paulo: Paulinas, 1995.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (org.) **Religião e Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed., Campinas: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Recortar ou segmentar?** In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PATRIOTA, Karla Regina Macena Pereira; TURTON, Alessandra Navaes. Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV. **Revista científica Ciências & Cognição**, 2004, v.1. p. 13-21. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/17/330>>. Acesso em: 11 maio 2016.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. Langages**, Tradução de Péricles Cunha. n. 37, 1975. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al, 3. ed, Campinas: Editora da UNICAMP, [1978] 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Papel da memória**. In: ACHARD et al [1983]. Tradução e introdução de José Horta Nunes, 3. ed, Campinas - SP: Pontes Editores, 2010.

PEÑA-ALFARO, Alex Antonio, 2005.f. **Estratégias discursivas de persuasão em um discurso religioso neopentecostal**. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <

http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7707/arquivo8402_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz, Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.33, n.96, ANPOCS, 2018.

ROMEIRO, Paulo. **Evangélicos em crise**. São Paulo: Mundo Cristão, 1996.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia**. Coleção Primeiros Passos, n. 219, 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. A Bíblia reinterpretada pela teologia da prosperidade. **Revista Vida Pastoral**, ano 56, n. 303, ed. maio-junho 2015. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-teologicos/a-biblia-reinterpretada-pelateologia-da-prosperidade/>> Acesso em: 15 maio 2016.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2012.

SCHINELO, Edmilson. **O que é de César a César. O que é mesmo de César?** São Leopoldo: CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2017.

SOUZA-E-SILVA, Cecília P.; ROCHA, Décio. **Por que ler gênese dos discursos? Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Maingueneau**. ReVEL, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <www.revel.inf.br> Acesso em: 4 set. 2019.

SIEPIERSKI, Paulo D. **Pós-pentecostalismo e política no Brasil**. In: Estudos Teológicos. v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997.

TOLEDO, Joilson de Souza. **Hermenêutica Bíblica da Pastoral da Juventude: Cenários e Aproximações a partir de Êxodo 3,1-6**. 2016, 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. Ed. revisada. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ZANDWAIS, A. **Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto**. Leitura Maceió, n.50, 2012, p. 41-59.

ANEXOS

ANEXO I: “ACABOU A REPÚBLICA DA COBRA”.

Público: Janaina Paschoal, orgulho nacional! Janaina Paschoal, orgulho nacional!
Janaina Paschoal, orgulho nacional!

Janaina Paschoal: Boa noite!

Eu acho muito importante registrar que neste mesmo momento, na Faculdade de Direito do Recife, né, que foi fundada no mesmo ano da nossa faculdade [USP]...que foi fundada no mesmo ano da nossa faculdade...um minuto. É... está acontecendo um ato semelhante pedindo o impeachment da Presidente.

[Palmas]

E pedindo democracia.

Muito pensam que só o que une esta faculdade à faculdade de Recife é a data de fundação, mas não é. Existe uma figura histórica que une estas duas casas, que é Tobias Barreto. Tobias Barreto, muito embora fosse sergipano, foi professor em Recife, e está aqui, né, nas paredes das arcadas, e ele é quem foi que escreveu a estrofe que serve de tema para a nossa casa.

Então, aqui na porta da minha casa, eu queria aproveitar para agradecer todos os meus professores, desde o jardimzinho até o final do doutoramento, porque eles me ensinaram a colocar o conhecimento a serviço da nação.

[Palmas]

Eu quero agradecer todos os meus familiares na pessoa do meu falecido avô pernambucano, Julio Paschoal, que me ensinou que vale a pena ser honesto.

[Palmas]

Tomando o exemplo, né, deste avô e dos meus mestres, muitos deles aqui, é... eu gostaria de pedir aos nossos parlamentares, que nós aproveitemos esta oportunidade pra acabar com essa história de alto clero e baixo clero.

[Palmas]

Deputado é deputado.

[Palmas]

O que está acontecendo: as cobras que se apoderaram do poder

Alguém do público: Jararaca!

Janaina Paschoal: Estão aproveitando as fraquezas humanas para se perpetuarem. Quais são as fraquezas mais características? A...a...sede de poder, a

sede de dinheiro...né, e o medo. Eles se fortalecem do nosso medo. Eles se fortalecem na ambição desmedida. Eu pergunto aos senhores: pra que uma pessoa, um diretor da Petrobrás, que devolveu noventa e oito milhões na Operação Lavajato, pra que essa pessoa queria tanto dinheiro? Quantas vidas uma pessoa tem que ter pra gastar tudo isso? Então, nós estamos num momento, né, de reflexão. Mais do que parar pra refletir sobre o impeachment – que há motivos de sobra, como todos aqui já falaram e eu também já falei – é o momento de discutir a que deus nós queremos servir.

Alguém do público: É isso aí!

[Palmas]

Janaina Paschoal: É ao dinheiro? Nós queremos servir a uma cobra?

Público: Não!

Janaina Paschoal: O Brasil não é a república da cobra! [enquanto gira a bandeira do Brasil com as mãos sobre sua cabeça]

[Palmas]

Nós somos muitos hélios!

[Palmas]

Nós somos muitos migueis!

[Palmas]

Muitas lúcias!

[Palmas]

Muitas janainas!

[Palmas]

Nós somos muitos celsos!

[Palmas]

Muitos daniéis!

[Palmas]

Eles derrubam um...levantam-se dez!

[Palmas]

Nós não vamos deixar esta cobra continuar dominando as nossas mentes, as aulas dos nossos jovens. Porque os professores de verdade querem mentes e almas livres.

[Palmas]

Alguém do público: Muito bem, Janaina!

Janaina Paschoal: Somente o dinheiro, por meio de ameaças, por meio de perseguições, por meios de processos montados – e eu sei do que eu tô falando, porque eu tô defendendo muito perseguido político.

[Palmas]

Eles querem nos deixar cativos.

[Palmas]

Mas nós não vamos abaixar a cabeça. Porque desde pequenininha, o meu pai me disse – Ricardo, meu pai: “Janaina, Deus num dá asa pra cobra”.

[Palmas]

E aí eu digo pra ele: mas, pai, às vezes a cobra cria asa. Mas, quando isso acontece, Deus manda uma legião pra cortar as asas da cobra.

[Palmas]

Nós queremos libertar o nosso país do cativeiro de almas e mentes. Não vamos abaixar a cabeça pra essa gente que se acostumou com discurso único. Acabou a república da cobra!

ANEXO II: “TUDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASI HOJE É FRUTO TAMBÉM DE UMA BATALHA ESPIRITUAL”.

Entrevistador: Portal Gospel Prime conversa agora com o Deputado Marco Feliciano, PSC – São Paulo.

Deputado Marco Feliciano: Tudo bom?

Entrevistador: Tudo bem. Prazer estar com o senhor.

Deputado Marco Feliciano: Prazer é meu.

Entrevistador: A gente tem feito uma cobertura nesses dias nos bastidores do impeachment. E o senhor é um deputado federal, membro da comissão, o que que o senhor pode dizer pro povo evangélico brasileiro em relação ao impeachment. Porque muitos órgãos de comunicação estão trazendo informações, talvez muitas pessoas ainda não tenham uma opinião bem definida. Por que ser a favor, como é o seu caso?

Deputado Marco Feliciano: Primeiramente eu quero que todo o Brasil saiba, principalmente o Brasil evangélico, que não existe golpe, tá? O PT usa isso como um mantra, né. Mantra é uma...é uma cantiga repetitiva, que acaba fazendo uma lavagem cerebral nas pessoas. Não existe golpe, o que existe é a Constituição em andamento. Tanto é que o Supremo Tribunal Federal, através da DPF...é....57... 278, entendeu que o impeachment é constitucional nesse momento.

Pois bem. A... o que acontece hoje na casa é que... muitos deputados aqui estão vendidos pro governo. O impeachment, ele é muito técnico, nesse momento? E por ser técnico, boa parte da população tem dificuldade de compreender, inclusive até alguns meios de imprensa também. Porque a questão do impeachment, o crime que aconteceu é um crime fiscal, que chamamos de pedaladas fiscais. O governo gastou mais do que podia, tomou empréstimos sem poder tomar empréstimos é... e com isso um prejuízo muito grande pro Brasil, na casa de 73 bilhões de reais. E por isso a Presidente Dilma tá sendo processada por improbidade. Veja só - como crime de responsabilidade.

O Congresso Nacional, nós deputados, nós não... nós não podemos condenar a Presidente. Aqui nós só temos a atribuição de receber ou não a... denúncia e dar prosseguimento à denúncia. A casa que julga não é essa casa. A casa que julga é o Senado Federal. Mas o impeachment vai sair, na Comissão nós temos maioria. O sentimento dos deputados é o sentimento das ruas. Não dá mais pra continuar com esse governo.

Entrevistador: Nós temos conversado com vários deputados que são da Bancada Evangélica, e existe uma série de pautas que precisam ser debatidas, e muitas vezes a população em geral não tem conhecimento. Muitas delas dizem respeito à família, muitas delas dizem respeito ao conceito cristão que a gente tem da ordem estabelecida por Deus, das coisas. O senhor tem sido aí já há algum tempo muito criticado pelas suas posturas, tem tachado aí com discurso de ódio, chamado de fundamentalista, e muitas vezes os próprios evangélicos têm dificuldade de

entender algumas das suas posições. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Por que que o crente precisa se envolver na política?

Deputado Marco Feliciano: Tá. Primeiro deixa eu aqui tentar desmistificar a palavra dos esquerdistas. Esquerdistas são partidos de esquerda, são partidos progressistas. E todo partido progressista ele é contra a figura do judaísmo e do cristianismo dentro da criação de uma civilização.

A civilização ocidental, da qual nós fazemos parte, ela tem um tripé, e é esse tripé que dá a sustentabilidade pra o que nós chamamos de civilização. Seria ele a... a cultura grega né, da cultura grega herdamos a filosofia. Dos romanos herdamos o direito. E do judaísmo nós herdamos o moral. Judaísmo e do cristianismo nós herdamos o moral. Então, em cima do moral judaico-cristão, em cima da filosofia dos gregos e em cima do direito romano nós estabilizamos a nossa sociedade. E por isso a nossa sociedade é tão pungente, crescente e pra frente.

Todavia, quando um partido de esquerda toma conta de um país, a primeira coisa que ele tenta fazer é destruir aquilo que é metafísico, aquilo que...que...que...não poder ser visto e nem pode ser tocado, como a fé. Porque, pra um socialista, o deus do povo tem que ser o Estado. O Estado tem que estar acima de tudo, porque o Estado ele tem que ser assistencialista: Bolsa Família, Bolsa isso, Bolsa aquilo. Então, o Estado passa a ser deus do povo. Ao chegarem no ocidente, esbarraram numa fé cristã. Porque o cristão, seja ele católico ou evangélico, quando ele tem algum problema, antes dele bater à porta da prefeitura, antes dele bater à porta de uma entidade, ele é ensinado a orar. E quando ele busca, não me pergunte como, acontece o milagre. Por isso que os esquerdistas são contra nós que somos cristãos. Então, toda pauta que vem pra Câmara dos Deputados que toca na religião, que toca na liberdade de expressão, que toca na família – que pra nós é a célula mátria da sociedade. E quando eu digo família eu não falo dessa família arrumada do século XXI. Eu falo da família civilizatória, daquela responsável pelo nascimento de todos nós: que é um pai, uma mãe, e aquilo que deles há de vir. Ah, Pastor, o restante não é família? Sim, o restante é família, só que é exceção. E em uma democracia nós não podemos criar leis para uma exceção, e sim para um todo. Isso é democracia: a voz da maioria contra a voz da minoria.

A Frente Parlamentar Evangélica trabalha muito, e é muito trabalho pra poucas pessoas que de fato trabalham. Você me disse agora a pouco – nem sei se pode dizer, se não puder você edita – que houve pessoas da Bancada Evangélica que não te receberam.

Entrevistador: Fato!

Deputado Marco Feliciano: Sendo você um jornalista cristão. Como é que alguém que conhece um jornalista cristão pode falar pro seu público e não atende? Ou seja, nós temos dentro de nosso meio alguns Judas Iscariotes também. Tem pessoas que fazem parte da Bancada apenas para serem olheiros. Então, se você pegar uma bancada de 90 deputados, como nós somos, somos poucos aqueles que trabalham, e acaba vir uma sobrecarga.

A...a... já que vai ser criada a Comissão das Mulheres, que seja criada a Comissão das Mulheres e do Nascituro. O nascituro é o bebê que vem da mulher. Já tá um tumulto! Não sei como...se nós vamos ganhar ou não no Plenário, daqui a pouco. É, porque vai ter um tumulto que as feministas vão vir pra cima de nós. Então são coisas, são casos como esses que nós trabalhamos aqui, diariamente.

O que me trouxe à essa casa, e deve ter trazido a maioria dos deputados foi o PL 122, a Lei da Homofobia. Só que a Lei da Homofobia, que criminalizava a homofobia era só a ponta do iceberg. Quando eu cheguei aqui, junto com a Frente Parlamentar, mapeamos os...o...a...as...os projetos de lei que tinham aqui, nós (eu) cheguei a contar até mil e trezentos e parei. Mil e trezentos projetos tramitando na casa. Projetos que ferem à família, à religiosidade, à liberdade de expressão, tudo junto, e isso distribuído em todas as comissões. Né, os esquerdistas: PT, PSON, PCdoB são muito inteligentes. Quando eles apresentam um projeto, eles apresentam um mesmo projeto com cinquenta palavras diferente, encaminhando cada palavra dessa pra uma comissão da casa. Eu não sou onipresente. Eu não consigo estar em todas as comissões ao mesmo tempo. Então às vezes nós temos, ao mesmo tempo, sendo votadas em todas as comissões, que hoje são vinte e duas – vão aumentar – fora as comissões especiais, fora outras coisas mais. Então, imagine, não dá pra um deputado tá em todos os lugares ao mesmo tempo. Por isso nós temos a Frente Evangélica. Nós tentamos ir cada um pra um lado. O que não dá pra gente aprovar, a gente tenta bloquear. Mas é um Deus nos acuda, aqui.

A igreja precisa acordar. Houve um tempo em que criminalizaram aqueles que vinha pra política. E eu faço aqui mea culpa, porque eu fui um deles. Em 2004 eu gravei um DVD dizendo que se algum dia alguém me visse na política é porque eu tava desviando. Graças a Deus o tempo passou e eu pude amadurecer. Porque como todo...como jovem assembleiano eu era um papagaio: tudo o que eu ouvia eu falava. Mas quando eu amadureci, quando eu me tornei homem, quando tomei conhecimento, eu vi o mau que eu fiz, porque eu criei uma geração pregando, ensinando a eles, que política não precisava do nosso envolvimento. E a ausência de homens sérios aqui fez o PL 122 passar na Câmara e parar no Senado. Olha que interessante, em 2006 quando foi votado aqui o PL que criminalizava a homofobia tinha aqui dentro mais de cinquenta deputados evangélicos, mas nenhum deles viu o projeto, e o projeto passou, foi aprovado e foi pro Senado, e lá no Senado nós só temos um Leão de Chácara que é o Magno Malta. Então Magno pediu socorro, foi aonde que todo mundo gritou, Pastor Silas foi...foi pra cima, aí eu vi o que aconteceu, então em 2010 eu emprestei o meu nome à política pra tentar desfazer o erro que eu havia feito. Até hoje eu pagou um preço caro por isso.

Mas, a minha vinda pra política, eu acho que abriu a mente dos evangélicos que... e eles entenderam que não basta mandar um crente pra cá. Tem que mandar um crente que tenha coragem, e que não tenha vergonha de dizer que ele é crente, que não tenha vergonha de dizer que ele é um cristão, ele é um político, ele é um cristão. E aí o outro lado vai gritar: mais o país é laico! Sim, o Estado é laico, mas não é laicista. O Estado laico é aquele que protege o seu direito de cultuar, seja em que religião for. O Estado laicista seria um Estado ateu, o Brasil não é um Estado ateu, eu posso ter a minha fé.

Mas, eu não sei se você percebeu, nos últimos anos eu venho evitando aqui o confronto do debate da ideologia religiosa, porque isso me desmerece diante dos jornalistas, e diante da sociedade culta. Então eu me aprimorei naquilo que é técnico, naquilo que é legislativo. Então hoje eu consigo fazer o mesmo discurso, mas sem o “evangeliquês”, atuando sempre com leis. Mais ou menos isso.

Entrevistador: Pra alguns deputados, pra algumas pessoas que estão aí envolvidos, tudo o que tá acontecendo no Brasil hoje é fruto também de uma batalha espiritual. O senhor estava aí comentando, né, que como pastor passou a ser um parlamentar, e se deparou com uma série, aí, de ideologias, de ideais que vão contra. Já alguns dizem até que nós corremos o risco até de um cerceamento da liberdade religiosa. Por outro lado, as redes sociais têm mostrado isso, pra alguns sociólogos há um aumento, uma nova onda conservadora. O Brasil aumenta o número de evangélicos, aí, a cada ano, então as coisas acabam estando interligadas. Como é que o senhor analisa essa questão. O que nós estamos vivendo é reflexo de uma batalha espiritual ou é simplesmente a ação de homens?

Deputado Marco Feliciano: O que eu vou falar agora pode soar como pretencioso demais, mas, espero que um dia alguém analise friamente com intelecto e escreva sobre isso. Existem dois momentos na política brasileira. Existe um momento antes de 2013 e existe o momento depois de 2013. E a data exata foi março de 2013. O que aconteceu em março de 2013? Em março de 2013 um pastor foi eleito como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias dessa casa. Esse pastor fui eu. Quando meu nome foi ventilado virou um tumulto, tanto é que foi transformado em batalha, e foi uma batalha gigante porque durou noventa dias. Foram noventa dias de Jornal Nacional ininterrupto. Noventa dias de Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, todos os jornais do Brasil, mídia social, noventa dias de protesto é... assíduo em Brasília ou em qualquer lugar que eu fosse, noventa dias de manifestações pelo mundo. Eu sofri manifestações em pelo menos 60 países pelo mundo e eu dei entrevista a mais de 60 países do mundo também. Naquele momento aconteceu uma coisa interessante: o mundo achou que o conservadorismo – ou a direita – tinha morrido. E aparece um deputado do meio da roça, do meio do mato, com um discurso pra lá de conservador, e ocupa uma posição que até então ninguém queria, nem de graça, porque aquela Comissão inexistia, e dá aquele tumulto todo. Por que eu disse pretencioso? Em março de 2013 a Presidente Dilma Rousseff tinha 75% de aprovação nacional. Ela tinha maioria no Senado, tinha maioria na Câmara dos Deputados, ela estava em alta com a população, estava sendo aplaudida. Então, tudo o que o governo fizesse era visto como beleza, e por isso que naquele momento eu fui perseguido daquela forma. Fui perseguido... tem, tem alguma coisa estranha porque é...o assunto era muito pequena pra dar tanto pano pra manga pra tanto jornal. Então eu Deus começou a trabalhar ali. O que Deus fez? Deus viu que esse partido que aí está ele tocou no alicerce, ele tocou na fé. E quando [como] não bastasse isso ele começou a tocar nas crianças. Jesus disse: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os impeçais, porque deles é Reino de Deus”. Eles começaram a aplicar a ideologia marxista cultural deles dentro das escolas. Começaram a ensinar aos filhos dos crentes que vão pra escola, através de professores de esquerda, que a fé é relativa, que aquilo que papai ensina em casa, que seu papai é retrógado, é um idiota, e é religioso fanático, que o que vale é agora, a nova moda. E Deus não...não podia fazer muita coisa naquele momento porque era uma escolha democrática, é escolha do povo, e

Deus não interfere nessas coisas. Aí eu fico imaginando a mente de Deus – posso estar errado, posso tá sendo pretencioso – então Deus traz pra Câmara dos Deputados não um político [pausa] ele traz um profeta, ele traz um pastor. Porque eu sou profeta de nações. Oitenta países do mundo me ouviram pregar, e mais de quatro mil cidades do Brasil, e continuo pregando até hoje. São vinte milhões de DVD's esparramados, em três idiomas, vinte livros escritos, eu tenho uma trajetória. Deus me traz pra cá. Quem me elegeu foi o voto dos crentes, cheguei com duzentos e doze mil votos, uma votação expressiva demais. Quem me elegeram foram os crentes e eu vim fazer o que aqui? Eu mostrei o que é ser um parlamentar crente que atua por aqueles que o elegeram. Isso é democracia. Aqui tem a Bancada Ruralista, tem a Bancada Gaysista, tem tudo. Então, por que não ter a bancada religiosa? Porque isso é democracia. Trabalhei com afinco, botei o pé no freio dessa situação do governo, o governo me perseguiu... Enquanto perseguia o político, Deus nada podia fazer [pausa]. Mas, quando deixaram de tocar no político e começaram a tocar no pastor, quando começaram a ir para os cultos, quando começaram a beijar nos cultos, quando a imprensa começou a dizer que era... que tinha que beijar dentro da igreja mesmo, quando a polícia que eu chamei várias vezes pra cumprir o Código Penal, artigo 208, que diz que é crime violar um culto, que é crime humilhar uma pessoa por causa da sua fé, a polícia não agiu. Quando eu vi as minhas filhinhas na frente de uma igreja vendo os gays tirarem os órgãos genitais e esfregar na cara delas, e ninguém falou nada. O Senhor falou: calma aí, agora não tá tocando mais o político, agora tocou na minha igreja [pausa]. E esta, disse Jesus, é a minha igreja. As portas do inferno não prevalecerão contra ela. Isso foi em abril... março de 2013. A perseguição contra mim foi até maio, final de maio. Acabou final de maio, veio a primeira grande manifestação: 05 de junho [pausa]. Manifestação evangélica, aqui na esplanada. A manifestação do ano anterior, liderada pelo Pastor Silas, deu cinco mil pessoas. A manifestação de 2013, no dia 05 de junho, deu cem mil pessoas: efeito Feliciano. Não o homem – aqui eu não falo de mim, eu falo que eu me tornei um símbolo, eu me tornei um símbolo do cristianismo, católico ou evangélico, porque o Papa pensava como eu nos nossos quesitos doutrinários na questão do casamento homossexual e outras coisas mais. Então, tudo isso criou uma convulsão. A primeira manifestação foi a nossa. Aí, em junho começam as grandes manifestações pelo passe livre. E de lá cá o governo descambou.

Naquele momento o governo tocou na igreja, a igreja tem dono, e o dono da igreja é Cristo. E o Senhor disse: calma aí, enquanto tocaram no político eu não podia fazer nada, mas agora que tocaram na igreja, eu posso agir. E de lá pra cá o governo do PT veio despencando. Hoje, menos de 20% da população aprova o PT. Nós estamos aí com o processo de impeachment, né, tá aqui o processo de impeachment em andamento [apontando para a placa localizada sobre sua mesa, com os dizeres "Impeachment já"]. Nós vamos impeachmar a Presidente, vamos impedir ela de governar. Se Deus quiser, ela vai sair. Depende de você que tá em casa, de todas as pessoas como cidadãos. Isso não é golpe, eu repito. Isso é a liberdade do nosso povo, porque senão acontecer isso nós caminhamos para um regime totalitário, pra uma ditadura de verdade. Sem ser ditadura, eles já mandam em tudo: estão mandando no Supremo Tribunal Federal, mandam aqui na Câmara, mandavam no Senado. O único poder que pode tirar o PT desse...desse governo agora, é claro, que vem todo ele do céu, mas é o poder do povo. O povo tem esse poder. A Constituição Federal diz isso: todo o poder emana do povo e para o povo.

Deus abençoe a vocês, obrigado por tudo, espero que tenha contribuído com alguma coisa, e deixo aqui o meu abraço a toda Bancada Evangélica que é claro, como eu disse, não somos unanimidade, mas o que trabalham, trabalham como muito afincado e têm feito um lindo trabalho. E também ao deputado...ao Senado Magno Malta que tem sido, como eu disse, um Leão de Chácara, né, no bom sentido da palavra, um guerreiro de Deus lá no Senado.

Um abraço ao Gospel Prime, que é pra mim, a mídia evangélica independente menos...ou a mais é...a mais séria que nós temos. O Gospel Prime, eu não tô aqui rasgando seda, eu acompanho as mídias todas, e não só as seculares, mas a imprensa gospel, e ela é...é... independente, ela é séria, não é comprada, não é vendida e... por isso recebe aqui os meus aplausos. Um abraço a vocês.

ANEXO III: “DAÍ A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR E A DEUS O QUE É DE DEUS”.

Eu quero dar uma palavra aqui pros evangélicos sobre o movimento do dia 13 de março. Quero dizer pra vocês que o movimento é legal, num tem nada de ilegal. Se você não quer ir, eu respeito, se você quer ir, é direito.

Não venham aqui com falsa espiritualidade! Isso é falsa espiritualidade. É uma omissão escondida em espiritualidade. Você é livre! Você pode ir sim, eu incentivo que vá! É direito, é legal toda manifestação ordeira e pacífica.

Jesus falou em Mateus 22, 21: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, cidadania terrena e cidadania celestial. Paulo diz em Romanos 13, 7: “A quem tributo, tributo, a quem imposto, imposto, a quem honra, honra”. Tá falando de deveres da cidadania. O mesmo apóstolo Paulo, em Atos 16, a partir do versículo 35, ele defende a sua cidadania e o seu direito. Nós não podemos abrir mão da nossa cidadania, não podemos ser alienados sociais. Vai lá, sim, protestar, se você quer, que você é livre pra pedir *impeachment*. E não é só por corrupção, não. Esses esquerdopatas querem destruir valores de família e erotizar crianças. Vai lá pra protestar!

Eu sou a favor, dia 13 de março, é direito, é cidadania, é legal, não é pecado, você pode ir protestar.

Deus tenha misericórdia do Brasil, Deus nos livre do caos. Deus abençoe você e sua família.